

CÁRITAS BRASILEIRA

Ademar de Andrade Bertucci e Roberto Marinho Alves da Silva (Orgs.)

# 20 anos de Economia Popular Solidária

Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS

1ª edição

Brasília, maio de 2003

## CÁRITAS BRASILEIRA

### Diretoria

Presidente: Dom Jacyr Francisco Braido  
Vice-Presidente: Odair Firmino  
Secretária: Rosângela Alves de Oliveira  
Tesoureiro: João Paulo da Silva Couto

### Secretariado Nacional

Diretor-Executivo Nacional: José Magalhães  
Coordenadora Administrativa: Anadete Gonçalves Reis  
Coordenadora Pedagógica: Maria Cristina dos Anjos

### Sistematização:

**Comissão Nacional da Economia Popular Solidária**  
Ademar Bertucci (Assessor Nacional da Cáritas Brasileira)  
Antônio Haroldo Mendonça (Regional Cáritas Norte II)  
Rosângela Alves de Oliveira (Cáritas Regional NE II)  
Telmo Adams (Regional Cáritas Rio Grande do Sul)

### Assessoria Editorial:

Setor de Comunicação do Secretariado Nacional da Cáritas Brasileira

### Revisão:

Úrsula Diesel

### Foto capa:

Gildásio Lima

### Projeto Gráfico:

Fernando Horta

Copyright © 2003 by Cáritas Brasileira

Todos os direitos desta edição reservados à Cáritas Brasileira

SDS - Bloco P – Ed. Venâncio III – Salas 410/414  
70393-900 - Brasília-DF

Fones: (61) 325 7473 Fax: (61) 226 0701

Cx. Postal 08744 – 70312-971

caritas@caritasbrasileira.org

www.caritasbrasileira.org



# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	5
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>1ª PARTE – DOS PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS À EPS</b>	
<b>1 - A Cáritas e os Projetos Alternativos Comunitários - PACs</b> .....	13
1.1 - O surgimento dos PACs na década de 80 .....	13
1.2 - Novos rumos dos PACs na década de 90 .....	16
1.3 - Influências externas e mudanças nos Fundos de Apoio aos PACs .....	20
<b>2 - Características dos PACs</b> .....	32
2.1 - Abrangência, tipologia e sujeitos .....	32
2.2 - Características organizativas dos PACs .....	40
2.3 - Acompanhamento, assistência técnica e capacitação .....	46
<b>3 - Resultados dos PACs</b> .....	49
3.1 - Resultados Econômicos .....	50
3.2 - Resultados Políticos e Organizativos .....	57
3.3 - Resultados Sociais e Culturais .....	60
<b>4 - A Economia Popular Solidária – EPS</b> .....	65
4.1 - A Crise do trabalho e as iniciativas de Economia Popular Solidária .....	65
4.2 - Sinais e características da EPS .....	70
4.3 - Redes Solidárias e Cooperativismo Alternativo .....	73
<b>5 - Economia Popular Solidária e Desenvolvimento</b> .....	76
5.1 – Sustentabilidade e solidariedade: novos paradigmas do desenvolvimento .....	76
5.2 – Características e iniciativas de sustentabilidade na EPS .....	80
5.3 – A conquista de políticas públicas .....	84
<b>6 - A Cáritas e a EPS: desafios e perspectivas</b> .....	91
6.1 – A trajetória da EPS .....	91
6.2 – Missão institucional e os desafios para a Ação Cáritas com a EPS .....	93
6.3 – Indicativos de ação no rumo da EPS .....	98
<b>2ª PARTE – VIVÊNCIAS DE UMA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA</b>	
1 – Astramare: Catadores de Dignidade .....	104
2 - Rede Abelha: tornando a Vida Mais Doce .....	112
3 - Feiras de Solidariedade .....	117
4 - Quintais Agroecológicos .....	121
5 - Produção e Consumo Solidário: a experiência da COOPEMA na Bahia .....	125
6 - Rede de Produtores Dom de Minas: fortalecendo a agricultura familiar .....	130
7- Cooperativa Resistência de Cameté: a luta por pão e poder .....	134
8 - Artesãs de um novo tempo .....	141



## PREFÁCIO

Este livro é uma preciosa história de uma das mais importantes experiências de auto-libertação coletiva patrocinada pela Igreja e protagonizada por comunidades das classes populares. Trata-se de uma jornada de duas décadas da Cáritas, partindo de uma prática de assistência social para atingir patamares cada vez mais elevados da promoção de projetos comunitários de caráter produtivo, cujo objetivo era (e continua sendo) a emancipação dos participantes da pobreza em que estavam mergulhados bem como a sua emancipação política e espiritual pelo engajamento nas lutas por uma sociedade mais justa e menos desigual.

Contando com fundos doados por organizações européias, a Cáritas deu apoio à criação de Projetos Alternativos Comunitários (PACs) por todo o país. Entre 1995 e 2000, “os regionais da Cáritas Brasileira apoiaram 1004 PACs envolvendo quase 57 mil pessoas em atividades produtivas, de mobilização e de formação.” (p. 34) Na medida em que as entidades doadoras de fundos exigiam comprovação da eficiência econômica no uso dos recursos, a contradição entre esses objetivos emergiu na consciência coletiva e provocou reflexões e mudanças de rumo na trajetória da Cáritas.

Estas reflexões são de enorme significado não só para a Cáritas e para os protagonistas dos projetos que contam com apoio dela, mas para a totalidade dos integrantes de empreendimentos que formam a Economia Solidária. Em um documento de 1998, a questão foi colocada da seguinte forma: “as regras sugeridas pelas entidades de cooperação internacional parece-nos que se confundem com as regras da rede bancária convencional. Entendemos perfeitamente que, para sobreviver no atual sistema e obedecendo às regras gerais do neo-liberalismo, isto é altamente necessário. Agora perguntamos: Qual é verdadeiramente o papel da Igreja nesse processo? Tanto de nossa parte como da parte das entidades de cooperação, ainda mais daquelas ligadas à Igreja. É de reforçar o neo-liberalismo? Que modelo de sociedade a Igreja pode contribuir para que não se reproduzam tantos mecanismos de

morte ? Como ficamos diante da maioria daqueles com quem trabalhamos, que muitas vezes, são excluídos de toda e qualquer ação social e econômica ? Como ser solidários a estas pessoas reforçando regras e sistemas anti-solidários e excludentes?” (p.25 e 26)

Essas perguntas não concernem apenas à Igreja mas a todos que abominam o neo-liberalismo e querem construir uma sociedade solidária, da qual ninguém é excluído e todos participam por igual nas decisões que afetam suas vidas. O que as entidades de cooperação internacional estavam exigindo é, à primeira vista, bastante lógico e razoável: “rígidos critérios de acesso e devolução dos recursos (volume, prazos, taxas etc.)” dos fundos de crédito. (p. 23) A lógica dessas exigências é que, se os fundos são bem aplicados, deve ser possível devolvê-los nos prazos acertados, para que possam servir de suporte a novos projetos. A finalidade dessas exigências, pode-se imaginar, seria estimular os usuários dos recursos a manejá-los com prudência, evitando desperdícios e exposição a riscos desmedidos etc. O fato de serem do mesmo jaez das que regulam empréstimos bancários só comprovaria a generalidade das leis da economia de mercado, as quais necessitam se submeter tanto a empresas capitalistas e empreendimentos familiares quanto a projetos solidários. A boa prática econômica seria a mesma para todos os competidores nos mercados, independentemente de seus princípios éticos e propósitos econômicos.

Na realidade, a boa prática econômica segue regras diferentes conforme seja adotada por capitalistas, famílias, PACs ou outras formas de economia solidária. Capitalistas visam ao lucro máximo de seus investimentos, famílias visam à sua própria reprodução com boa qualidade de vida e os empreendimentos solidários visam alcançar viabilidade econômica e mudança social pela solidariedade. Mas esses empreendimentos precisam competir no mercado, vendendo pelos preços dos demais vendedores e comprando os insumos que usam pelos preços vigentes para todos. Portanto, se os empreendimentos solidários querem viabilizar-se são obrigados a alcançar uma relação de custos/benefícios não muito diferentes dos demais competidores.

Não há razão para supor que, como princípio de organização do trabalho, a solidariedade seja inferior à competição. Não obstante, muitos (talvez a maioria) dos empreendimentos solidários têm dificuldade de rivalizar em termos de custos/benefícios com empresas capitalistas que extraem valor até a última gota da capacidade de trabalho de seus assalariados. Possivelmente, o grau de capitalização e o virtuosismo técnico sejam menores nos empreendimentos solidários; além disso, estes últimos são todos novos e por isso não tiveram tempo de completar o aprendizado da atividade produtiva, comercial e financeira, que exige longos anos de experiência.

Por isso, aplicar estritos critérios financeiros ao fornecimento de capital para esses empreendimentos é inadequado e produz a impressão que a economia solidária é menos competitiva que a capitalista e talvez também que a produção familiar. Essa impressão é certamente falsa, pelos motivos expostos. Para aumentar sua competitividade, os PACs e congêneres precisam basicamente de incubação (acompanhamento sistemático que lhes dê suporte ideológico, tecnológico, jurídico etc.) por mais tempo. “A experiência acumulada pela Cáritas e por outras entidades que trabalham com os PACs tem demonstrado que o acompanhamento é condição fundamental para o êxito das iniciativas comunitárias, tanto do ponto de vista organizativo quanto no que se refere ao desenvolvimento das atividades produtivas.” (p. 46) Em Mondragón, na Espanha, possivelmente o mais moderno e exitoso complexo cooperativo do mundo, o acompanhamento de novas cooperativas dura em médio cinco anos. Durante esse período de carência os ‘estrutos critérios financeiros’ não se aplicam.

Mas há um outro fator que eleva a competitividade das firmas capitalistas em face das familiares e coletivas. Trata-se do desemprego em massa e da precarização do trabalho assalariado, que se agravaram continuamente nas duas últimas décadas no Brasil (assim como na maioria dos países que enveredaram pela senda neo-liberal). O efeito desta imensa crise do trabalho é o barateamento da mão-de-obra e a perda cada vez mais acentuada de direitos sociais, que outrora limitavam a exploração do trabalho assalariado. Nas empresas terceirizadas, entre as quais não

poucas são cooperativas de trabalho, as jornadas de trabalho não respeitam os limites constitucionais e as horas extras não são pagas enquanto tais. Uma proporção cada vez maior das pessoas ocupadas não goza os direitos da legislação do trabalho e não usufrui o chamado salário indireto representado por 13º salário, salário mínimo, férias etc..

Esta superexploração do trabalho, possibilitada pela competição desesperada por emprego, reduz os custos e portanto a razão de custos/benefícios para as empresas capitalistas que a praticam. E sua prática se generaliza à medida que mais empresas se entregam a ela, inclusive para resistir à pressão competitiva das que já o fazem há mais tempo. É a esta situação que se refere a pergunta final da citação acima: *Como ser solidários a estas pessoas [excluídas] reforçando regras e sistemas anti-solidários e excludentes?* Na base dessa indagação se encontra a realidade de uma crise social, que impõe aos PACs ampliar o esforço produtivo mediante jornadas de trabalho crescentes e remuneração cadente.

A resposta à pergunta remete à necessidade de solidariedade cada vez maior entre os trabalhadores assalariados e os que se engajam em empreendimentos solidários. As condições de vida e de trabalho de uns e de outros se deterioram à medida que a globalização neo-liberal nivela por baixo o custo da mão-de-obra de todos os países. Por isso, justifica-se inteiramente o caráter não exclusivamente econômico, mas também espiritual e político destes projetos comunitários. A luta contra esta globalização deve ser travada por todos os trabalhadores, pois só assim há chances de ser ganha.

“A organização social e política são um fator fundamental para a viabilização dos PACs. (...) Além de ser fator de êxito dos PACs, os aspectos políticos e organizativos são também uns de seus principais resultados: ‘do seu caráter alternativo se postulam alterações objetivas no cotidiano do trabalhador e da trabalhadora, mas também se espera que os PACs cumpram um papel importante na criação e viabilização de espaços coletivos de mobilização, organização e vivência comunitária.’ (...) ...os PACs têm sido instrumentos de fortalecimento das práticas alternativas de solidariedade. (...) Tem-se por conseqüência o for-



talecimento de organizações e o aumento do envolvimento nas lutas sócio-políticas. São vários os exemplos dos PACs como instrumentos que reforçam a resistência e a fixação à terra na luta pela reforma agrária.” (p. 58)

É possível concluir que difusão e consolidação dos projetos alternativos comunitários dependem do êxito das lutas de resistência, travadas conjuntamente por excluídos de todas as condições, por integrantes dos referidos projetos, sindicatos e outras entidades associativas de assalariados. Outra conclusão seria que à medida que mais desempregados e excluídos se integram em empreendimentos solidários autogestionários, menor é a competição pelos poucos empregos regulares remanescentes. O que reduz a superoferta de força de trabalho, que por si só é o principal fator de enfraquecimento das lutas por política de pleno emprego, com a manutenção dos direitos sociais já conquistados.

A compreensão deste processo histórico levou a Cáritas a dar novo passo em sua trajetória: integrar os PACs na totalidade da Economia Popular Solidária. “Isolados, tais empreendimentos e experiências, por melhor que se apresentem, são frágeis, dado o contexto de forças que não lhes são favoráveis. O que lhes pode dar maior consistência é a sua coesão no campo dos movimentos populares. São eles que podem transformar a EPS em argumento de luta política cujo protagonismo é indispensável na construção de um novo projeto de desenvolvimento.” (p. 69)

As empresas capitalistas se ligam contraditoriamente pela competição nos mesmos mercados de produtos, capitais e trabalho. Ao competir entre si, elas estimulam inovações que melhoram a qualidade de vida, justificando o presente arranjo econômico. PACs e as demais empresas de trabalhadores se unem na Economia Popular Solidária, mediante a solidariedade e ajuda mútua, que as fortalece e protege contra a concorrência predatória do capital. A Economia Popular Solidária está ainda em construção, no Brasil, por numerosas agências de fomento, das quais se destaca a Cáritas, ao lado da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

(MST), a Fundação Unitrabalho, a Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares, a Fase, o Ibase, a PACS e outras.

A Cáritas Brasileira, ao integrar os Projetos Alternativos Comunitários no amplo conjunto de empreendimentos solidários, assume papel de liderança na constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que em breve se tornará amplo espaço de debates, trocas de experiências e coordenação de ações, proporcionando à economia solidária um patamar mais elevado de auto-organização e de enfrentamento dos problemas discutidos neste volume.

A **Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS** documenta de forma precisa a origem da economia solidária em sua fase atual no Brasil, revelando através de rica coleção de relatórios, o que promete vir a ser um novo capítulo das lutas populares por uma outra sociedade, por um outro país. O volume se completa com monografias sobre ‘experiências’, que permitem apreciar em detalhe peripécias, fracassos e logros produzidos ao longo desta memorável trajetória.

Paul Singer

São Paulo, 2 de maio de 2003

# APRESENTAÇÃO

Não é de hoje que a Cáritas tem se preocupado em apoiar e refletir sobre as diversas iniciativas de organização e produção, construídas pelos setores populares. Os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) surgiram no início da década de 80 como mais um instrumento da Ação Cáritas junto aos excluídos. As iniciativas de geração de renda e de fortalecimento de estruturas comunitárias, produtivas e organizativas, multiplicaram-se ao longo dos anos.

Na primeira metade dos anos 90, a Cáritas promoveu uma avaliação profunda sobre os PACs, seus significados, potencialidades e limites. Percebia-se que eles tinham um potencial de articulação das iniciativas econômicas e solidárias dos setores populares com a construção de políticas públicas que apontassem, também, para um modelo alternativo de desenvolvimento baseado na solidariedade, na sustentabilidade e na justiça social. Por isso, era preciso avançar para que eles não tivessem um fim em si mesmos. Eles deveriam ser instrumentos de fortalecimento das organizações e do protagonismo dos excluídos, ao mesmo tempo em que combinassem a viabilidade econômica com a construção e a vivência de novos valores, da solidariedade, da auto-gestão e da autodeterminação dos sujeitos.

Essa era a possibilidade de uma Economia Popular Solidária (EPS). Tal discussão tornou-se tão presente na vida da Cáritas que passou a fazer parte de suas Linhas de Ação para o quadriênio 2000 a 2004. No entanto, ainda há muito a refletir sobre o significado e as possibilidades das experiências que vêm sendo construídas nos regionais pela Cáritas na perspectiva de uma Economia Popular e Solidária.

Assim surgiu a idéia da sistematização da trajetória da Cáritas dos PACs à EPS. Ela é fruto da reflexão das várias instâncias da Cáritas Brasileira sobre suas práticas e sobre a compreensão de novos significados e propostas. As reflexões dos regionais foram sistematizadas no presente documento. Elas servem para provocar o debate. As lacunas existentes nos dizem que este é um trabalho inacabado e que todas as contribuições são bem vindas. A Cáritas ficará gratificada se este instrumento servir para a formação e o crescimento de todos que trabalham para a construção e a afirmação de uma Economia Popular Solidária em contraposição à lógica mercantilista da economia de mercado.

José Magalhães de Sousa  
*Diretor-Executivo Nacional*



# 1ª parte

## Dos projetos alternativos comunitários à EPS

### 1 - A Cáritas e os projetos alternativos comunitários - PACs

#### 1.1 - O Surgimento dos PACs na década de 80

Desde a sua criação, a Cáritas Brasileira tem apoiado as ações de caráter associativo e cooperativo de grupos comunitários, estejam elas articuladas ou não às ações de caráter emergencial. Mas a partir da década de 80, com o desenvolvimento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), foram introduzidos novos significados e perspectivas para essa ação: tratava-se de apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade.

Os PACs têm sua história ligada à busca de *alternativas de sobrevivência* a partir de atividades produtivas e de consumo na perspectiva de organização de grupos que, solidariamente, perseguem sua autonomia e dignidade e lutam contra a dependência criada pelo assistencialismo. Como disse Dom Ivo Lorscheiter, na criação dos PACs no Rio Grande do Sul<sup>1</sup>, em 1983, “a força de transformação vem das pequenas coisas, das pequenas cooperativas. Deus escolheu o que é fraco no mundo para confundir os fortes e o que é vil e desprezível como aquelas coisas que nada são, para destruir as que são” (I Cor 1, 27-28).

No Nordeste, os PACs surgem como alternativas diante da problemática vivenciada pela maioria da população rural, ocasionada pelos efeitos da grande seca que assolara a região no início dos anos 80. Nesse período ficou constatado, mais uma vez, que as políticas governamentais voltadas para os problemas da seca reiteravam velhas práticas clientelistas, favorecendo os grupos políticos dominantes. Como resultado do 1º Seminário “*O homem e a seca no Nordeste*”, realizado em 1981,

---

<sup>1</sup> Depoimento citado no Relatório de Sistematização: dos PACs a EPS, da Cáritas Regional Sul.

os PACs foram criados para valorizar e apoiar as iniciativas comunitárias de combate à seca, como uma alternativa concreta de sobrevivência, tendo em vista a situação de extrema pobreza das comunidades rurais. O apoio aos PACs colocava-se como uma opção e expressão de compromisso da Igreja Católica com o povo e como uma possibilidade real de que as pessoas do meio rural, organizadas e assessoradas, pudessem dispor de uma saída frente à condição de miséria.

Os PACs, porém, não são uma iniciativa exclusiva da Cáritas e nem da ação social da Igreja. Eles fazem parte de um contexto mais amplo de reorganização da sociedade no início dos anos 80, na luta contra o regime militar, quando se fortaleceram os movimentos populares como alternativas organizativas, valorizando os espaços da vida cotidiana e da política. A década de 1980 também foi marcada pela recessão econômica acompanhada de inflação descontrolada, o que repercutiu diretamente no mercado de trabalho, diminuindo o crescimento dos empregos formais e aumentando o número de trabalhadores sem contrato de trabalho e de trabalhadores por conta própria. Foi nesse contexto de falência do “milagre econômico” e de aumento da crise social que surgiram alternativas sócio-econômicas de produção, consumo, saúde etc. O apoio e a disseminação dessas iniciativas foram conduzidos principalmente por entidades não governamentais, contando com a orientação e o apoio de diferentes entidades internacionais<sup>2</sup>. Aos poucos essas experiências pavimentaram caminhos e indicaram alternativas de política pública nesse campo.

Em um primeiro momento, a Cáritas Brasileira, por meio de seus regionais e entidades diocesanas, apoiava espontaneamente iniciativas sociais e econômicas, sobretudo para a viabilização de projetos de subsistência, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida, através do financiamento de pequenos projetos e da ajuda mútua dos grupos comunitários: “Os PACs nascem de diferentes maneiras, sempre de acordo com a realidade de cada lugar, tendo em vista o fortalecimento das organizações e grupos comunitários. Eles existem para fortalecer as iniciativas comunitárias, voltadas para o campo de produção,

---

<sup>2</sup> Além da Cooperação Internacional ligada às Igrejas e Organizações Não-Governamentais, os fundos e programas eram bastante incentivados e financiados por organismos multilaterais como o Banco Mundial, o UNICEF e a FAO.

comercialização de produtos agrícolas, criação de pequenos animais, captação de água e formação sócio-política e cultural das comunidades” (Sistematização da Cáritas Regional Piauí).

Além das características alternativas acima sublinhadas, conforme reflexão de Manfredo Oliveira<sup>3</sup>, o caráter alternativo dos PACs dizia respeito principalmente à sua intenção organizativa e libertadora: “os projetos são considerados alternativos na medida em que são diferentes. Diferentes nos objetivos e na forma. Seus objetivos buscam o fortalecimento dos setores populares, das mudanças sociais e que contribuam na construção de um novo modelo de desenvolvimento. Quanto à forma, os projetos se sobressaem por enfatizar a participação, a autonomia, a geração de novas relações sociais”.

Apesar dessa intenção principal, os PACs também tinham um viés assistencial a fim de atender a necessidades básicas de sobrevivência de pessoas marginalizadas dos sistemas convencionais e do mercado capitalista. Logo, apesar dos esforços das equipes diocesanas, não havia ainda um planejamento sistemático de acompanhamento aos grupos. Até o final da década de 80, os recursos eram repassados aos grupos sob a forma de fundo perdido, apenas com exigências quanto ao cumprimento de critérios organizativos. Somente em 1989 alguns regionais iniciaram a reflexão sobre a necessidade de repasse ou partilha solidária a partir dos projetos apoiados, no sentido de dar sustentação aos fundos de apoio aos PACs, o que garantiu a aprovação de novos projetos e a educação para o exercício da solidariedade. Em um primeiro momento, a devolução era feita através de negociação entre o grupo, equipes diocesanas e/ou a Cáritas Regional, que discutiam o percentual, a forma da devolução e o indexador.

Outras mudanças metodológicas começam também a ocorrer no início dos anos 90, com um acompanhamento mais sistemático aos grupos que desenvolviam os projetos alternativos, definindo-se novas estratégias de avaliação e troca de experiências com a realização de encontros envolvendo todas as áreas em um planejamento também conjunto das prioridades. Aos poucos, os regionais da Cáritas assumem a capacitação em planejamento participativo. Nesse período também, os

---

<sup>3</sup> Citado na sistematização da Cáritas Regional Ceará: dos PACs à EPS. 2001.

projetos passaram a ser analisados pela Equipe de Assessoria do Regional, e as Dioceses começaram a montar equipes de assessoria e acompanhamento aos PACs.

À medida que iam sendo estruturados nos regionais os Fundos de Apoio aos Mini-Projetos, com suporte de assessoria e acompanhamento, os PACs passaram a se constituir como uma espécie de “eixo central” de intervenção das *cáritas* regionais e diocesanas. Isso porque os projetos comunitários viraram uma espécie de *panacéia* diante dos diversos problemas dos grupos acompanhados. Nos planos e relatórios dos regionais, podemos encontrar um sem número de resultados esperados: geração de emprego e renda; redução do êxodo rural; criação de perspectivas de vida melhor, tanto no campo quanto na cidade; desenvolvimento do espírito de associativismo e de solidariedade; redução das desigualdades sociais; acesso às políticas públicas; valorização das questões de gênero; fortalecimento da organização comunitária etc.

## 1.2 – Novos rumos dos PACs na década de 90

Após mais de 10 anos de existência e expansão dos PACs, verificou-se na *Cáritas* a necessidade de uma avaliação dos mesmos com o objetivo de constatar os impactos sociais, políticos, econômicos e pastorais dessas iniciativas. Por meio de estratégias participativas, a avaliação qualitativa foi realizada entre 1992 e 1994, procurando envolver e integrar os diversos agentes *cáritas*, os participantes dos PACs e as parcerias. Esse foi um momento de muitas reflexões sobre o andamento e o futuro dos projetos, das metodologias adotadas, dos resultados “possíveis” e dos desafios. Foram produzidos diversos documentos de sistematização<sup>4</sup> na busca de devolução e disseminação dos conteúdos da avaliação.

A avaliação detectou quatro tipologias de PACs apoiados pela *Cáritas*: projetos produtivos, projetos de prestação de serviços, projetos de apoio

---

<sup>4</sup> Algumas dessas publicações: o livro *Sobrevivência e Cidadania*, 1995; *Sobrevivência e Utopia: os projetos alternativos comunitários no RS*, 1994; *Em Busca de Novas Relações Sociais*, 1993; *A Experiência dos PACs no Regional Piauí*, 1993; *Sobrevivência, Consciência e Utopia: a fala dos atores*, 1994; *Refletindo a Prática: resultado do Seminário de Avaliação dos PACs*, 1994.



aos movimentos populares (reivindicação popular e segmentos específicos) e projetos de apoio à ação sindical. Em cada um deles foram avaliados aspectos econômicos, políticos e pastorais. A avaliação buscou aprofundar também as questões relacionadas ao caráter alternativo dos PACs, os seus destinatários, as formas de acompanhamento e assessoria e as articulações e mediações dos projetos alternativos.

Foram muitas as conclusões da pesquisa avaliativa<sup>5</sup> quanto às dimensões acima apresentadas. Nos aspectos econômicos, a principal constatação foi quanto à possibilidade efetiva dos PACs contribuírem com iniciativas produtivas localizadas, fortalecendo as lutas e organizações populares e, em alguns casos, gerando renda e melhorias nas condições de vida dos participantes. No entanto, há algumas condições para o êxito econômico dos PACs: o planejamento e estudo de viabilidade, evitando as ajudas emergenciais; a capacitação para gestão participativa das organizações e empreendimentos associativos; a utilização e a disseminação de tecnologias alternativas; a vinculação efetiva dos projetos à questão da comercialização (que se constitui na sua principal fragilidade). Essas e outras constatações resultaram em sugestões no sentido de aprimoramento dos PACs nos aspectos produtivos, tais como o apoio a projetos pilotos (construção de experiências significativas capazes de disseminação) e o fortalecimento do acompanhamento e da assessoria aos PACs.

No que se refere à dimensão política dos PACs, a avaliação constatou que essa é o elemento que diferencia os projetos apoiados pela Cáritas de outros projetos assistenciais, promocionais ou técnicos. Os projetos alternativos são instrumentos pedagógicos na ação de conscientização política, fortalecendo as capacidades organizativas e a identidade dos sujeitos participantes em relação ao Estado e a outros setores da sociedade. No entanto constatou-se que em alguns projetos produtivos não foi oferecida condição necessária para o desenvolvimento dessa consciência e identidade. Para esses projetos, a avaliação recomendou que fossem estabelecidas prioridades de apoio aos projetos que apresentassem articulação com os movimentos sociais urbanos e rurais, além de desenvolver instrumentos efetivos de

---

<sup>5</sup> Trata-se de um breve síntese do capítulo IX do livro *Sobre-vivência e Cidadania*, 1995 (pp. 167 a 191).

capacitação política dos agentes caritas e dos participantes dos PACs.

Na dimensão pastoral, dava-se conta da relação institucional entre os PACs e as pastorais e as concepções e valores de transformação social presentes nos projetos. Diante da diversidade das entidades pastorais vinculadas aos projetos, foram destacados alguns aspectos da fragilidade no acompanhamento, na formação, além da dependência e de práticas assistencialistas que descaracterizam outras dimensões do PACs. No que se refere a concepções e valores presentes nos projetos, constatou-se um crescimento das relações solidárias expressas em diversas práticas coletivas e de relações estabelecidas internamente entre os participantes. As expressões de vivência religiosa indicaram a importância da vinculação entre manifestações religiosas e o compromisso transformador ao qual está vinculado o projeto.

Fruto de todo o processo avaliativo, começaram a surgir mudanças no tratamento e nos encaminhamentos dos PACs a partir de 1995, em ritmos e direções diferentes nos regionais da Cáritas. No Rio Grande do Sul, a partir de uma articulação com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) para avaliação dos PACs, a Cáritas passou a valorizar uma maior articulação das perspectivas micro e macro, com a conseqüente busca de articulações dos PACs com a construção de um novo modelo de desenvolvimento: “a partir de 1996, já na perspectiva de consolidar uma Economia Popular Solidária, a Cáritas animou um Fórum Estadual de entidades atuantes na área, além de fortalecer sua presença em espaços de gestão de políticas públicas, concretizando-se a contribuição da Cáritas na construção de políticas que vão consolidando um novo modelo de desenvolvimento fundado na solidariedade, a partir dos pequenos”<sup>6</sup>.

Em Minas Gerais, a partir de 1995, para fortalecer a função dos PACs enquanto instrumentos de estímulo ao fortalecimento sócio-político e econômico dos grupos, desenvolveu-se a estratégia de articulação de políticas ou programas públicos a partir da construção participativa de planos de desenvolvimento local (Diagnóstico Rápido e Participativo, Planejamento Estratégico). No campo econômico, foram valorizados os estudos de viabilidade gerencial, mercadológica e tecnológica como pressupostos da sustentabilidade dos projetos. A concepção da dimen-

<sup>6</sup> Regional RS. Sistematização dos PACs à EPS.

são econômica (mercado, qualidade, controle de custos, capacidade técnica, renda líquida etc) dos PACs passou a ser um critério importante no processo de aprovação de projetos. Disso resultou o entendimento de que alguns tipos de projetos ou grupos teriam capacidade de devolução financeira. (Relatório de Sistematização de Minas Gerais, 2001).

Mudança significativa também ocorreu no Regional Norte II (Pará), que, a partir de 1996, estruturou uma metodologia de planejamento em vista de um processo de apoio mais organizado ao cooperativismo alternativo. Esse processo de acompanhamento foi denominado *Planejamento-Conjunto*. Nessa metodologia, objetivos, metas, responsabilidades e resultados esperados são definidos em um acordo entre Cáritas e os grupos apoiados. Além de priorizar os grupos a serem trabalhados, o regional passou a valorizar mais a questão do tempo de atuação na parceria entre Cáritas e os grupos face aos desafios quanto às resoluções de determinados problemas que são entraves na dinâmica de cada grupo e na definição dos trabalhos a serem realizados em conjunto. Uma vez claras as temáticas a serem trabalhadas junto aos grupos e definidos os papéis da assessoria, foi estabelecido um programa de capacitação dos agentes nas áreas de cooperativismo, contabilidade e gerenciamento, ações de desenvolvimento para a agricultura familiar e planejamento do desenvolvimento regional e da formação sobre a realidade brasileira. No processo de planejamento conjunto foram definidos os projetos que deveriam ser apoiados pelo Fundo de Apoio aos PACs do Regional Norte II.

Além das mudanças já destacadas, a situação que prevaleceu nos regionais da Cáritas caracterizou uma distinção mais nítida entre projetos produtivos e sociais. Graças a isso ocorreu uma maior ênfase na viabilidade econômica dos projetos produtivos. Tal ênfase é fruto tanto da necessidade de que os PACs dessem respostas efetivas na melhoria das condições de vida dos excluídos quanto das influências externas da cooperação internacional (que serão comentadas a seguir). As instâncias da Cáritas passaram a ter uma maior preocupação com a chamada política de financiamento dos fundos de apoio aos PACs, buscando garantir a continuidade do processo de viabilidade econômica dos projetos apoiados que realimentariam os fundos rotativos. Os critérios de elaboração dos PACs foram redefinidos, buscando-se a aplicação de

técnicas de planejamento e de estudos de viabilidade econômica, garantindo-se a participação e o processo educativo e considerando-se os seguintes fatores: análise das problemáticas, elaboração das alternativas de solução, discussão da viabilidade das soluções, execução das atividades planejadas, acompanhamento e avaliação das atividades realizadas e compartilhamento dos resultados.

Outra mudança se fez sentir em quase todos os regionais a partir da questão dos PACs nas áreas urbanas. Os desafios da cidade e a verificação da inviabilidade da aplicação da mesma metodologia das comunidades rurais nas áreas urbanas levaram à valorização do apoio a iniciativas de unidades familiares que estivessem organizadas em grupos solidários ou participando de outras ações apoiadas pela Cáritas.

### 1.3 - Influências externas e mudanças nos Fundos de Apoio aos PACs

Não foi apenas a Cáritas que passou a realizar avaliações sobre a trajetória dos PACs no Brasil. As ONGs e as entidades internacionais de cooperação<sup>7</sup> começam a mudar suas percepções sobre os projetos alternativos, concebendo-os como iniciativas produtivas capazes de gerar renda e provocar melhorias sociais.

#### 1.3.1 – Mudanças no perfil da Cooperação Internacional

Durante a década de 90, ocorreram mudanças no perfil da cooperação internacional com a tendência de gradual declínio do volume de recursos para a cooperação, conforme atesta o documento da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais: “as mudanças são reflexos de novas tendências que despontam na opinião pública europeia, que vem se tornando menos solidária e mais seletiva em relação à atuação das agências em países pobres. Ao mesmo tempo, os governos apresentam maior rigor na liberação e controle dos recursos destinados a essas entidades”. (ABONG, 1996:2)

---

<sup>7</sup> Várias entidades e organismos estrangeiros têm apoiado financeiramente os PACs, dentre os quais se destacam: Cáritas (Suíça/Alemã); Misereor, Zentratsstelle Fur Entwicklungshilfe, Cordaid (Holanda) e Entraide et Fraternité (França).

A diminuição ou estagnação do crescimento dos recursos coletados pelas entidades de cooperação na Europa decorreu de vários fatores determinantes. Entre eles estava a crise social e econômica que atingiu também os países centrais. O desemprego na Alemanha chegava a 10% em 1996. Com o fim da guerra-fria, os países do Norte voltaram suas atenções para o Leste europeu e para o aumento dos fluxos migratórios direcionados para o Norte, promovendo cortes nos recursos governamentais para outras regiões do mundo. Outro fator significativo para a redução na arrecadação foi o envelhecimento dos colaboradores das igrejas. Ao lado da escassez de colaboradores, houve o aumento da concorrência no “mercado da solidariedade”, quando a arrecadação de recursos foi disputada por um número maior de agências de financiamento e pelas entidades de ação internacional como os “Médicos Sem Fronteiras” e o “Greenpeace”.

Ocorreu também uma crise cultural, uma crise de humanismo e de falta de perspectivas entre a população européia. São vários os aspectos culturais desencadeados pelo ideário neoliberal e pela globalização que incidem sobre a cooperação: o economicismo, o consumismo, o individualismo exacerbado, a apatia e a indiferença. Além de contribuírem para a redução da arrecadação de recursos para a cooperação, passam a exercer forte influência sobre as prioridades de apoio das agências.

Os colaboradores passaram a exigir mais e melhores resultados da aplicação dos recursos nos países pobres. As pessoas que contribuíam com as entidades de cooperação não conseguiam entender por que décadas de financiamentos não produziram mudanças significativas no que se refere à pobreza nos países do Sul. Passaram a cobrar mais resultados com base na eficácia das ações e dos impactos produzidos para a população pobre. Alguns achavam que as entidades apoiadas não se esforçavam suficientemente para produzir os resultados. Logo as entidades de cooperação passam a ser mais pressionadas e cobradas, o que, por sua vez, aumentou as exigências em relação à eficácia e à efetividade das ações apoiadas: “trata-se de uma tentativa de prevenir eventuais questionamentos por parte da opinião pública e dos parlamentares, mostrando que de fato existe efetividade no campo da cooperação ao desenvolvimento”. (ABONG, 1996:28)

Na busca de atividades capazes de provocar impactos na realidade dos empobrecidos, surgiram várias discussões sobre as prioridades e a utilidade dos financiamentos da cooperação. Se nos anos 70 parte significativa dos doadores dava grande apoio aos programas de conscientização e mobilização política na tentativa de realizar transformações estruturais, nos anos 90 a perspectiva é de apoiar ações que produzam impactos mais imediatos na vida dos pobres. Ocorreu uma valorização das iniciativas de apoio aos empreendimentos produtivos, seja em iniciativas individuais ou coletivas de auto-ajuda. Para os europeus, esses investimentos geravam desenvolvimento porque criavam capacidades empresariais. Esta convicção estava relacionada à recente experiência europeia em que os investimentos produtivos tiveram rápidos e eficientes resultados nos países arrasados pela Segunda Grande Guerra. Acreditavam, portanto, que isso também seria possível nesse momento nos países subdesenvolvidos, que enfrentavam uma forte crise de desemprego, o que gerava alguns mitos em torno dos pequenos projetos e do micro-crédito.

### **1.3.2 – As Experiências de Micro-Crédito no Brasil**

Nesse mesmo período ocorreram no Brasil o avanço e a multiplicação das experiências de micro-crédito como tentativas de respostas à crise do trabalho marcada pela precarização do mercado de trabalho formal, com o desaparecimento de número expressivo de postos de trabalho e o aumento das ocupações instáveis e mal remuneradas. Para tentar minimizar os efeitos da crise do trabalho surgiram várias iniciativas de apoio a modelos alternativos de geração de ocupações, como o trabalho autônomo e os pequenos empreendimentos de base familiar ou associativa através do micro-crédito. Os programas de micro-crédito se converteram em tema prioritário na agenda de organismos multilaterais, das entidades de cooperação e de diversas esferas governamentais no Brasil. Essas iniciativas governamentais e não-governamentais tinham algumas características comuns:

- o público-alvo dos programas era constituído por micro-empresendedores, formais e informais, dos setores de produção, serviços e comércio, onde predominava o crédito para capital de giro, com prazos curtos de amortização;

- os financiamentos eram concedidos prioritariamente a empreendimentos já existentes;
- no meio rural, os financiamentos estavam associados a um processo de reestruturação das unidades produtivas, com a implantação de atividades novas e mais rentáveis;
- concessão de empréstimos de curto prazo, com valor pequeno e ascendente a cada renovação;
- a garantia real era substituída pelo aval solidário ou individual;
- o financiamento ocorria dentro da lógica de mercado, com a incidência de juros reais e a implementação de mecanismos de cobrança e penalização de usuários inadimplentes.

Mesmo dentro desta lógica do empreendedorismo, o micro-crédito apresentava algumas limitações. O valor reduzido do crédito e os prazos curtos de amortização inviabilizavam a utilização do recurso para fins de investimentos, limitando na prática a aplicação dos empréstimos ao financiamento de capital de giro. A multiplicação dos financiamentos dependia da saúde financeira dos fundos de crédito, mais especificamente da questão do retorno dos empréstimos realizados. Esses fatores, combinados com a limitação dos recursos disponíveis, restringiram ainda mais a cobertura efetiva dos programas de micro-crédito.

As exigências da cooperação internacional e as novas perspectivas geradas em torno do micro-crédito no apoio a iniciativas de geração de ocupação e renda resultaram em profundas mudanças nos fundos de apoio aos PACs no âmbito da Cáritas Brasileira. De modo geral, a partir de 1996, os planos trienais dos regionais apoiados pela Misereor e que contemplavam fundos de crédito passaram a incorporar rígidos critérios de acesso e devolução dos recursos (volume, prazos, taxas etc). Esses critérios foram acompanhados pela introdução de novos mecanismos de controle e gestão dos fundos que passaram a direcionar os financiamentos aos projetos de caráter produtivo. Como o maior volume dos recursos deveria ser canalizado para as atividades fins, ocorreu a redução do apoio às estruturas de sustentação do trabalho (recursos humanos principalmente). Na estruturação das equipes gestoras dos fundos eram requeridas pessoas com perfil técnico, capazes de atender às demandas dos fundos e dos projetos produtivos.

### 1.3.3 – O diálogo entre a Cáritas e entidade de cooperação internacional

Algumas dessas mudanças na gestão dos fundos não ocorreram sem tensões na relação entre a Cáritas e as entidades de cooperação. No período 1997 a 2000, houve um amplo processo de rediscussão das relações de parceria entre a Cáritas e as agências, com o foco direcionado aos fundos de crédito que haviam sido incentivados e apoiados nos últimos anos.

Conforme os documentos da Misereor sobre a cooperação com a América Latina e o Brasil<sup>8</sup>, foram definidas as seguintes orientações para os Fundos de Crédito: a) os fundos não deveriam ter um fim em si mesmos, necessitando funcionar de forma subsidiária, como apoio complementar para que os grupos pudessem ter acesso a outras fontes de recursos, principalmente às oficiais; b) as ações deveriam ser sequenciais, isto é, um PAC precisava estar inserido em um processo mais amplo de organização e mobilização com acompanhamento sistemático; c) suas iniciativas deveriam ser sustentáveis (econômica, organizativa, técnica e ambiental); d) as iniciativas precisavam ter capacidade de reprodução ou efeito multiplicador; e) as áreas e tipos de projetos necessitavam estar em conformidade com as prioridades, e f) era preciso manter o valor financeiro dos fundos de apoio aos PACs.

Nesse debate ficou claro que a Cáritas Brasileira se sentia à vontade em relação a algumas das estratégias acima apresentadas, tendo em vista o seu reconhecimento de que os fundos de mini-projetos são instrumentos fundamentais para apoiar iniciativas de protagonismo dos excluídos<sup>9</sup>. Nesse período, o debate no âmbito da Cáritas já apontava para uma ampliação dos PACs para além do financiamento de iniciativas isoladas. Duas questões estavam colocadas para o futuro dos PACs: seria possível potencializá-los enquanto uma alternativa econômica e solidária dos setores populares? Quais as condições que os fundos de

---

<sup>8</sup> Conforme os documentos “Política da Misereor na área de fundos de mini-projetos e fundos de crédito no Brasil” (Versão de 1997); “Perspectivas para as relações de cooperação da Misereor para com a América Latina” (1998) e “Recomendações para a administração de fundos de crédito e fundos rotativos” (1998).

<sup>9</sup> Conforme o documento da Cáritas Brasileira elaborado em 1997 “Política de ação conjunta da Cáritas Brasileira no apoio a programas de construção de alternativas de vida”.



apoio poderiam oferecer para isso, respeitando a lógica específica das iniciativas produtivas populares e solidárias?

O que gerava dissenso com as entidades de cooperação eram as diferentes percepções sobre os resultados dos projetos alternativos e seus indicadores. A Cáritas concebia que os PACs fugiam à lógica do mercado no que se refere ao manejo do crédito porque estavam relacionados a uma lógica econômica da “necessidade” (gerar renda ou alguma alternativa de trabalho com certa precariedade), o que é diferente da lógica do “grande capital”, que busca a eficiência máxima, a produtividade e a maximização do lucro através da exploração do trabalho e da sociedade. Daí a dificuldade de aceitar algumas das novas regras dos fundos que reproduziam a lógica do mercado para financiamento empresarial. O foco da polêmica estava principalmente em torno das regras da devolução. Não havia objeção à devolução como partilha solidária, mas a uma rigidez de devolução dos recursos de acordo com as regras do mercado. Essas exigências se mostravam incompatíveis com a opção da Cáritas em priorizar o apoio às iniciativas de protagonismo e sócio-transformadoras dos excluídos do mercado e da sociedade. Começou a haver uma maior dificuldade de adaptação dos participantes dos PACs aos critérios de acesso aos fundos: taxas, devolução, juros e prazos de devolução.

Diante desses desafios, a Cáritas manteve o questionamento sobre as atuais condições dos fundos e, ao mesmo tempo, buscou o aprimoramento dos processos de acompanhamento e assessoria na elaboração dos projetos e no seu desenvolvimento. Uma iniciativa mais propositiva da Cáritas surgiu em uma articulação dos regionais do Norte e Nordeste, com propostas de modificações dos critérios de devolução e redirecionamento dos fundos aos PACs, em relação às suas origens.

No que se refere aos questionamentos, vale a pena resgatar um documento do Escritório Regional NEII<sup>10</sup>: “as regras sugeridas pelas entidades de cooperação internacional parecem-nos que se confundem com as regras da rede bancária convencional. Entendemos perfeita-

---

<sup>10</sup> Articulação Regional dos Fundos de Mini-Projetos. “Considerações sobre as recomendações para a administração de Fundos de Crédito e Fundos Rotativos Apoiados pela Misereor”. 1998.

mente que, para sobreviver no atual sistema e obedecendo as regras gerais do neoliberalismo, isto é altamente necessário. Agora perguntamos: qual é verdadeiramente o papel da Igreja nesse processo? Tanto de nossa parte como da parte das entidades de cooperação internacional ligadas à Igreja, é de reforçar o neoliberalismo? Que modelo de sociedade a Igreja pode contribuir para que se reproduza tantos mecanismos de morte? Como ficamos diante da maioria daqueles com quem trabalhamos, que, muitas vezes, são excluídos de toda e qualquer ação social e econômica? Como ser solidários a essas pessoas reforçando regras e sistemas anti-solidários e excludentes?”.

Percebe-se, então, profundas divergências quanto às novas regras das entidades de cooperação internacional para a gestão dos fundos de crédito. Nos últimos anos a preocupação maior passou a ser com a manutenção e seus resultados (principalmente a viabilidade econômica). A Misereor, por exemplo, havia apresentado um conjunto de propostas para a gestão dos fundos de crédito: o crédito devia incentivar a formação de capital próprio combinado com o componente de poupança; a manutenção do valor financeiro do fundo implicava necessariamente na cobrança de juros, correção, taxas administrativas, garantias reais, sanções em caso de inadimplência com juros de mora (estes deviam ter um valor também educativo para acesso a fontes oficiais de financiamento. Em situações conjunturais, poderia-se “renegociar” em vez de “renunciar à sua devolução”); o regulamento de funcionamento dos fundos deveria ser claro e conhecido por todos; os indicadores sócio-econômicos de resultados precisavam ser claros; devia-se separar assessoria/acompanhamento de gerência do fundo (as funções deviam ser claramente separadas) tendo em vista que, para a manutenção dos fundos, era necessário cada vez mais profissionalismo e manejo adequado dos instrumentos financeiros.

O debate com as entidades de cooperação internacional continuou até o final dos anos 90, tentando a Cáritas manter-se fiel à sua identidade, reagindo às mudanças propostas. Na visão de Misereor, por exemplo, a administração de fundos complicava a atuação da Cáritas e sugeria que os mesmos fossem transferidos para outras iniciativas de autogestão (cooperativas de crédito ou similares) ou para parceiros com o perfil adequado.

### 1.3.4 – Mudanças nos Fundos de Apoio aos PACs

Diante das avaliações internas e das influências externas, ocorreram profundas mudanças no funcionamento dos fundos de apoio aos PACs:

a) Objetivos e concepções: o principal objetivo dos fundos é contribuir para a melhoria das condições de vida de homens e mulheres excluídos do campo e da cidade, através do acesso ao crédito popular para iniciativas produtivas e infra-estrutura comunitária. Essas iniciativas visavam valorizar e aprimorar a produção familiar e o associativismo comunitário através do crédito, da capacitação, do acesso a fundos e políticas públicas, da promoção de auto-estima, da participação e autonomia em suas organizações.

b) Regras de acesso: organização e capacidade de autogestão e sustentação do grupo; iniciativa do próprio proponente; viabilidade do projeto (econômica, organizacional, tecnológica, comercial); capacidade técnica do grupo; sustentabilidade ambiental do projeto; garantia de assessoria e acompanhamento por parte dos agentes/técnicos diocesanos ou de alguma ONG local; contrapartida para o projeto e consideração das questões de gênero. Para encaminhar um PAC para a Cáritas, o grupo não precisa ser formalizado, ou seja, ter estatuto registrado, CGC etc.

c) Aspectos metodológicos na elaboração dos projetos: também foram introduzidos procedimentos para os regionais, equipes diocesanas e entidades membros assessorarem a elaboração dos PACs. Os projetos são aprovados após um processo de planejamento iniciado com um diagnóstico, no qual se faz o levantamento dos problemas vivenciados pelo grupo ou entidade, seguido da construção coletiva das soluções alternativas. A partir delas dá-se início à discussão sobre o projeto desejado e o estudo de sua viabilidade econômica e social. Nessa ação, é indispensável a participação de todos os integrantes do grupo nos diversos momentos de planejamento, elaboração e execução do projeto, considerando-se os critérios estabelecidos.

d) Gestão dos fundos: varia de acordo com a abrangência e especificidade de organização da Cáritas no regional. O que há em comum é a existência de comissões responsáveis pela análise e aprovação dos PACs, com a participação de entidades parceiras e de representantes dos beneficiários. No Regional NE II (PE, PB, AL e RN), foram estruturados três núcleos gestores dos fundos, com comitês estaduais

formados por representantes de dioceses e entidades parceiras, além de uma comissão regional de articulação. Em Minas Gerais a gestão é compartilhada, envolvendo a Cáritas Regional e as equipes diocesanas e ONG's parceiras. No Regional NE III (BA e SE) o PAC nasce na comunidade através do trabalho desenvolvido pela equipe diocesana. O processo de elaboração e a análise de viabilidade são participativos. A Equipe Diocesana acompanha todo o processo de execução. No Ceará, o Secretariado Regional é responsável pela administração e gestão do Fundo Rotativo Regional e pela assessoria às equipes diocesanas. É adotada uma metodologia sistemática de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos, processo realizado através de visitas às equipes, encontros, oficinas de trabalho e seminários.

e) Critérios de devolução dos recursos: Desde o final dos anos 80 havia essa preocupação com a devolução dos recursos por se entender que, além do seu caráter educativo (crescimento da responsabilidade, superação do paternalismo, incentivo à noção de autonomia), tratava-se de uma forma de fortalecer a solidariedade através da partilha dos resultados concretos adquiridos com a execução do projeto com outros grupos e comunidades. Com base nas novas exigências das entidades de cooperação, os fundos passaram a exigir restituição de 100% do crédito destinado aos projetos produtivos e um percentual menor para os projetos de infra-estrutura comunitária e social. São celebrados contratos por escrito com as condições de pagamento: carência, período de devolução, correção, taxas de juros, garantias, juros de mora e taxas administrativas. O quadro a seguir apresenta os critérios de devolução dos fundos de apoio aos PACs nos regionais:

Quadro 1

## Critérios de devolução dos Fundos de Apoio aos PACs

Regional	Critérios de Devolução por Tipos de Projetos
Ceará	Devolução: varia de 50 a 100% do valor repassado aos grupos / Indexador: salário mínimo.
Maranhão	Devolução: financia projetos de desenvolvimento econômico a 100% e projetos de formação sem retorno / Indexador: taxa fixa de 6,5% ao ano.
Minas Gerais	Devolução: projetos econômicos com 100% de devolução; projetos subsidiados a partir de 50%; e projetos educativos sem retorno financeiro / Indexador: moeda corrente.
NE II: PB, PE, AL e RN	Devolução: financia projetos produtivos a 100% e projetos de infra-estrutura hídrica e comunitária com 50% de retorno / Indexador: UFIR
NE III: BA e SE	Devolução: projetos produtivos (100%), projetos de infra-estrutura hídrica (50%) e os projetos de formação são doações / Os projetos apoiados têm 6 meses de carência e até 24 meses para devolução / Juros de 6% ao ano e 0,5% de multa para cada mês de atraso
Pará	Devolução: projetos de desenvolvimento econômico com 100% de retorno
Piauí	Devolução: 100% para projetos produtivos e 50% para os projetos comunitários de infraestrutura. Os projetos de formação têm caráter de doação, com contrapartida do grupo / O prazo de carência para todos os projetos é de 12 meses e o prazo de reembolso é de 24 meses / O indexador para a devolução é o Salário Mínimo Nacional.
Rio Grande do Sul	Devolução: projetos produtivos a 100%; projetos sociais (complementação de renda) com retorno de 30%; e projetos de formação/articulação com retorno que varia de 1 a 10% / Para os projetos produtivos incide uma taxa fixa de 3% (administrativa) sobre o valor liberado / Indexador próprio chamado FRS (valor de referência do Fundo Rotativo Solidário) que é atualizado a cada 2 meses através do INPC

*Fonte: Relatórios de Sistematização dos Regionais e do Secretariado Nacional*

Na 43ª Reunião do Conselho Nacional, em fins de 1999, refletiu-se sobre o papel dos Fundos de Apoio aos PACs para a Cáritas, reafirmando sua importância enquanto instrumento, meio, e não fim em si mesmo, para a organização dos excluídos. Produziu-se o documento *Proposta de acordo de transição das relações da Cáritas com Misereor*. Entre outros aspectos definiu-se a importância de se acessar outros fundos, de diferentes origens (recursos públicos, recursos de campanhas de solidariedade, recursos da Campanha da Fraternidade etc.), colocando-os a serviço dos grupos e das comunidades.

O documento do Conselho Nacional traçou algumas orientações para mudanças nos rumos dos Fundos de Apoio aos PACs: “Os atuais fundos devolutivos, quando esgotados os recursos dos fundos de crédito, serão utilizados para empréstimos dentro das perspectivas de EPS (rede, cadeias, articulações entre os grupos apoiados) e para alavancar recursos públicos. A Misereor vem apoiando Planos que contemplem ações de base de formação, de articulação e de mobilização nas linhas de EPS, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável. Na medida em que assumimos voltar a dar ênfase ao aspecto organizativo que os fundos de projetos podem propiciar (agora, na perspectiva da EPS e/ou do Desenvolvimento Local Sustentável), cabe dar melhor direcionamento para o Fundo Devolutivo, assegurando que os projetos e grupos apoiados terão capacitação técnica e formação para a cidadania, acompanhamento, articulação, participação em espaços de defesa de direitos, de informação sobre fundos e recursos públicos, bem como forma de acessá-los”<sup>11</sup>.

O mesmo documento destaca a necessidade de articulação com outros fundos de apoio, principalmente com o Fundo Nacional e os Fundos Diocesanos de Solidariedade (Campanha da Fraternidade): “alguns Regionais já iniciaram práticas de articulação com outros fundos de apoio existentes, inclusive contribuindo para a construção e fortalecimento de alguns deles. Considerando nosso papel de mediar o acesso a tais fundos e contribuir para sua multiplicação, cabe aos Regionais (e Nacional) abrir espaços de compreensão e participação nesses fundos,

---

<sup>11</sup> Cáritas Brasileira. Proposta de Acordo de Transição das Relações da Cáritas com a Misereor. Brasília/DF: Cáritas, 1999. p.2

considerando aqueles que mais se aproximam das concepções de EPS ou de ESP (Economia dos Setores Populares). Estão *pipocando* iniciativas as mais diversas que, necessariamente, deverão estar articuladas em fóruns e parcerias: ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário, da CUT), Cooperativas de Crédito, Bancos do Povo, Fórum dos Fundos para Pequenos Projetos (CESE, CERIS, FASE, CAMPI, Cáritas etc.) e o Fundo da Campanha da Fraternidade”. O documento enfatiza a organização da coleta da Campanha da Fraternidade no nível diocesano: “Muito próximo de nós e das bases, cabe-nos contribuir para construir os Fundos Diocesanos de Solidariedade. Algumas Cáritas não só estão ajudando nisso como já fazem campanhas próprias de captação de recursos locais. Nossa experiência, no trato de análise, negociação pedagógica, aprovação, monitoramento e avaliação de projetos, nos confere papel fundamental na formação das comissões locais e sua relação com o Fundo Nacional”<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Op. Cit. p.2

## 2 - Características dos PACs

### 2.1 – Abrangência, tipologia e sujeitos

Os PACs apoiados e/ou acompanhados pela Cáritas Brasileira estão presentes em todo território nacional, com maior volume de presença nos Estados da Federação onde existem Regionais da Cáritas Brasileira que mantêm fundos de apoio aos mesmos. A seguir são apresentados dois quadros com a abrangência geográfica e de investimento nos PACs por regional:

Quadro 2

#### Abrangência espacial dos PACs nos Regionais da Cáritas Brasileira

Regional	Abrangência
Ceará	A ação da Cáritas com os PACs está presente em 07 das 09 Dioceses do Estado do Ceará.
Maranhão	62 municípios integrantes de 10 das 12 Dioceses do Estado do Maranhão: Bacabal, Balsas, Brejo, Caxias, Coroatá, Imperatriz, Pinheiro, São Luís, Viana e Zé Doca.
Piauí	Presença de PACs em todas as regiões do Estado, atingindo 83 municípios, 37,55% de um total de 222 municípios do Piauí. Constata-se uma tendência maior de crescimento em municípios nas regiões norte e centro sul do Estado, principalmente em áreas de abrangência das Dioceses Oeiras/Floriano, Parnaíba e Picos (57,03% dos projetos).
NE II: PB, PE, AL e RN	Os três fundos da Cáritas Brasileira no NE II têm abrangência nos Estados de PE, PB, AL e RN. a) Os FMP-PE e AL têm como área de abrangência seis Dioceses da Mata Sul de Pernambuco e do Estado de Alagoas: Olinda e Recife, Nazaré da Mata, Palmares, Maceió, Penedo e Palmeira dos Índios; b) O FMP-PB atua nas Dioceses de Guarabira; Campina Grande; Cajazeiras; Patos e João Pessoa. c) Sediado em Pesqueira/PE, o FMP-PE atua em seis Dioceses: Pesqueira, Caruaru, Garanhuns, Afogados da Ingazeira, Petrolina e Floresta.
Minas Gerais	Atua em todo o Estado, com prioridades nas regiões onde existe equipe de Cáritas ou entidade parceira que possa garantir o acompanhamento aos projetos. Há intenção de concentrar mais as ações em algumas regiões onde se desenvolverão iniciativas piloto, a saber: Araçuaí – Médio Jequitinhonha; Paracatu; Zona da Mata e Belo Horizonte.



Regional	Abrangência
NE III: BA e SE	No regional existem 23 Dioceses, sendo 20 na Bahia e 03 em Sergipe. Dessas, 19 são entidades-membro da Cáritas Brasileira e em todas existem PACs, porém com maior intensidade nas Dioceses de Senhor do Bonfim, Ruy Barbosa, Barra, Livramento de Nossa Senhora, Bom Jesus da Lapa e Estância. No Programa Trienal 2001 a 2003, a Cáritas está se propondo a desenvolver projetos demonstrativos incentivadores da Economia Popular Solidária nas áreas de apicultura (Barra e Paulo Afonso), suinocultura (Estância/SE) e ovino-caprinocultura (Barra, Senhor do Bonfim e Ruy Barbosa).
Pará	Atuação concentrada em algumas áreas do Estado articulada às iniciativas de fortalecimento do cooperativismo alternativo. Atualmente tem maior presença na Prelazia de Cameté; na região da Diocese de Abaetetuba e na região da Arquidiocese de Belém.
Rio Grande do Sul	Os primeiros projetos alternativos animados pela Cáritas surgiram a partir de 1983 em Santa Maria e, depois, em Novo Hamburgo. Atualmente, na perspectiva da EPS fortaleceram-se 4 pólos: Santa Maria, Passo Fundo, Pelotas e Porto Alegre. Nesses locais de referência busca-se associar os PACs a projetos de desenvolvimento local.

*Fonte: Relatórios de Sistematização dos Regionais e do Secretariado Nacional*

A priorização de áreas de abrangência dos PACs decorre de critérios que vão sendo construídos e assumidos a partir do próprio desenvolvimento dos trabalhos nos regionais. Os critérios que prevalecem são a capacidade organizativa dos grupos apoiados e o suporte de acompanhamento aos PACs por parte de entidades locais. Conforme o relato do Regional Piauí: “constata-se uma tendência maior de crescimento em municípios nas regiões onde se desenvolvem experiências mais sólidas de organização dos trabalhadores, de uma presença maior de entidades de assessoria e de dioceses com uma ação pastoral mais voltada para a organização popular. Essas condições, sem dúvida, favorecem uma maior mobilização dos trabalhadores em torno de recursos e /ou mecanismos que possam contribuir para a melhoria de suas condições de vida (incluindo os PACs) e na construção de práticas coletivas que

signifiquem a tomada de consciência da realidade e de seus direitos de cidadania”.<sup>13</sup>

Quanto ao volume de projetos apoiados e recursos investidos no período de 1995 a 2000, os quadros 03 e 04 revelam que os PACs têm uma forte presença na ação da Cáritas Brasileira.

Quadro 3

### PACs apoiados no período 1995-2000

Regionais	1995		1996		1997		1998		1999		2000	
	Nº	Pessoas	Nº	Pessoas	Nº	Pessoas	Nº	Pessoas	Nº	Pessoas	Nº	Pessoas
Pará	14	8026	09	6823	11	1428	04	45	02	123	-	-
Maranhão	11	246	28	351	21	372	11	118	22	219	-	-
Piauí	21	227	22	110	22	47	11	38	12	35	02	08
Ceará	20	519	26	590	11	90	40	237	49	129	15	41
NE II: PB/PE/AL <sup>14</sup>	01	25	01	23	-	-	37	4308	45	5473	51	3784
NE III:BA/SE	22	661	23	873	09	166	07	140	16	371	-	-
Minas Gerais	16	853	24	853	08	835	03	678	15	1751	17	479
Rio Grande do Sul	74	6298	63	1978	50	3068	51	2428	42	1099	45	898
Total	179	16855	196	11601	132	6006	164	7992	203	9200	130	5210

Fonte: Relatórios de Sistematização dos Regionais e do Secretariado Nacional

Nos últimos cinco anos, os regionais da Cáritas Brasileira apoiaram 1004 PACs, envolvendo quase 57 mil pessoas em atividades produtivas, de mobilização e de formação. Além dos projetos apoiados pelos regionais, o Secretariado Nacional mantinha também fundos de apoio aos PACs e, a partir de 1999, foi implementado o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) com recursos da Campanha da Fraternidade. Entre 1999 e 2000, foram apoiados 252 projetos com recursos do FNS.

No que se refere aos recursos investidos nos projetos, o Quadro 4

<sup>13</sup> Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS. Regional Piauí, 2001.

<sup>14</sup> Em 1997 foram implementados 03 Fundos de Apoio aos PACs no Regional NE II.

apresenta um total de investimentos de R\$ 7.000.938,00 nos PACs durante o período de 1995 a 2000.

Quadro 4

### Recursos dos PACs no período 1995-2000 (R\$)

Período	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
Nº de Projetos apoiados <sup>15</sup>	179	196	132	164	301	295	
Fontes	Fundos Regionais	854.497,	731.774,	493.193,	648.145,	748.769,	624.560,
	Fundo Nacional de Solidariedade	-	-	-	-	1.100.000,	1.800.000,
	Total	854.497,	731.774,	493.193,	648.145,	1.848.769,	2.424.560,

Fonte: Relatórios de Sistematização dos Regionais e do Secretariado Nacional

Na maioria dos regionais encontramos quatro tipos básicos de PACs apoiados com financiamento e acompanhamento: os projetos produtivos, os projetos de infra-estrutura comunitária, os projetos formativos (educativos) e os projetos sócio-comunitários.

Conforme o quadro 5, percebe-se que no período de 1995 e 2000 há uma ênfase maior dos PACs nas atividades produtivas, através do apoio a diversos tipos de atividades (artesanal, agrícola, pecuária e serviços), na agregação de valor aos produtos (beneficiamento da produção, pequenas fabricas etc). Os projetos de infra-estrutura, em grande parte, também estão vinculados às iniciativas produtivas, com exceção das ações de abastecimento de água no Nordeste. Os projetos educativos apóiam atividades formativas, informativas e de mobilização de organizações populares. Esses tipos de projetos aparecem cada vez menos nos regionais tendo em vista a redução do percentual dos Fundos destinados a essas finalidades. Cabe ressaltar que as atividades formativas continuam sendo realizadas diretamente pelas equipes regionais, que contam com recursos nos seus planos trienais de trabalho.

<sup>15</sup> Incluindo os projetos apoiados pelos Fundos Regionais e pelo Fundo Nacional de Solidariedade a partir de 1999.

### Tipologia dos projetos aprovados entre 1995 e 2000

Regional	Tipologia	%	Características
Ceará	Produtivos	80	Na área rural: produção e melhoramento agrícolas (irrigação, hortaliças, casa de sementes e beneficiamento de grãos); criação de animais (caprinos, ovinos, aves, apicultura). Na área urbana: marmitaria e lanchonetes; artesanato (bordados, labirinto, objetos de palha e couro); beneficiamento da produção (farinha, doce).
	Formação	20	Apoio a atividades de formação, informação e mobilização.
Piauí	Produtivos	65	Está priorizando as iniciativas de convivência no Semi-Árido, apoiando os seguintes tipos de projetos: criação de pequenos animais (apicultura, caprinocultura, ovinocultura) e beneficiamento de frutas (caju, manga, castanha etc).
	Infra-estrutura	15	Projetos de captação e armazenamento de água.
	Formação	20	Atividades com finalidade de capacitação e de pressão popular para implementação de políticas públicas apropriadas ao Semi-Árido.
NE II	Produtivos	80	Apoio à produção, criação de animais de pequeno porte (avicultura, apicultura e caprinocultura), beneficiamento de produção, pequena produção artesanal, aporte de equipamentos e capital de giro para comércio e serviços.
	Infra-estrutura	20	Projetos de infra-estrutura hídrica: construção de cisternas e poços; recuperação e instalação de poços na área do Semi-Árido; e nos projetos de infra-estrutura comunitária prevalecem as construções de armazéns comunitários.
Minas Gerais	Produtivos	80	Financiamento de atividades de produção, beneficiamento, comercialização, formação de capital de giro, tanto para projetos urbanos como rurais.
	Educativos	20	Iniciativas de formação e informação
NE III	Produtivos	70	Apicultura, suinocultura, ovino-caprinocultura, bodega comunitária, forrageira (palmas, leucena, capim buffel), plantio de mandioca, aquisição de matrizes e reprodutores de caprinos e ovinos.
	Infra-estrutura	30	Construção de aprisco, cercas, barragens e açudes.

Regional	Tipologia	%	Características
Norte II	Produtivos	100	As ações a serem apoiadas são definidas em planejamento conjunto com as cooperativas e associações priorizadas no trabalho do regional. São apoiados projetos de beneficiamento da produção (casas de farinha, produção de massas etc), capital de giro e pequenos animais.
Sul	Produtivos	52	Pequena indústria, prestação de serviços, comercialização, produção agrícola na perspectiva ecológica.
	Sociais e comunitários	48	Moradia, saúde, combate à fome, promoção da mulher, formação, cultura popular.
Maranhão	Produtivos	80	Iniciativas produtivas comunitárias: hortas, plantações, beneficiamento da produção, artesanato, apicultura, comercialização etc.
	Formação	20	Atividades de capacitação e informação.

*Fonte: Quadro elaborado pelo Secretariado Nacional a partir dos acordos firmados entre os regionais e a Misereor e vigentes em 1998.*

A perspectiva inicial dos PACs estava relacionada à solidariedade a grupos excluídos ou em processo de exclusão para que pudessem ser protagonistas na conquista de direitos: “consideramos como sujeitos sociais dos projetos aprovados os grupos comunitários e familiares atingidos por diferentes formas de exclusão social e que buscam alternativas de vida no campo e na cidade”.<sup>16</sup>

De acordo com essa definição, dois critérios estão presentes na definição dos destinatários dos PACs: a situação de exclusão na qual se encontram e a mínima capacidade organizativa dos mesmos. Os dois critérios devem ser combinados como fatores de viabilidade dos PACs: enquanto o primeiro é amplo, o segundo é restritivo. Um desafio é superar o assistencialismo, fortalecendo a ênfase no aspecto solidário (lutas sociais e processo educativo). O outro desafio é de como combi-

<sup>16</sup> Política de Ação Conjunta da Cáritas Brasileira no apoio a programas de construção de alternativas de vida. Documento da Cáritas, elaborado em 1997 como referencial para negociação com as entidades de cooperação.

nar a solidariedade com a viabilidade econômica dos projetos produtivos, atuando com grupos em processo de exclusão.

Quanto ao primeiro desafio, a avaliação dos PACs realizada entre 1992-94 havia constatado alguns riscos. Um deles era dos “beneficiários” dos PACs “serem encarados apenas como seres carentes e não como sujeitos participantes” (Cáritas, 1995:184). O outro risco consistia em que as exigências organizativas dos PACs (apoiar grupos minimamente organizados) poderiam contradizer com os objetivos da Cáritas, alimentando uma forma de exclusão: “os excluídos dos excluídos não teriam chances de serem apoiados” (idem: 185).

O segundo desafio emerge com bastante força nas redefinições dos fundos de apoio aos PACs após 1995. As exigências de devolução e taxas de juros restringiam o apoio a projetos com constatada viabilidade econômica. A delimitação dos sujeitos sociais deveria atender outros critérios além do organizativo: capacidade de contrair débitos, capacidade mínima de poupança. Isto é, não era possível desenvolver um projeto com viabilidade econômica em uma perspectiva de sujeitos com necessidades a serem satisfeitas em curtíssimo prazo. Os prazos de devolução não permitiam a satisfação de necessidades imediatas de sobrevivência com base na renda gerada nos projetos. A justificativa acima incluía o argumento de que para os mais excluídos deveriam ser realizadas outras formas de ação, de conquistas imediatas (terra, alimento, moradia etc) e não de implementação de iniciativas econômicas de geração de renda.

De imediato, essas definições reduziram significativamente a procura e o acesso aos fundos de crédito geridos pela Cáritas. O dinheiro, que antes era pouco, começou a sobrar devido à desconfiança dos sujeitos sociais. Foi o caso, por exemplo, do Regional Maranhão, que só aprovou 03 novos projetos em 1998, e do Regional NE III, que só aprovou 05 projetos para dois estados (BA e SE), quando em 1996 havia aprovado 23 projetos comunitários.

Diante dessa situação, ainda em 1998, a Cáritas Brasileira tenta negociar com as entidades de cooperação diferentes condições de apoio aos PACs, de acordo com os perfis dos sujeitos sociais cujas condições de vida são destacadas pelo documento do Regional Piauí: “o cenário de pobreza e das desigualdades é profundo e a questão social engendra

contradições que se enraízam por toda a sociedade, atingindo a grande maioria da população, tanto no campo quanto na cidade. A questão fundiária aparece como um dos principais elementos estruturadores dessa problemática, aliada ao fenômeno da seca, à ausência de políticas públicas sociais concretas, de democratização do capital, das terras, das relações sociais e do poder, o que tem aprofundado essas desigualdades”.<sup>17</sup>

Mesmo com as mudanças ocorridas nos critérios de funcionamento dos Fundos de Apoio, a Cáritas vem mantendo a sua opção de trabalho com os setores da sociedade que vivenciam a realidade da exclusão e que buscam formas de superação:

a) são grupos populares. Aqui, o conceito “popular” destaca o processo de organização solidária com e a partir dos excluídos, refletindo a opção político-pedagógica da Cáritas Brasileira;

b) a maioria reside em áreas rurais. São agricultores familiares, pequenos proprietários, agregados, arrendatários, meeiros, sem-terra e assentados, todos com prática de agricultura de subsistência e da pequena criação de animais que, na maioria das vezes, são excluídos dos programas oficiais. No Pará são pequenos proprietários rurais, camponeses sem terra, pescadores artesanais e milhares de outras formas de organizações da economia, que funcionam em vista do atendimento das necessidades internas das populações locais. No Regional NE II, os agricultores correspondem a cerca de 76% dos participantes dos projetos avaliados. Apenas 28% dos projetos estão na área urbana;

c) nas áreas urbanas, são pessoas desempregadas ou sub-empregadas, biscateiros, sem-teto, moradores de área de risco, favelados procedentes, na sua maioria, das áreas rurais, que buscam desenvolver atividades produtivas de forma comunitária e organizada como um meio de subsistência. A maioria dos projetos apoiados na área urbana é de iniciativa de micro-empresendedores, familiares ou associados;

d) o nível de rendimento que predomina entre os que participam diretamente indica que os projetos apoiados têm sido de fato voltados para uma parcela da população excluída economicamente. No levantamento realizado no Regional NE II em 1999, foi constatado que 43% dos participantes têm uma renda mensal de até 1/2 salário mínimo (R\$

---

<sup>17</sup> Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS. Regional Piauí, 2001.

68,00, na época) e 83% têm uma renda mensal de até 1 salário mínimo (R\$ 136,00, em 1999).

e) outro indicador das condições de vida da população participante dos projetos é o nível educacional. O levantamento realizado no Regional NE II indica que 30% dos participantes dos projetos são analfabetos e que até 83% não concluiu as primeiras séries do ensino fundamental;

f) ainda não se tem um levantamento de dados sobre a questão de gênero e geração nos PACs atualmente. Os relatórios dos regionais caracterizam os sujeitos participantes como grupos comunitários. Recentemente os regionais têm destacado essas questões: “pelo perfil dos grupos comunitários ou das unidades familiares com os quais trabalhamos, constatamos que são mulheres e homens, pessoas excluídas dos sistemas de crédito oficiais, com pouca ou nenhuma qualificação profissional, na grande maioria analfabetos e semi-analfabetos, com prioridade para as populações excluídas das periferias das cidades ou da região Semi-Árida.”<sup>18</sup>

## 2.2 - Características organizativas dos PACs

Quanto à tipologia organizativa dos participantes, existe uma compreensão consolidada de que o PAC deve surgir como uma forma de apoio às iniciativas comunitárias, como um meio que deve contribuir no processo de organização popular: “pretende criar oportunidades para que as famílias produzam seu próprio alimento de modo coletivo e criem alternativas de geração de emprego e renda. Desta forma aumentar, também, a sintonia entre as populações mais carentes e as ações públicas, por isso para ter acesso ao financiamento não é necessário que sejam grupos juridicamente constituídos, basta que estejam organizados, tanto em associações, cooperativas e grupos comunitários como em sindicatos”.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS. Regional Ceará, 2001.

<sup>19</sup> Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS. Regional NE III, 2001.



A formalidade não é uma exigência para acesso aos PACs. Há grupos informais, com alguma experiência na execução de atividades similares ao projeto encaminhado. As organizações populares formais são associações, cooperativas e micro-empresas (casos raros) e mesmo assim “não se encontram formalmente organizadas sob todos os aspectos, seja quanto à regularidade da produção e do trabalho, seja quanto à regularidade fiscal, legal, tributária e sanitária”.<sup>20</sup> O Regional Pará explicita as inúmeras formas de associativismo que têm surgido no meio dos camponeses no contexto de luta pela reprodução social: “são sociedades agrícolas, cantinas, cantinões, grupos de revenda, revendões, caixa agrícola, feiras, associações, cooperativas etc, que são criadas desde épocas remotas para viabilizar o processo de reprodução social desses grupos”.<sup>21</sup>

Após 1995 alguns regionais da Cáritas Brasileira passaram a introduzir novos critérios de acesso aos fundos de crédito, garantindo o apoio de micro-crédito para unidades familiares organizadas em grupos solidários. Isso ainda não significou uma individualização do crédito e nem o rompimento com a compreensão dos PACs como instrumento de fortalecimento das organizações e lutas coletivas. O apoio a iniciativas familiares estava vinculado à necessidade de articulação com processos organizativos mais amplos. Essa modalidade de crédito no entanto não cresceu no âmbito da Cáritas Brasileira.

Em todos esses casos fica explícito que a sustentabilidade dos projetos depende não apenas da viabilidade técnica e da sustentabilidade econômica mas da capacidade organizativa dos participantes dessas iniciativas. Tal capacidade organizativa é, inclusive, um dos critérios para a aprovação dos projetos e extrapola os grupos específicos. Na Cáritas tem crescido cada vez mais a consciência da importância das redes e articulações identificadas com uma sócio-economia ou economia solidária. É o caso da valorização das redes de produtos e serviços e do fortalecimento do cooperativismo alternativo a partir dos PACs. Algumas das experiências da Cáritas são destacadas a seguir.

---

<sup>20</sup> Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS. Regional Minas Gerais, 2001.

<sup>21</sup> Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS. Regional Pará, 2001.

No Rio Grande do Sul, muitas das iniciativas apoiadas pela Cáritas buscavam fortalecer cooperativas de pequenos produtores. Tratava-se de resgatar os princípios e valores originais do cooperativismo em contraposição ao sistema oficial de organização da maioria das cooperativas brasileiras, orientado primordialmente pelo mercado e controlado por setores das elites dominantes. A Cáritas passou a incentivar e participar do movimento de cooperativismo alternativo no Rio Grande do Sul, fortalecendo as redes de articulação. Em 1998 foi realizada a Feira do Cooperativismo Alternativo de Santa Maria, que depois assumiu uma dimensão estadual.

Outra trajetória significativa entre a Cáritas e o cooperativismo alternativo encontra-se no Pará. O Regional da Cáritas empreendeu mudanças significativa a partir de meados da década de 90, com o redirecionamento dos seus esforços para o fortalecimento do cooperativismo alternativo. Essas mudanças foram inspiradas no movimento popular organizado, notadamente do meio rural. O programa fundamenta-se na crítica ao modelo de desenvolvimento econômico orientador da política do Estado que, a partir da década de 70, cooptou as cooperativas, transformando-as em instrumentos viabilizadores do pacote da “revolução verde”. Na Amazônia, a parcela dos agricultores marginalizados desse modelo de produção apresenta-se com diferentes faces, de que se destaca a população local (agricultores familiares ribeirinhos e agricultores familiares colonos da terra firme), situada nas regiões nordeste e oeste do Pará, e uma população migrante do sul e sudeste do Brasil, expulsa pelo latifúndio, que vai viabilizar a agroindústria consumidora dos insumos e tecnologias da “revolução verde”, compondo o núcleo populacional da frente de fronteira nas regiões sul e sudeste do Pará.

O Cooperativismo Alternativo apresenta-se como o eixo de viabilidade econômica dos grupos que se organizaram como CEBs e que, portanto, trazem um conteúdo de práticas e vivências sociais, culturais e política. Nesse contexto, os grupos que se reuniram no XI Encontro do Cooperativismo Alternativo e Agricultura Familiar, realizado pela Cáritas Brasileira Regional Norte II, em outubro de 1995, definiram os seguintes princípios do cooperativismo alternativo: a base do trabalho é a valorização e o apoio à agricultura familiar, que busca melhorar as

condições de vida das famílias; busca-se alcançar um modelo de desenvolvimento, em que o centro seja o espírito comunitário, das organizações coletivas, rompendo com o individualismo; o caminho é a conscientização e a participação nas organizações e lutas políticas para alcançar e consolidar as conquistas; é necessário o fortalecimento de relações igualitárias baseadas no respeito às características das pessoas, da afirmação da mulher nas iniciativas conjuntas; deve-se lutar pela preservação dos princípios da democracia participativa nos diferentes espaços organizativos (STR, Associação, Cooperativa etc); construir a cultura de solidariedade, valorizando e promovendo as pessoas criadoras e com plenitude de seus direitos de cidadã; e cultivar o respeito e a preservação do meio ambiente.

Com base nestes princípios, o programa de “Apoio ao Desenvolvimento do Cooperativismo Alternativo e Agricultura Familiar” orientou-se pela compreensão do estágio das organizações associativas de agricultores familiares no Pará: as diversas organizações associativas (cantinas, caixas agrícolas, revendas, grupos de produção e transformação) tinham ligação orgânica com os movimentos sociais e populares de luta de caráter mais geral (sindicatos, federações, centrais etc). Havia, portanto, a possibilidade de fortalecer estes canais de interlocução para consolidar algumas das iniciativas de organizações de agricultores familiares, tais como acesso ao crédito rural, assistência técnica e serviços sociais básicos (escola, saúde, transporte etc).

O fortalecimento do cooperativismo alternativo está baseado na perspectiva de somar-se os esforços de lutas nos espaços locais com os mais amplos, propiciando ações diretas com as organizações locais, e ações mais gerais de fortalecimento dos movimentos sociais e populares no estado. Ambas as ações são canalizadas para a construção e a implementação de propostas de organização da agricultura familiar. Esta opção mostrou-se correta e tornou-se viável a partir do momento em que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), bem como outros movimentos sociais, passou a assumir o processo de consolidação do cooperativismo alternativo, reconhecendo a importância do mesmo para os avanços organizativos e econômicos da agricultura familiar no Pará.

Além do fortalecimento do cooperativismo alternativo, os PACs tam-

bém estão relacionados às diversas redes de produtores que vêm surgindo nos últimos anos. Essas redes são constituídas em resposta, principalmente, às dificuldades de comercialização. Nas iniciativas econômicas acompanhadas pela Cáritas, essa necessidade de articulação entre os produtores vem sendo aprofundada, fazendo com que os participantes compreendam a importância da criação das redes de produtores e da necessidade de ter apoio e acompanhamento para desenvolver este tipo de parcerias. Nos moldes da produção alternativa, são identificadas algumas iniciativas de redes acompanhadas pelos regionais da Cáritas.

a) Na Bahia são várias as redes que surgem: na região de Feira de Santana, produtores apícolas estão formando a rede de apicultores da região; na região de Barra, são os produtores de ovino-caprinocultura; na região de Caetitê os produtores estão tentando implantar uma indústria de beneficiamento dos produtos oriundos da caprinocultura. Na tentativa de dinamizar esse processo, a Cáritas regional está se propondo a contribuir para a viabilização das redes através de um programa de formação em associativismo, cooperativismo, apicultura, ovino-caprinocultura e agricultura familiar.

b) Em Minas Gerais, as redes de produtores vêm se consolidando em diversas iniciativas econômicas apoiadas pela Cáritas, a saber:

· *Rede de Produtores Dom de Minas – Noroeste de Minas*: vem se organizando com o apoio e a animação da Cáritas Diocesana de Paracatu para o desenvolvimento de atividades ligadas ao beneficiamento de produtos (açúcar mascavo, rapadura, farinha, polvilho, doces etc) e a comercialização conjunta em nível regional. Estão estruturando uma loja de venda de produtos, inicialmente no varejo, na BR 040, próximo a João Pinheiro. A estruturação adequada (equipamentos, escala de fornecimento e capacitação gerencial) dessa iniciativa poderá permitir aos grupos comercializarem produtos de outras redes de produtores do estado, por exemplo, a polpa de frutas do Norte de Minas, concretizando-se assim um papel complementar das redes na prestação de serviços de comercialização.

· *Rede de Produtores Grande Sertão Veredas – Norte de Minas*: Trabalha com produção de polpa de frutas nativas e plantadas do cerrado e da caatinga, defumados, mel etc.

· *Redes de Produtores Fruta Boa - Araçuáí* – Contam com uma grande

infra-estrutura de beneficiamento de alimentos financiados com recursos do Pronaf infra-estrutura e desenvolvem atividades de comercialização de frutas *in natura*, produção de frutas desidratadas (banana-passa e abacaxi-passa) e produção de polpas.

· *Rede de Produtores Sítio Mineiro – Zona da Mata*: Produção e comercialização de diversos produtos, sendo o café o principal produto comercial da agricultura familiar na região.

c) No Regional Ceará vêm tendo destaque as redes de produtores do Semi-Árido:

· *Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS)*: vem funcionando no Ceará, com coordenações nas diversas regiões, e vários grupos já beneficiados com os PACs são seus integrantes. Essa articulação no Estado foi iniciada e vem sendo assessorada pelo ESPLAR<sup>22</sup>. Além de questões relativas a armazenamento, seleção e recuperação de sementes, são tratados aspectos ligados a segurança alimentar, convívio com o meio ambiente, questões de gênero entre outras.

· *Rede Abelha do Ceará*: criada com intuito de fortalecer os apicultores familiares potencializando a comercialização dos grupos. Atualmente a rede está constituída por 35 grupos, e os seus objetivos são organizar associações e cooperativas de apicultores familiares; capacitar para produção com qualidade; estimular a participação das mulheres; incentivar a produção orgânica, protegendo o meio ambiente.

d) No Rio Grande do Sul, a Cáritas tem trabalhado com as redes de produção através de feiras e fóruns de articulação do cooperativismo e associações alternativas. Para contribuir na organização, divulgação e comercialização, animou feiras estaduais. Estas se desenvolveram com processos metodológicos diferenciados garantindo verdadeiros espaços de formação dos grupos participantes. Em 1998 foi realizada a 1ª FERIA de Economia Popular Solidária, reunindo uma mostra de mais de 70 experiências do estado.

Em todos essas propostas de criação de redes regionais de produtores há um conjunto de desafios que precisam ser superados, inclusive para responder uma questão vista como estratégica – a relação campo-cidade, a aproximação das redes de produtores com as redes de consu-

---

<sup>22</sup> Centro de Pesquisa e Assessoria. É uma ONG, cuja sede está localizada em Fortaleza.

midores, estas condicionadas às regras impostas pelos setores competitivos de mercado. Daí a importância cada vez maior do acompanhamento dessas iniciativas.

### 2.3 - Acompanhamento, assistência técnica e capacitação

A experiência acumulada pela Cáritas e por outras entidades que trabalham com os PACs tem demonstrado que o acompanhamento é condição fundamental para o êxito das iniciativas comunitárias, tanto do ponto de vista do suporte organizativo quanto no que se refere ao desenvolvimento das atividades produtivas.

A Cáritas foi aos poucos definindo diretrizes básicas para o acompanhamento: a) construir a autonomia, a auto-gestão e a afirmação política dos grupos acompanhados; b) descentralizar o acompanhamento aos grupos nas diversas áreas de atuação e c) possibilitar um processo sistemático de capacitação, com o objetivo de aprimorar a formação dos participantes dos PACs e dos agentes que atuam diretamente no acompanhamento dos mesmos.

Para dar suporte aos projetos apoiados pelos fundos regionais são realizadas diversas atividades de capacitação das equipes diocesanas e locais que são responsáveis pelo acompanhamento dos projetos e pela formação do público beneficiário. Entre as atividades formativas destacam-se os cursos de gerenciamento básico direcionados para os atuais participantes e para os grupos que pretendem ter acesso aos fundos. Outros cursos e seminários são realizados nas áreas de políticas públicas, poder local e participação popular; gerenciamento de projetos; formação ético-política e associativismo, além do desenvolvimento de habilidades específicas de manejo animal, manejo de recursos hídricos e outras.

O Regional Rio Grande do Sul apresenta a diversidade dos conteúdos formativos: “no processo de acompanhamento, formação e avaliação de projetos são tratados assuntos tais como: capacitação para a produção agroecológica, alternativas para uma Economia Popular Solidária, participação na formação das políticas públicas, capacitação para implantação das agroindústrias, recuperação do solo com adubação orgânica e compostagem, saúde da mulher, alternativas à cultura do fumo,

formação sobre cooperativismo alternativo, cozinha alternativa, ervas medicinais, comercialização, reciclagem e coleta seletiva de lixo, formação técnica nas áreas de panificação, confeitaria, salgados e doces, confecção, serigrafia”<sup>23</sup>.

As avaliações dos regionais constatam que as principais atividades de acompanhamento aos PACs são assessoria na elaboração dos projetos; reuniões de planejamento e avaliação; visitas sistemáticas ao projeto e apoio à comercialização. No que se refere à assistência técnica, as atividades destacadas são treinamentos de produção em campo, orientação no manejo de rebanhos, difusão de tecnologias apropriadas e orientação no gerenciamento dos recursos.

A garantia do acompanhamento ao grupo tornou-se critério de aprovação dos projetos pelos Conselhos Gestores. Mas para realizar o acompanhamento as entidades parceiras enfrentavam grandes desafios, entre os quais destacam-se as limitações no quadro de pessoal disponível (muitos dos agentes fazem serviços voluntários) e a distância e a dificuldade de acesso (transporte) às áreas dos projetos. Tendo em vista esses desafios, a Cáritas tem buscado diversificar as modalidades de acompanhamento aos PACs além de construir e fortalecer parcerias com outras entidades:

a) O acompanhamento é feito pelos próprios regionais: neste caso, o acompanhamento é feito através de reuniões periódicas. O número reduzido dos membros da equipe do regional dificulta esse acompanhamento e monitoramento.

b) O acompanhamento é feito pelas equipes diocesanas (Cáritas ou entidades membros). No Regional NE III, os projetos são assessorados pelas respectivas equipes diocesanas que, além do acompanhamento político e pastoral, também orientam a parte técnica. Mas, mesmo assim, algumas comunidades apresentam certas dificuldades, como carência de acompanhamento técnico em questões específicas. No Regional Maranhão, os PACs passaram a enfrentar sérios problemas a partir de 1996, devido à redução do quadro de pessoal responsável pelo acompanhamento aos projetos nas dioceses.

---

<sup>23</sup> Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS. Regional Rio Grande do Sul, 2001.

c) O acompanhamento é feito por entidades pastorais ou da sociedade civil que são parceiras da Cáritas Brasileira: a Cáritas buscou construir parcerias com entidades pastorais (Comissão Pastoral da Terra, Ação Social Diocesana, Pastoral da Criança) e entidades não-governamentais. Alguns têm uma ação mais direta e contínua, outros são esporádicos. Além das Cáritas Diocesanas, podemos contar com entidades que têm ação e identidade parecidas com a Cáritas, tanto na área de assistência técnica e elaboração de projetos quanto no acompanhamento à inserção nas políticas públicas.

d) O acompanhamento é feito por meio de acordos e convênios com órgãos governamentais, como é o caso relatado pelo Regional Sul: “foi firmado o convênio da Cáritas do Rio Grande do Sul com a EMATER no sentido de realizar o acompanhamento conjunto ao processo de Economia Popular Solidária. O convênio tem como objetivos: estabelecer uma cooperação mútua, entre EMATER/RS e Cáritas para o trabalho com projetos alternativos no Rio Grande do Sul; acompanhar os grupos já existentes e novos nas suas necessidades técnicas relacionadas aos processos produtivos (produção, beneficiamento, industrialização, comercialização), gerencial, administrativo, metodológico e organizacional; intercambiar a experiência acumulada por parte das duas instituições envolvidas; racionalizar recursos humanos, técnicos e financeiros em vista de um investimento adequado e coerente com um projeto de desenvolvimento sustentável”<sup>24</sup>.

e) A Cáritas também realiza convênios e parcerias com universidades para atividades de assessoria e pesquisa no desenvolvimento dos PACs. No Maranhão, a Cáritas firmou convênio com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). “Além da equipe técnica, a Cáritas poderá contar com o estabelecimento de parcerias, integrando estagiários de algumas áreas no acompanhamento aos grupos. Através de uma palestra sobre a Missão da Cáritas e as suas linhas de ação, foram feitos contatos com os estudantes do curso de Agronomia, abrindo caminhos para a concretização destas parcerias”.<sup>25</sup> No Rio Grande do Sul, destaca-se a parceria da Cáritas com a UNISINOS para o desenvolvimento de pesquisas sobre os PACs e a EPS desde 1993.

---

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Regional Maranhão. Relatório Anual, 2000.



### 3 - Resultados dos PACs

Existem duas maneiras ou perspectivas de conceber os resultados dos PACs. Uma perspectiva valoriza a eficácia do projeto, o alcance de finalidades expressas nos objetivos e metas. Aqui os impactos econômicos e sócio-políticos são expressos ou descritos como geração ou melhoria de renda, conquista de infra-estrutura comunitária, de serviços básicos e de acesso a fundos públicos. Se uma iniciativa produtiva não alcança esses resultados, é considerada um fracasso. A segunda perspectiva de conceber os resultados dos PACs valoriza o processo, isto é, os resultados alcançados no processo são também objetivos dos PACs. Nessa perspectiva, são valorizadas as pequenas conquistas econômicas, organizativas, de fortalecimento de valores, de vivências solidárias e de melhoria da auto-estima dos participantes.

Os resultados que foram destacados pelos regionais da Cáritas estão mais de acordo com a segunda perspectiva, valorizando os processos tanto quanto as finalidades ou objetivos. A Cáritas tenta romper principalmente com a lógica economicista, negando-se a avaliar os PACs apenas com base na eficácia economicista, ao mesmo tempo em que reconhece a importância da viabilidade econômica para o fortalecimento das organizações locais e das redes solidárias que vêm se constituindo a partir de iniciativas econômicas.

O Quadro 6 (a seguir) apresenta a situação atual dos projetos apoiados pelos regionais da Cáritas no período de 1995 a 2000, diferenciando os que estão em atividade e os desativados. Os dados apresentados destacam a sustentabilidade dos PACs nesse período tendo por base o percentual geral de continuidade das atividades apoiadas. Percebe-se também que os maiores percentuais de projetos desativados são do período de 1995 a 1996, quando estavam sendo definidas algumas mudanças nos Fundos de Apoio, com posterior priorização de áreas, grupos e temáticas.

Situação dos PACs (1995-2000)<sup>26</sup>

Ano / Situação	Em atividade (%)	Desativados (%)
1995	63%	37%
1996	71%	29%
1997	82%	18%
1998	91%	9%
1999	97%	3%
2000	98%	2%
1995 a 2000	83%	17%

Fonte: *Cáritas. Relatórios de Sistematização dos Regionais.*

## 3.1 – Resultados econômicos

As avaliações realizadas ao longo dos anos têm constatado que ocorrem resultados econômicos e/ou produtivos nos projetos apoiados pelos fundos de apoio aos PACs. A compreensão dos resultados econômicos dos PACs está relacionada a alguns fatores decisivos como a questão da viabilidade dos empreendimentos produtivos, as formas de geração ou melhoria de renda dos participantes e as alternativas criadas para inserção no mercado. Em cada um desses aspectos encontramos resultados de processo e impactos nas condições econômicas dos participantes, dentro de uma lógica diferente do sistema: “buscam responder a demandas (necessidades) imediatas das pessoas e garantir a sobrevivência imediata ou subsistência de muitas famílias, potencializando suas estratégias, indicando outra lógica de pensar e fazer a economia a serviço da vida e não da reprodução do capital”.<sup>27</sup>

Todos os regionais da Cáritas Brasileira que desenvolvem programas de apoio aos PACs exigem processos de avaliação da viabilidade econômica para apoio a propostas comunitárias e familiares de desenvolvimento econômico. Constata-se que entre os fatores externos que têm um peso decisivo na operacionalização dos PACs e consolidação de suas atividades destaca-se a sua base econômico-financeira. Isso sugere ponderações no sentido de afirmar que uma avaliação insufi-

<sup>26</sup>Sem as informações do Regional RS e dos Fundos Nacionais.

<sup>27</sup> Regional Ceará – Sistematização: dos PACs à EPS, 2001.

ente e inadequada de custos implica no insucesso da experiência e na frustração do grupo, da mesma forma que uma proposta montada a partir de uma leitura mais global, com uma demanda suficiente de recursos, apresenta maiores chances de êxito, podendo-se prever o sucesso da atividade.

Na maioria dos casos, a análise de viabilidade dos projetos está mais relacionada aos resultados sociais e ecológicos do que aos econômicos. Um dos problemas para esta avaliação encontra-se nas condições sócio-econômicas dos participantes, que, na maioria das vezes, são pessoas excluídas com necessidades que devem ser satisfeitas imediatamente e nem sempre conseguem ter a perspectiva de viabilização dos projetos com resultados a médio e longo prazo. Por outro lado, sabe-se da inviabilidade econômica de um mini-projeto com poucos recursos (média de R\$ 6.000,00) gerar renda para um grupo de famílias (06 a 10 famílias em média). Então, como ser rigoroso no estudo de viabilidade econômica se os projetos apoiados, além de pequenos, destinam-se à subsistência ou autoconsumo?

Diante destas constatações a Cáritas vem procurando rever a metodologia de apoio aos PACs, concentrando a intervenção em áreas e iniciativas prioritárias com base na viabilidade econômica dos mesmos. Há um esforço dos regionais e das entidades parceiras em aprofundar a prática de estudo de viabilidade de projetos, cuja função é essencialmente educativa, no sentido de que o proponente tenha clareza sobre a proposta de gestão que lhe permita tomar decisões importantes sobre a sua vida, como é o caso de endividamento para iniciar um empreendimento econômico. A adoção do estudo de viabilidade como instrumento básico para a avaliação de projetos, como qualquer prática nova, precisa passar por avaliações sistemáticas visando sua adequação à realidade dos grupos mas também à necessidade da geração de informações seguras. E nisto, os exercícios feitos pelos grupos e entidades suscitaram uma série de avaliações pertinentes como, por exemplo, no Regional de Minas Gerais, onde o estudo de viabilidade em projetos rurais deve compreender o sistema de produção e comercialização como um todo e não apenas do produto específico para o qual se destina o financiamento.

Mesmo com os avanços constatados, permanece a necessidade de

qualificar melhor a prática de estudos de viabilidade econômica para não se correr o risco de ser feita apenas por exigência formal para acesso aos fundos de apoio (atendendo as necessidades do financiador) e, portanto, sem o rigor necessário para atender as necessidades dos grupos participantes.

### **3.1.1 – Geração e melhoria de renda**

Aos poucos identificaram-se os PACs como iniciativas produtivas com a finalidade de geração de ocupação e renda. A partir das experiências vivenciadas ao longo dos anos pelos regionais da Cáritas, resultam as seguintes constatações:

a) Nem todos os PACs têm a finalidade explícita de gerar renda: isto é visível nos projetos de formação, informação mas também nos de infra-estrutura comunitária (recursos hídricos) e nos projetos sociais. Em muitos casos, porém, um projeto de infra-estrutura pode gerar renda não prevista inicialmente, como é o caso da construção de cisternas no Semi-Árido, quando os pedreiros capacitados melhoram a renda devido à redução dos gastos na compra de água e ao aumento do tempo das famílias para outras atividades – inclusive produtivas – por haver água em casa.

b) As formas de geração ou agregação de renda são bastante diversificadas: não significa que só haja geração de renda com os resultados ou lucros dos projetos implantados. No caso das bodegas e armazéns comunitários, mesmo quando não dão lucro, ajudam na melhoria de renda dos participantes com o acesso a produtos por preços melhores, constituindo aumento do consumo ou formação de pequenas poupanças (com formas variadas).

c) Na maioria dos casos, os projetos produtivos geram renda, mas nem sempre ocorre a distribuição de renda (resultados) entre os participantes, diante dos compromissos de pagamento dos investimentos ou de manutenção do empreendimento (capital de giro, ampliação, reinvestimento na produção). Na avaliação realizada em 2000 pelo Regional NE II, foi constatado que, em 80% dos casos avaliados (projetos produtivos), houve a ampliação de equipamentos para produção, o aumento e a melhoria do rebanho/criação, o aumento da produção/ produtividade e o aumento do capital do empreendimento. Mas em

apenas alguns casos houve distribuição de renda para todos os participantes do projeto. A situação que predomina na maioria dos projetos é de apenas alguns participantes conseguirem ter melhoria de renda.

d) Quando ocorre distribuição de renda, o volume é baixo, servindo apenas como complementação de renda dos participantes, isto é, na maioria dos casos os participantes não conseguem garantir sua subsistência somente com os projetos. Temos, por exemplo, o caso de projetos da AMIA no Estado do Pará: rendiam uma remuneração mensal média de R\$ 37,50 (para os homens que criavam frangos) e de R\$ 35,00 (para as mulheres que produziam o doce). O Regional Minas Gerais constatou que os projetos, em sua maioria, cumprem um papel de geração de renda complementar dos grupos. Permitem a geração de um adicional de produção contribuindo para o melhoramento das condições alimentares das famílias. Ou seja, a renda monetária advinda das atividades de comercialização é insuficiente para atender às necessidades de incremento na renda das famílias e de cobertura das prestações em um nível capaz de favorecer a poupança ou investimentos em reserva de valor em médio prazo. Em alguns casos, há uma efetiva melhoria de renda dos participantes, como afirmado pelo relato do Regional do Rio Grande do Sul, onde alguns tipos de projetos apresentam um nível razoável de ganho, gerando uma renda mensal em torno de R\$ 150,00 por associado/a.

e) Como o volume de recursos aprovados pelos fundos é limitado, conseqüentemente a distribuição de resultados financeiros dos projetos não deve ser confundida com uma geração de renda estável, sistemática e capaz de sustentar as despesas de uma família. Esses resultados aparecem como excedentes mínimos conseguidos com o aperfeiçoamento de processos produtivos em momentos específicos.

f) A geração de renda é mais explícita quando os recursos dos PACs complementam ou são alavancadores de outros fundos públicos com maior volume nos investimentos. São muitos os exemplos, principalmente no meio rural, nos projetos com agricultores familiares, pequenos proprietários ou assentados em áreas de reforma agrária, que conseguem ter ganhos reais na produção e melhoria de renda, expressa nas condições de vida dos participantes, através do acesso a fundos públicos e privados: Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar

(PRONAF), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); programas de combate à pobreza rural - Banco Mundial, entre outros.

### **3.1.2 – Alternativas de inserção no mercado**

Um dos gargalos para a viabilidade econômica dos projetos produtivos é a questão da comercialização dos produtos ou inserção no mercado. Não é novidade reconhecer a dificuldade dessa inserção para pequenos produtores urbanos ou rurais diante da lógica do mercado capitalista de concentração e centralização dos seus espaços. Muitos dos PACs têm viabilidade técnica e viabilidade econômica (no que se refere aos custos da produção) mas não conseguem escoar os seus produtos.

A inserção dos grupos no mercado local ou estadual apresenta-se de forma ainda precária ou, melhor dizendo, desprovida de determinadas condições elementares. Os grupos têm conseguido comercializar pequenas escalas de produção, padecendo ainda de problemas básicos: a insuficiência de recursos para aumentar e manter um nível mínimo de produção; o não acesso a técnicas e métodos adequados de beneficiamento; a falta de clareza gerencial-estratégica; a dificuldade de promover mudanças nas legislações; a dificuldade de acesso a transporte etc.

Tais problemas têm afetado o desempenho comercial não só de indivíduos e grupos informais mas também de organizações devidamente regularizadas. Essa situação dificulta aos grupos acessar, por exemplo, o mercado institucional da merenda escolar, de restaurantes, de hospitais e de outros órgãos públicos que trabalham com as mesmas regras de mercado: qualidade (estética, segurança); regularidade do fornecimento, legalidade e preço (além, é claro, dos apadrinhamentos políticos).

Diante destes desafios e sem gerar falsas ilusões, os participantes dos PACs, com o acompanhamento dos regionais e parceiros, têm buscado criar e diversificar suas estratégias de comercialização.

a) O fortalecimento do cooperativismo alternativo: o aprimoramento do caráter empresarial e solidário das associações/cooperativas, com

a finalidade de responder às necessidades de resultados econômicos para seus associados. As lideranças dessas organizações são capacitadas para melhorarem suas estratégias na luta pela conquista de políticas públicas, ao mesmo tempo em que buscam a eficiência administrativa em suas gestões cooperativas.

b) As articulações em rede como estratégias para o fortalecimento da Agricultura Familiar. A expectativa é que essas parcerias possam potencializar as iniciativas produtivas dos setores populares, visando oferecer experiências significativas que possam ser assumidas enquanto políticas públicas e, ainda, que a comercialização dos produtos nos mercados locais e externos possibilite a ampliação e a consolidação dessas experiências. Em todos os casos, há um conjunto de desafios que precisam ser superados, como a aproximação das redes de produtores aos consumidores que estão condicionados às regras impostas pelos setores competitivos do mercado.

c) A organização de balcões de serviços ou pequenas cooperativas de serviços, com participação em feiras de economia solidária e articulações que busquem conhecer, fortalecer e potencializar experiências significativas de Economia Popular Solidária nas áreas rurais e urbanas.

d) Os espaços comuns de comercialização: mercados, quiosques ou outras iniciativas de concentração de produtos oriundos dos PACs e de outras experiências para comercialização. No Pará, o trabalho de apoio à agricultura familiar e ao cooperativismo alternativo desencadeou um processo de discussão para a implantação de um “Shopping Popular”, que envolverá organizações de Cametá e de outras regiões do Estado em uma articulação com grupos urbanos de Belém e a Prefeitura Municipal de Belém através do Banco do Povo. No Rio Grande do Sul vem ganhando destaque a “Galeria da Solidariedade”, que surgiu animada pela Cáritas de Passo Fundo (RS) e pelos grupos de PACs da região. A Galeria é uma amostra de que a organização dos trabalhadores em grupo é capaz de estabelecer relações solidárias na produção e na comercialização. Na Galeria funcionam oito lojas, com produção e comercialização associada, distribuídas em diversos ramos. Como espaço comum de comercialização permanente, no Rio Grande do Sul também encontramos a Cooesperança, que congrega 94 grupos de 34 municípios, e o “Shopping do Cooperativismo”. Em Minas Gerais, a Cáritas

apóia a experiência da Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Agroecológica, criada com intuito de propor estratégias e caminhos para a comercialização da agricultura familiar no estado. A Central gerencia o Projeto Armazém da Roça, em uma estratégia de desenvolvimento local, envolvendo parcerias do setor público e movimentos sociais, a fim de estabelecer um canal de comercialização direto entre produtor e consumidor.

e) As feiras de solidariedade e do cooperativismo alternativo. Esses espaços fortalecem as experiências de Economia Popular Solidária e a integração produtor-consumidor, viabilizando também a troca de experiências entre os grupos, a exposição, divulgação e comercialização de produtos oriundos dos meios urbano e rural. No Rio Grande do Sul, onde a experiência tem mais tempo, já foram realizadas 6 feiras desse tipo em Santa Maria. Na última, participaram 124 expositores com representação de 53 municípios. Além da feira do Cooperativismo, existem feiras semanais, quinzenais, mensais; há também já 3 grandes feiras estaduais em 3 dos grandes pólos (Santa Maria, Porto Alegre e Passo Fundo). Algumas delas priorizam a comercialização de produtos ecologicamente produzidos. O Ceará realizará em 2001 a 1ª Feira Estadual da Sócioeconomia Solidária, envolvendo dezenas de organizações de pequenos produtores urbanos e rurais. Vale a pena ressaltar que nessas feiras, o principal objetivo nem sempre é a comercialização dos produtos mas o fortalecimento das redes de produtores, a troca de informações e, principalmente, a conquista de espaços junto à opinião pública e aos órgãos gestores de políticas públicas. Logo, essas iniciativas são eminentemente políticas e não simplesmente econômicas.

f) Os convênios firmados com órgão públicos, frutos da pressão política ou de alianças locais, têm possibilitado o acesso ao mercado institucional, principalmente o da merenda escolar. No Estado do Pará, destaca-se a “celebração de convênios entre a AMIA (Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba) e a Secretaria de Educação para administrar o ensino fundamental na região das Ilhas de Abaetetuba, bem como o fornecimento de merenda escolar para as escolas ali localizadas. A AMIA assumiu também a responsabilidade de treinar padeiras e doceiras, bem como de estimular grupos criadores de frangos que forneciam esses produtos para a alimentação das crianças nas escolas.



Esse convênio dinamizou o processo de participação dos associados, que passaram a se ocupar das atividades de produção da merenda escolar, tendo assim uma garantia de mercado para os seus produtos. As mulheres que assumiram a função de padeiras receberam um KIT com equipamentos necessários à produção de doces, construíram as casas e os fornos para a produção de doces, e os homens receberam apoio para a instalação de pequenas granjas, que foram construídas em “barracões de madeiras, suspensos, em virtude da entrada diária da maré”<sup>28</sup>.

g) O mercado alternativo de produtos naturais (ou orgânicos) ou com “selo social” também tem sido valorizado nos PACs em algumas das experiências acima citadas de feiras, mercados solidários, galerias etc. Na Bahia tem havido um certo destaque para os produtos da apicultura: “os produtos são apresentados de forma natural, por não apresentarem nenhum resíduo químico, livres de agrotóxicos, são ingredientes da alimentação alternativa e natural. Mas, mesmo assim se faz necessário uma melhor qualificação para os grupos produtores, no que diz respeito à apresentação dos produtos, quantidade, oferta permanente, isto para atender as necessidades e demanda de um público consumidor exigente”<sup>29</sup>. No Rio Grande do Sul as articulações dos PACs com outras iniciativas econômicas populares e solidárias resultaram na criação de dois selos para seus produtos. O selo “*sabor gaúcho*” é atribuído a diversos produtos naturais do Estado. O selo “*sabor da terra*” é da região de Santa Maria, caracterizando os produtos dos grupos associativos da rede local e não tem exclusividade na questão da produção orgânica.

### 3.2 – Resultados políticos e organizativos

Como já dito, a geração de renda não tem sido o único nem o principal resultado que aparece nos PACs. O fortalecimento das relações comunitárias, o aperfeiçoamento das organizações populares e o aumento da participação de mulheres e jovens nessas iniciativas são resultados condizentes com os seus objetivos. Temos um bom exemplo para isso: trata-se de um projeto realizado em Agrestina (PE), “juntamente com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, onde a

<sup>28</sup> Regional Norte II (Pará) - Relatório Anual, 2000.

<sup>29</sup> Regional NE III (BA e SE) – Relatório Anual, 2000.

preocupação central era a produção de merenda para crianças excepcionais, ao mesmo tempo em que se promovia o desenvolvimento de suas potencialidades. Em segundo plano veio a possibilidade de vender a produção de iogurtes, pastéis e bolinhos para a merenda de uma outra escola.”<sup>30</sup>

A organização social e política constituem fator fundamental para a viabilização dos PACs. As maiores chances de êxito dos PACs vão se vislumbrando naquelas áreas onde se verifica um maior nível de mobilização e de organização dos grupos comunitários: “A emergência e consolidação de movimentos sociais não se determinam somente pela existência e pelo grau de pobreza, pois as chances de êxito dos PACs dependem da consciência que os indivíduos desenvolvem sobre essa realidade e sobre os direitos que dispõem na sociedade e quanto à possibilidade de serem reconhecidos como sujeitos de direitos e capazes de construir suas experiências”.<sup>31</sup>

Além de ser fator de êxito dos PACs, os aspectos políticos e organizativos são também um de seus principais resultados. “Do seu caráter alternativo se postulam alterações objetivas no cotidiano do trabalhador e da trabalhadora, mas também se espera que os PACs cumpram um papel importante na criação e viabilização de espaços coletivos de mobilização, organização e vivência comunitária. A reflexão sobre a realidade dos PACs, mesmo considerando seus limites, vem revelando que eles se inscrevem e se legitimam como mediação no processo de criação e reconstrução de práticas sociais coletivas”.<sup>32</sup>

Há um certo consenso no sentido de reconhecer que os PACs têm sido instrumentos de fortalecimento das práticas alternativas de solidariedade (valorização e realização de atividades coletivas, mutirões, partilha da água e de resultados econômicos nos grupos de produção coletiva). Tem-se por consequência o fortalecimento de organizações e o aumento do envolvimento nas lutas sócio-políticas. São vários os exemplos dos PACs como instrumentos que reforçam a resistência e a fixação à terra na luta pela reforma agrária.

---

<sup>30</sup> Regional NE II - Sistematização: dos PACs à EPS, 2001.

<sup>31</sup> (Durhan, 1984) citado no relatório de sistematização dos PACs, Regional Piauí, 2001.

<sup>32</sup> Idem.

Os PACs têm contribuído também para o empoderamento do grupo/comunidade na reivindicação de políticas públicas e direitos, favorecendo também a inserção nas articulações em redes e fóruns sociais mais amplos. Tem resultado tanto na disponibilidade para participação nas mobilizações e na motivação para reivindicação dos direitos como nas ações propositivas no campo das políticas públicas à medida que os grupos começam a acessar recursos públicos.

Uma das exigências para a aprovação de recursos de apoio aos PACs é a capacidade organizativa interna do grupo proponente, isto é, a capacidade de gerenciar de forma coletiva, solidária e honesta os bens coletivos. Na grande maioria dos projetos associativos, tem sido verificada a predominância de características auto-gestionárias e participativas através de comissões e coordenações coletivas. Nas atividades de gestão destacam-se as reuniões sistemáticas de planejamento e avaliação das atividades, a realização de assembleias de sócios para deliberações e prestações de contas da coordenação. Em todas as atividades há a intenção de quebrar padrões paternalistas e clientelistas predominantes no serviço aos pobres, considerando os excluídos como sujeitos do desenvolvimento.

As atividades contribuem para o exercício de planejamento e organização da produção, ampliando os conhecimentos técnicos de produção e gerenciamento dos grupos. Isso tem sido importante por contribuir para a autonomia dos grupos, como forma político-pedagógica para definirem propostas próprias de organização que levem em conta a questão da democratização das relações de poder. No Regional Norte II (Pará) destaca-se a gestão para o cooperativismo alternativo por meio de treinamentos em práticas de gerenciamento e administração com o objetivo de estimular a percepção dos funcionários e dos membros das diretorias sobre aspectos referentes à tomada de decisão, relação com o público e no ambiente de trabalho.

Apesar desses avanços, existe uma série de situações cujos resultados, nem sempre satisfatórios, têm demonstrado algumas fragilidades nos modelos de gestão dos projetos até então adotados, a saber<sup>33</sup>:

- a) a falta de definições claras sobre como viabilizar a construção de

---

<sup>33</sup> Regional Minas Gerais – Sistematização dos PACs à EPS, 2001.

alianças estratégicas pelos grupos que favoreçam a captação de recursos e a adequação de instrumentos de políticas públicas à sua realidade;

b) as dificuldades na organização (planejamento e execução) de políticas de desenvolvimento local mais abrangentes;

c) limitações externas e educacionais para a apropriação de tecnologias e instrumentos gerenciais que levem em conta as necessidades de maior controle dos resultados do trabalho no que tange qualidade, volume e regularidade da produção, organização do processo de comercialização;

d) o desconhecimento sobre a competência e as formas práticas de exercício dos diferentes papéis políticos dentro das organizações (diretoria, fiscalização, tesouraria), sejam elas formais ou informais; e

e) a presença, em muitos casos, de uma cultura política baseada em um perfil de liderança centralista e autoritária, ora alinhada aos interesses clientelistas/eleitoreiros locais ora submissa por falta de uma proposta alternativa.

Essas constatações permitem afirmar que a gestão participativa deverá ser uma das principais conquistas dos grupos participantes dos PACs. Os processos de formação e capacitação continuados deverão permitir aos grupos enfrentar esses obstáculos internos e externos à sua emancipação social, política e econômica.

### 3.3 – Sociais e culturais

A análise feita pelos regionais da Cáritas Brasileira mostra que os PACs vêm agindo, ainda que em pequena escala, como fator mobilizador e estruturador de novas relações sociais, em que prevalecem práticas solidárias ao invés de interesses meramente financeiros. “Em termos gerais, os dados não dizem muito no tocante a alterações profundas no universo de pobreza em que vive grande parte da população, sobretudo a rural, mas podem produzir acontecimentos novos no seu cotidiano, que passam pela afirmação de indivíduos como sujeitos de direitos, conscientes de sua realidade e, portanto, capazes de produzir espaços coletivos ricos, em suas práticas diárias. É nessa esfera que parece se inscrever o caráter alternativo dos Projetos Alternativos Comunitários”.<sup>34</sup>

<sup>34</sup> Regional Piauí – Sistematização: dos PACs à EPS, 2001.

### **3.3.1 – Fortalecimento de valores e de uma espiritualidade libertadora**

Os grupos com os quais a Cáritas vem trabalhando apresentam alguns traços culturais e sociais herdados do processo histórico de sua formação e luta por formas próprias e apropriadas de sobrevivência. Esses valores são fortalecidos no âmbito dos PACs uma vez que representam para os grupos uma vivência concreta de um conjunto de métodos de administração, gerenciamento e remuneração do trabalho por eles desenvolvidos, onde se redescobrem as virtudes produtivas, ecológicas, associativas, cooperativas e sociais.

Além dos valores de solidariedade acima citados, não raras vezes os PACs proporcionam o crescimento da consciência sobre os recursos naturais e a valorização das tecnologias apropriadas. São, portanto, instrumentos eficazes na disseminação de experiências e de tecnologias alternativas apropriadas ao meio ambiente. Muitas das tecnologias valorizam a cultura local ou desencadeiam a constituição de experiências de referência em âmbito local. Os conhecimentos adquiridos no âmbito dos PACs são repassados às famílias participantes e a outros agentes produtivos da comunidade, promovendo a inserção de novas tecnologias sustentáveis e a necessidade de acesso a recursos públicos para financiar a produção.

No que se refere à vivência e ao crescimento da mística e da espiritualidade libertadora, constata-se que, no âmbito da Cáritas, os PACs são animados a partir de uma mística presente no cotidiano das comunidades e grupos, que dá fé e esperança para a construção do Reino de Deus. A mística é trabalhada sob vários ângulos, como reforço das fontes que alimentam e sustentam o trabalho popular, incentivo à prática e à vivência da solidariedade, além de passar por um trabalho de valorização da cultura e da religiosidade popular.

Nesse sentido é necessário reconhecer que a ação da Cáritas tem sido, em grande parte, destinada ao apoio a grupos e indivíduos que trazem na sua bagagem histórica e cultural práticas de devoção, fé e crença, que se associam ao modo como esses grupos se relacionam entre si e fora do seu meio específico. A religiosidade dos mesmos, manifestada nas festas, rezas, é um dos meios pelos quais procuram agradecer a uma entidade superior pelos resultados do seu trabalho,

pedir força ou condições melhores para as lavouras vingarem. As práticas vivenciadas nos PACs valorizam essas crenças e valores, redirecionando-as para práticas libertadoras.

A Cáritas tem procurado, no desenvolvimento de seu trabalho junto às pessoas excluídas, promover o sentimento comunitário e experimentar com essas pessoas uma espiritualidade libertadora, encarnada na pobreza e no dia-a-dia das mesmas, mas com objetivos de transformação pessoal e social. Uma experiência vivenciada pelo Regional Minas Gerais é a realização anual da Missão em uma comunidade onde a Cáritas desenvolve algum trabalho. Os dias passados junto ao povo, dessa vez para viver a fé e a espiritualidade e não para discutir trabalho, trazem resultados positivos no acompanhamento feito; além de serem, também, momento enriquecedor tanto para os agentes que participam quanto para os integrantes da comunidade.

### **3.3.2 – Questão de gênero e geração**

Em muitos casos, os PACs estimulam uma maior participação das mulheres e jovens nos projetos e na organização comunitária. Esse é um grande desafio diante das barreiras existentes, como machismo, autoritarismo, violência, medo, enfim características comportamentais próprias da condição histórica e cultural dos participantes dos projetos e que são indubitavelmente reproduzidas no âmbito dos grupos com os quais a Cáritas trabalha.

Porém um conjunto variado de iniciativas que buscam estimular especificamente esses grupos ou que os tenha como público prioritário, seja em atividades econômicas ou em atividades de caráter puramente educacional, tem gerado resultados positivos, manifestando-se como perspectivas concretas de mudança de relações sociais, tais como o aumento de prestígio, reconhecimento, liderança, independência econômica e capacidade de representação coletiva.

À medida que mulheres e jovens passam a ter uma oportunidade de trabalho e de geração de renda, de formação e participação em espaços políticos locais e regionais, de refletir e avaliar um conjunto de relações de gênero e meio ambiente, percebe-se indicadores de mudança. Pode-se afirmar, no entanto, que a intensidade, o conteúdo, a forma e os limites de tais mudanças devem-se também, e fundamentalmente, às

condições organizacionais e técnicas de exercício de papéis na organização de grupos. Alguns exemplos são apresentados a seguir:

a) Em alguns casos, as mulheres coordenam ou participam ativamente da gestão do projeto comunitário. Um caso que merece destaque é o de um grupo de mulheres no sertão de Pernambuco que, a partir de um projeto produtivo apoiado pela Cáritas, conseguiu articular uma alternativa de direção para o sindicato de trabalhadores rurais, sendo elas vitoriosas na eleição.

b) No Pará, o trabalho de educação cooperativista inclui a compreensão da necessidade da participação de mulheres e jovens. Está em curso um trabalho de formação no programa que valorize as mulheres dos sócios das organizações e dos jovens filhos dos sócios, com destaque para os trabalhos feitos em uma cooperativa onde, após a conclusão de uma pesquisa realizada com Cáritas e outros parceiros, optaram por realizar uma política de valorizar a presença dos jovens na cooperativa com o objetivo de renovar o seu quadro de sócios e garantir a continuidade da experiência coletiva.

c) Alguns projetos são voltados diretamente para jovens, possibilitando o desenvolvimento de atividades produtivas e de serviços na área urbana e rural, ao mesmo tempo em que incentivam os jovens para participação nas organizações locais. Na Bahia, com o Projeto Apiário Comunitário de Caraíbas – Diocese de Bonfim, “foi possível assegurar o direito de um grupo de jovens a lutar por emprego, em seu próprio habitat, pois recém formados em escola da família agrícola, estavam de malas prontas para viajar para a cidade grande em busca de ocupação e renda. Hoje, a apicultura é uma realidade no povoado de Caraíbas, de 12 apicultores, já são 30 praticando a atividade. Estão com um financiamento pelo Banco do Nordeste em mais de 840 colméias e uma pequena fábrica de materiais apícolas”.<sup>35</sup>

### **3.3.3 – Construção e resgate da auto-estima**

Os PACs têm sido espaços de construção e resgate da auto-estima, da autodeterminação e da esperança. Estes aspectos estão diretamente relacionados ao êxito dos empreendimentos, à melhoria das condições

---

<sup>35</sup> Regional NE III – Sistematização: dos PACs à EPS, 2001.

de vida das famílias e aos processos de capacitação. Os projetos constituem uma oportunidade concreta de trabalho e convivência grupal. Assim eles acabam por cumprir um papel de estímulo a processos de construção e resgate da auto-estima. Os participantes passam a ter uma ocupação produtiva, sentem que são aceitos e reconhecidos pelo grupo e, portanto, aumentam a sua autoconfiança.

A auto-estima cresce com as melhorias das condições de vida das famílias. Elas não são fruto apenas da renda gerada pelas atividades produtivas, mas do consumo de alimentos (como leite de cabra, por exemplo), da diminuição das doenças entre as crianças a partir da melhoria da qualidade da água consumida etc. O aumento da auto-estima está relacionado também à mudança de mentalidade dos participantes em relação às suas capacidades e às ações coletivas. Essas mudanças também ocorrem quanto à compreensão da realidade e à busca de alternativas apropriadas de transformação.

A melhoria da auto-estima também é fruto da qualificação profissional, com a conseqüente ampliação das capacidades de trabalho e de agregação de renda com a diversificação das atividades. Nesses casos, o resgate da auto-estima ocorre em pessoas que se sentem capazes de voltar ao trabalho, de produzir e, assim, se relacionam melhor com suas famílias e com outras pessoas. Os PACs são escolas de cidadania, de formação humana, de capacitação política e de qualificação profissional. Ao criarem oportunidades de aprendizado de algum ofício, domínio de algumas técnicas simples e eficientes, contribuem no crescimento intelectual e profissional e à abertura para aprendizagem e prática de novos conhecimentos que melhoram a auto-imagem dos participantes como pessoas capazes.



## 4 - A Economia Popular Solidária

No final da década de 90, a Cáritas aprofundou suas reflexões e adotou medidas importantes de fortalecimento e reorientação dos PACs para aperfeiçoá-los enquanto instrumentos de apoio às iniciativas sustentáveis de desenvolvimento. No mesmo período, aumentava no Brasil e na América Latina, em um crescente contexto de desemprego, o debate acerca de iniciativas econômicas solidárias, interpretadas de diferentes formas pelos estudiosos e militantes políticos, acerca das diversas iniciativas econômicas desenvolvidas pelos setores populares.

### 4.1 – A crise do trabalho e as iniciativas de Economia Popular Solidária

Crescer sem gerar emprego<sup>36</sup> é certamente uma das principais características da globalização competitiva. A crise do trabalho que marca o final do século XX é caracterizada pelos altos índices de desemprego, desassalariamento e precarização das relações de trabalho, contribuindo para o alargamento da pobreza e da miséria de parcelas significativas da população mundial. Tal quadro contrasta com o progresso das nações verificado nas últimas cinco décadas, quando o PIB mundial cresceu cinco vezes. A contradição apenas expressa os resultados de um modelo de desenvolvimento baseado na concentração das riquezas em algumas nações e por algumas pessoas. Entre 1960 e 1990, a participação dos 20% mais ricos da população mundial cresceu de 70% para 85%, enquanto todos os demais segmentos perderam. Tal contradição engendra a caracterização da “sociedade 20 por 80”, onde os 80% vivenciam o crescente processo de exclusão social.

Por outro lado, os avanços tecnológicos e os novos modelos de gestão intensificadores de trabalho diminuem em termos absolutos a necessidade de mão-de-obra. As mudanças provocadas pela reestruturação produtiva alteram de forma rápida e intensiva o mercado e as condições de trabalho, com a extinção de milhões de ocupações e a

---

<sup>36</sup> Expressão usada pelo Programa da ONU para o Desenvolvimento(PNUD), no seu relatório de 1992.

flexibilização e eliminação de direitos sociais anteriormente conquistados pela classe trabalhadora.

No Brasil, a taxa de desemprego – em torno de 16,5% - resulta ao mesmo tempo das políticas macroeconômicas direcionadas para a estabilização, que tende a ser recessiva, e da reestruturação produtiva. Fruto disso, o crescimento do desemprego vem sendo acompanhado de mudanças significativas na composição da estrutura ocupacional. Desde a década de 80, configura-se uma redução gradativa da mão-de-obra empregada nos setores primário e secundário e um crescimento da ocupação no setor terciário. Mas isso não significa uma maior capacidade de absorção de empregos no setor terciário, antes, ao contrário, verifica-se um aumento das ocupações precarizadas e informais. As condições de subemprego substituem as anteriores condições de proteção a milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Constata-se, portanto, o crescimento das ocupações informais com a agregação de um novo contingente composto por pessoas expulsas do mercado formal de trabalho. Esse setor vem sendo alimentado sobretudo por pessoas que trabalham por conta própria, sem registro e sem direitos trabalhistas e previdenciários.

Como reação a essa crise do trabalho surgem algumas iniciativas. Na perspectiva liberal, vêm sendo enfatizadas a empregabilidade e o empreendedorismo. A primeira refere-se à capacidade de reciclagem profissional (atualização contínua) e de adaptação a diferentes áreas de atuação. A segunda alternativa liberal diz respeito à mobilização e ao exercício da capacidade empreendedora para iniciar novos negócios, para que os desempregados se transformem em pequenos empresários. Nos dois casos a responsabilidade pela permanência, recolocação e solução da crise do trabalho é atribuída a cada indivíduo em particular e não ao sistema.

Já na perspectiva emancipatória são destacadas as variadas formas de organização do trabalho e da produção protagonizadas pelos setores populares. Experiências coletivas de trabalho e produção vêm disseminando-se em todo o mundo, nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e de empresas de autogestão. Nasceram de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e orientam-se por valores não mercantis como a solidariedade, a democracia e a autonomia. Têm como desafio a cons-

trução de uma “nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos, o que significa redesenhar e exercitar, na prática das experiências alternativas, um outro projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente”. (Bertucci, 2002: 19)

Alguns estudiosos interpretavam esse movimento em seu conjunto como uma Economia Popular Solidária. Esses movimentos eram considerados por uns como alternativos à economia capitalista dominante e, por outros, como alterativos, no sentido de vir a provocar alterações no quadro de condução das políticas de desenvolvimento. Apesar de o debate ser recente no Brasil, existem diversas linhas de pesquisa que estão refletindo sobre a importância e as perspectivas de uma economia popular ou economia popular e solidária.

Luis Inácio Gaiger, da UNISINOS/RS, considera a **Economia Popular Solidária** (EPS) como as iniciativas populares de geração de trabalho e renda baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação. É um fenômeno novo e comporta diferentes formas de organização. Usa o conceito **Empreendimentos Econômicos Solidários** - EES: organizações coletivas, de trabalho e renda, de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade. (Gaiger, 1999)

Na mesma direção, Paul Singer usa o termo **Economia Solidária** referindo-se a um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”. (Singer, 2000:13) O que caracteriza a economia solidária é a união da posse e do uso de produção e distribuição com a socialização desses meios. Para o autor, as cooperativas de produção constituem a unidade típica da economia solidária exatamente por proporcionar a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática do empreendimento e a repartição da receita líquida entre os cooperados. Não descarta também outros empreendimentos solidários que possuem essas mesmas características e que estão em franca expansão no Brasil.

Marcos Arruda (Coordenador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul) fala em **Socioeconomia Solidária** como um movi-

mento que transcende as iniciativas restritas ao econômico. Além das transformações institucionais na esfera sócio-econômica, implica em mudanças profundas no nível das relações sociais e culturais: envolve mudanças na visão de mundo e paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos. (Arruda, 2000) Assim o desafio principal é a transformação política, cultural, filosófica e espiritual. Em nível imediato, o autor vem destacando a construção de um movimento cooperativista auto-gestionário, solidário e popular, cuja estratégia seja ir tecendo pouco a pouco os fios de relações cooperativas e solidárias não apenas na esfera do consumo, mas também nas esferas produtiva, comercial e financeira, com vista a ‘transsubstanciar’ a economia de capital em uma economia cooperativa e solidária. (Arruda, 1995: 6)

José Luiz Coraggio (1997) afirma que a Economia Popular Solidária se diferencia da economia empresarial capitalista exatamente pela sua lógica, que se caracteriza pela “reprodução ampliada da vida” e não pelo acúmulo de riquezas. Dessa forma, indica a EPS como uma alternativa à economia capitalista, pois se desenvolve principalmente nos períodos de forte desassalariamento nos países em desenvolvimento mas ainda não possui a organicidade necessária para contrapor-se ao sistema hegemônico.

Podem-se perceber dois elementos comuns entre as reflexões desses e de outros autores. A EPS representa um conjunto de iniciativas econômicas populares que expressam valores e práticas diferentes dos hegemônicos na sociedade capitalista. Outro elemento comum a esses autores é a constatação da fragilidade e da pouca organicidade dessas iniciativas econômicas solidárias. Isoladas, essas iniciativas, por melhor que sejam, são frágeis diante de uma correlação de forças desfavorável. Por isso, são destacados alguns desafios: o necessário fortalecimento das relações internas de solidariedade combinadas com a eficiência da cooperação; a articulação das diversas iniciativas em redes e fóruns para intervir nas políticas públicas. Para tanto é necessário que os movimentos populares transformem a EPS em um elemento político indispensável na construção de um novo projeto de desenvolvimento.

Bertucci (2002) sugere que o desenvolvimento de uma economia solidária obriga o enfrentamento de pelo menos três grandes desafios:

a superação crítica da herança “romântica” do socialismo utópico; seu caráter não capitalista mas subordinado ao capitalismo e seu peso relativo enquanto bloco econômico.

Em relação ao primeiro desafio, a EPS deve tornar-se uma das manifestações do movimento social, constituindo-se como sujeito social. Trata-se de articular essa rede difusa de inúmeras iniciativas de excluídos que compõem a economia popular. É necessário constituir novas identidades de sujeitos solidários: “um novo modelo de sociedade, não apenas de desenvolvimento, mas de cultura, filosofia, e que aponte para o fortalecimento da contra-hegemonia, isto é, de que o capitalismo não só não significa o “fim da história”, mas que a crise atual aponta para possibilidades da sua superação”. (Bertucci, 2002: 22)

O segundo desafio refere-se ao caráter “alternativo” da EPS em relação ao capitalismo. Apesar das relações e dos valores solidários, a EPS está subordinada ao núcleo capitalista, sobretudo pela sua dependência do mercado capitalista quanto ao fornecimento de insumos e ao público consumidor. Seu desafio consiste em criar condições para que as iniciativas alternativas assegurem e fortaleçam as relações internas de solidariedade e de eficiência cooperativa, ao mesmo tempo em que ampliem a mobilização político-social nos enfrentamentos e confrontos à lógica capitalista. Nesse sentido, subordinação não significa submissão passiva mas resistência e confronto. (idem, p. 23)

Em terceiro lugar, é preciso enfrentar o desafio da configuração da EPS em um bloco econômico distinto da Economia Empresarial Capitalista e da Economia Estatal. Para isso é necessário reforçar a organicidade desse conjunto variado de atividades que atingem todos os setores e cuja dispersão encobre sua força e identidade. Fortalecer as formas relativamente autônomas de auto-regulação, hoje pouco manifestas, ainda que resistentes à dinâmica com que o capital incorpora seus recursos e as submete aos seus interesses. “Isolados, tais empreendimentos e experiências, por melhor que se apresentem, são frágeis dado o contexto de forças que não lhes é favorável. O que pode lhes dar maior consistência é a sua coesão no campo dos movimentos populares. São eles que podem transformar a EPS em argumento de luta política cujo protagonismo é indispensável na construção de um novo projeto de desenvolvimento”. (idem, p. 24)

## 4.2 – Sinais e características da EPS

No âmbito da Cáritas Brasileira também vem sendo construída uma compreensão sobre a Economia Popular Solidária. Ademar Bertucci, assessor nacional da Cáritas Brasileira, afirma que a EPS nasce de uma postura crítica frente ao atual modelo de exclusão e se guia por um mercado solidário. Sem desconhecer o sistema econômico mundial hegemônico vigente, dentro do qual é preciso sobreviver, a economia solidária está abrindo possibilidades de expansão de um mercado não-capitalista, fundado na cooperação entre unidades de trabalho entre si e destas com os consumidores, visando o desenvolvimento humano sob custos sociais menores, orientando-se por valores como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia.<sup>37</sup>

Para a visualização dessa compreensão sobre a EPS na Cáritas vem sendo proposto um quadro comparativo entre economia capitalista/ Projetos Alternativos Comunitários (PACs)/ Economia Popular Solidária (EPS), destacando-se em cada uma dessas economias os seguintes aspectos:

Quadro 7

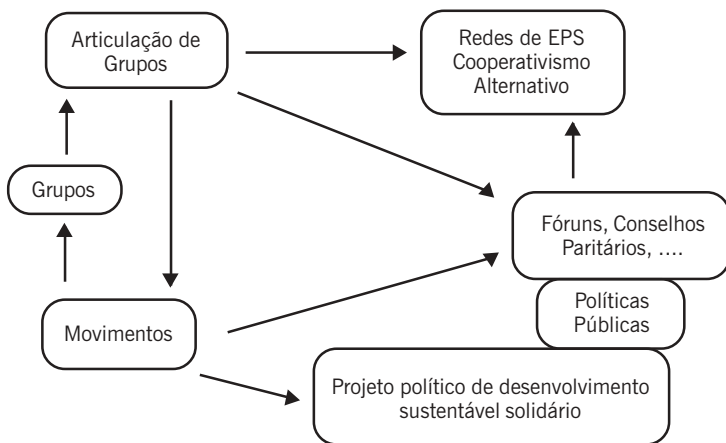
### Comparação entre economia capitalista, PACs e EPS

Aspectos	Economia capitalista	PACs	EPS
Lógica	Acumulação / Lucro	Auto-Sustentação Comunitária	Ampliação da Qualidade de Vida
Relações Internas	Patrão X Empregado	Distribuição Comunitária das Tarefas	Auto-Gestão Cooperativa
Protagonismo	Representações Empresariais	Representações Comunitárias	Organizações do Movimento da EPS
Educação	Para a Competitividade/ Individualista	Para a Solidariedade Comunitária	Para a Solidariedade em Rede
Projeto de Desenvolvimento	Monopolista Predatório do Meio-Ambiente e das Pessoas	Promoção Humana Local	Desenvolvimento Sustentável
Políticas	Excludentes e Compensatórias	Relações Comunitárias	Fortalecimento de Redes e de suas Representações
Cadeia Produtiva	Rede de Competição e Exploração Monopolística	Subsistência sem Articulação	Rede de Complementaridade Solidária

<sup>37</sup> Cáritas Brasileira. Seminário Economia Popular Solidária. Belém/PA, 30/05 a 01/06 de 2000. (relatório mimeo)

O Regional Rio Grande do Sul tem maior acúmulo nesse processo e oferece a seguinte reflexão sobre as características da EPS: “os projetos alternativos comunitários estão se constituindo gradativamente numa Economia Popular Solidária que pode contribuir com um novo desenvolvimento sustentável e solidário. Isso pressupõe um processo de reeducação em vista de uma nova cultura de solidariedade, valorizando as diferentes etnias, as relações de gênero, garantindo uma participação democrática, respeitando o meio ambiente. A Economia Popular Solidária está sendo construída numa constante busca do resgate da cidadania, em meio a erros e acertos e com envolvimento de um número crescente de agentes sociais na perspectiva das redes de informação-produção-consumo/troca. Garante a participação democrática com base na justiça e solidariedade, cultivando os princípios da autogestão associativa. Os empreendimentos econômicos trazem sinais concretos de novos caminhos que apontam para um novo desenvolvimento”.<sup>38</sup>

### Visualização da articulação da EPS



<sup>38</sup> Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS. Regional Rio Grande do Sul, 2001.

O quadro expressa o caráter integrador da EPS no sentido de que, indo além do econômico, busca viabilizar instrumentos de organização, cidadania e educação popular. Para atingir esses objetivos, assume uma metodologia participativa com algumas estratégias que julgamos importantes: o cultivo de uma mística que dê motivação, força e resistência aos que trabalham com essas iniciativas; a formação de redes; a participação em fóruns e conselhos como instrumentos de conquistas das políticas sociais públicas; e a formação permanente de agentes e sua qualificação nas áreas técnica, gerencial, política, social e mística.

A partir de reflexões e aprofundamentos sobre as experiências dos PACs e significados da EPS tem sido possível identificar alguns sinais e características da economia solidária. Aqui também a base da reflexão vem do Regional Rio Grande do Sul. A principal característica é a negação da lógica de funcionamento do atual sistema: a cultura de competição, exploração e ganância que sustenta e cria uma vida sem ética. Nessa lógica é bom tudo o que ajuda a ter, possuir e acumular riquezas e é mau tudo aquilo que impede isso. Na cultura do capitalismo globalizado, aprofunda-se a busca do crescimento e do lucro ilimitados. A natureza e tudo o que existe é instrumento para a acumulação de riquezas, não importando sua degradação e destruição. Tudo é mercantilizado. É a lógica do mercado invadindo todos os espaços da vida.

A EPS, por sua vez, é relacionada a uma cultura da solidariedade e da cooperação, baseia-se em uma ética solidária. Bom é tudo aquilo que ajuda a compartilhar os dons da natureza e os bens socialmente produzidos. Tudo é presente para nos realizarmos solidariamente. Todos somos co-responsáveis por cuidar desses bens para que frutifiquem e beneficiem a todos em iguais condições. A cultura da solidariedade que permeia as relações estabelecidas no âmbito das iniciativas econômicas de setores populares tem as seguintes características:

**a) Valores:** gratuidade, reciprocidade, cooperação, compaixão, respeito à diversidade, complementaridade, comunidade, amor.

**b) Princípios:** autogestão, respeito à diversidade/complexidade, convivência solidária com a natureza e cuidado com o meio-ambiente, democracia, descentralização/desconcentração do poder, das riquezas, dos bens (terra, tecnologia, saber), co-cidadania.

c) Novo **projeto de desenvolvimento** sustentável e solidário: pri-



mazia do trabalho sobre o capital, economia deve estar a serviço do social, tecnologia adaptada às novas exigências de não aprofundamento do desemprego e poluição da natureza, implementação de políticas públicas efetivas.

**d) Democratização do Saber:** as experiências alternativas solidárias oportunizam a apropriação dos saberes para cada participante.

**e) Valorização da vida do consumidor,** estabelecendo-se uma relação educativa que estimule a mudança nos hábitos de consumo, superando o consumismo.

### 4.3 – Redes solidárias e cooperativismo alternativo

Desde meados da década de 90, a Cáritas vem apoiando, através de seus regionais, iniciativas de fortalecimento do cooperativismo alternativo e das redes de produtores. Com a discussão da EPS, essas experiências ganham maior relevância e passam a ser compreendidas como estratégias fundamentais de viabilização das iniciativas econômicas populares.

Conforme apresentado anteriormente, os PACs também estavam relacionados a redes de produtores que vinham surgindo nos últimos anos em resposta, principalmente, às dificuldades de comercialização. Na perspectiva da Economia Popular Solidária, as redes passam a ser compreendidas como um dos instrumentos fundamentais para fortalecimento das iniciativas econômicas e para ampliação da capacidade política dos setores populares no sentido da conquista de políticas públicas.

Nessa perspectiva estão sendo valorizados pelo menos quatro tipos de redes de EPS:

a) As redes de produtores com vistas à verticalização da produção e à agregação de valor aos produtos. Os produtores (associações, cooperativas e individuais) tentam implantar indústrias de beneficiamento dos produtos, agregando valor aos mesmos. O desafio para essas iniciativas encontra-se na capacitação técnica e gerencial, além da aquisição de financiamentos em volumes consideráveis para a infra-estrutura necessária.

b) As redes de produtores com vistas à comercialização dos produ-

tos através da estruturação de lojas e outros mecanismos de exposição de produtos e inserção no mercado privado e institucional. A estruturação adequada dessas iniciativas requer o acesso a equipamentos e capacitação técnica para controlar a escala de fornecimento e capacitação gerencial.

c) As redes de organizações associativas com vistas à intervenção nas políticas públicas, reforçando os movimentos sociais e populares no sentido de conquista do acesso a recursos e serviços, na participação de negociação de programas governamentais e na proposição de políticas para a EPS a partir das experiências exitosas.

d) As redes de consumidores. Ainda bastante incipientes no Brasil, têm sido criadas para favorecer o acesso a produtos naturais (confiáveis) e de preços justos, eliminando o atravessador e valorizando socialmente os produtores das mercadorias.

Já o Cooperativismo Alternativo apresenta-se como o eixo de viabilidade econômica de grupos populares que se organizam em torno de atividades produtivas e de serviços, com base na concepção original do cooperativismo e que, portanto, trazem um conteúdo de práticas e vivências sociais, culturais e políticas presentes em sua origem.

No Regional Norte II, ocorreu uma reorientação dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) para um programa de “Cooperativismo Alternativo - Apoio à Agricultura Familiar” e agora na perspectiva de uma economia popular solidária. O regional atua com cooperativas e associações que, no atual momento, foram fortalecidas pela via econômica; aquelas organizações que consolidaram uma estrutura de produção mínima, beneficiárias da cooperação internacional e pelo acesso ao crédito governamental, galgaram um patrimônio e asseguraram a seus associados uma possibilidade de renda incluída ou acima de um nível de reprodução simples. Para as organizações de pequenos agricultores, a Economia Popular Solidária significa parte de um processo de desenvolvimento, em que o fator trabalho tem prioridade sobre o capital. Na nova etapa de trabalho, o regional adotou a metodologia do Planejamento-Conjunto, que valoriza a construção de diagnósticos mais qualificados e cumulativos da trajetória da organização para uma visualização mais estratégica do nível da organização e de sua intervenção na realidade local, regional e nacional.



Essa metodologia proporciona uma visão integral da cooperação, em resposta às necessidades fisiológicas da organização econômica na geração de resultados de melhoria de renda, de modo que a ação não se resume à visão da organização tal qual uma empresa econômica, mas um espaço de práticas econômicas solidárias, participação nas lutas com ênfase nas políticas públicas, valoração do trabalho e do compromisso com a ética social e ambiental para o desenvolvimento pleno no presente e no futuro.

O fortalecimento do cooperativismo alternativo está baseado na perspectiva de somarem-se os esforços de lutas nos espaços locais com os mais amplos, propiciando ações diretas com as organizações locais e ações mais gerais de fortalecimento dos movimentos sociais e populares nos estados. Ambas são canalizadas para a construção e a implementação de propostas de organização da agricultura familiar.

## 5 - Economia Popular Solidária e Desenvolvimento

A EPS surge em um contexto de crítica a um modelo de desenvolvimento que produz riquezas gerando miséria e depredando o meio ambiente. Esse modelo, fundamentado no “progresso” do conhecimento técnico-científico e no domínio da natureza<sup>39</sup>, coloca o crescimento econômico e a acumulação dos bens como bases do desenvolvimento. A exploração desordenada dos recursos e a acumulação das riquezas têm como conseqüências a perda do equilíbrio ambiental com o esgotamento de recursos naturais no presente, colocando em risco o futuro da vida na terra e promovendo a crescente exclusão social de bilhões de pessoas.

### 5.1 – Sustentabilidade e solidariedade: novos paradigmas de desenvolvimento

Hoje existe um quase consenso em torno da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento dotado de sustentabilidade. Ocorrem avanços na recuperação de uma visão holística sobre a relação entre o meio ambiente natural e os seus habitantes, superando a visão antropocêntrica que justifica a exploração ilimitada e a depredação do meio ambiente e progride a partir de postulados de sustentabilidade.

No entanto, quando se trata de explicitar significado e conteúdo dessa sustentabilidade, deparamo-nos com concepções diferentes e contraditórias. A interligação entre o desenvolvimento sócio-econômico e as transformações no meio ambiente entrou na agenda política internacional com base em uma crescente consciência sobre os perigos do modelo atual de desenvolvimento econômico. Desde a Confe-

---

<sup>39</sup> As bases culturais da insustentabilidade do desenvolvimento são o comportamento antropocêntrico, que concebe a natureza como fonte inesgotável de recursos, e o paradigma materialista-mecanicista, baseado na crença ilimitada nas virtudes do progresso técnico.

rência de Estocolmo de 1972<sup>40</sup>, vem se delineando uma filosofia do desenvolvimento que combina três elementos de harmonização: justiça social, prudência ecológica e eficiência econômica.

A ênfase dada a cada um deles em detrimento dos demais compõe as várias concepções de sustentabilidade, como, por exemplo, a do relatório Brundtland de 1987<sup>41</sup>, que conjuga crescimento econômico com a busca da eficiência na utilização dos recursos naturais. Acersald e Leroy (1999) destacam que, nessa perspectiva, o mercado aparece como o instrumento privilegiado para a alocação eficiente dos recursos, a indução de *tecnologias limpas* e o combate ao desperdício através da *autolimitação inteligente* dos níveis individuais de consumo.

Outras concepções buscam combinar a questão ambiental com a justiça social e a democracia, propondo um modelo complexo de sustentabilidade em que se articulam a produção ambientalmente sustentável, a ampliação dos direitos de cidadania e o fortalecimento da democracia com a equidade entre gêneros, a erradicação da pobreza e o respeito aos direitos humanos. Partem da possibilidade de preservação e recuperação de práticas de auto-suficiência econômica, valorizando a criação de tecnologias endógenas e impondo limites à competitividade espúria baseada na superexploração do trabalho humano e do meio ambiente. Nessa perspectiva, o mercado deve se submeter às leis de rendimento da natureza (mínima taxa de exaustão dos recursos naturais para garantir o máximo de quantidade de vida) e à sobrevivência dos povos (fins sociais). De acordo com Acersald e Leroy (1999: 28), nessa perspectiva a sustentabilidade só é possível com uma nova ética baseada na justiça social e na democracia.

Ignacy Sachs<sup>42</sup> apresenta os seguintes princípios ou critérios de

---

<sup>40</sup> Em 1972 foi realizada, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Participaram da Conferência 113 países, 19 órgãos inter-governamentais e 400 não-governamentais.

<sup>41</sup> Em 1983 a ONU cria a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Brundtland, primeira-ministra da Noruega, que coordena a elaboração de um relatório intitulado “Nosso Futuro Comum” (1987)

<sup>42</sup> Conforme citado por BRÜSEKE (1995, p. 31) e SACHS (2000, p.85 a 88).

sustentabilidade: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações presentes e futuras; c) a participação da população envolvida nas definições dos padrões de sustentabilidade do desenvolvimento; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social; f) o respeito às culturas (tradição/ inovação) e a valorização da autonomia e da autoconfiança dos povos; g) a governabilidade política nos vários níveis, e h) a sustentabilidade econômica.

Já o paradigma da solidariedade no desenvolvimento baseia-se em uma ética em que é bom tudo o que nos ajuda a compartilhar os dons da natureza e os bens socialmente produzidos com vistas à realização de todas as pessoas. Todos e todas somos co-responsáveis por cuidar desses bens para que frutifiquem e beneficiem a todos/as em iguais condições. Isso exige uma nova relação humana em que o individual não sufoque o coletivo e ambas as dimensões se fortaleçam reciprocamente, em uma dinâmica cumulativa. Percebe-se a quase impossibilidade de que esses postulados sejam plenamente exercidos na ótica capitalista.

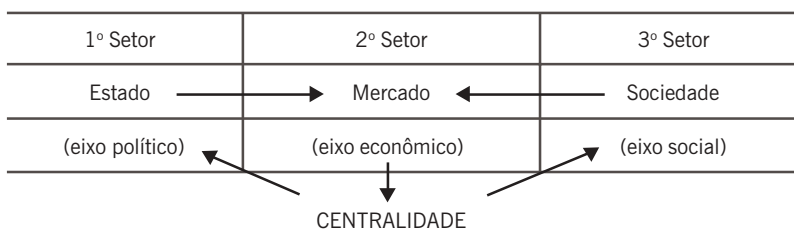
É essa perspectiva da sustentabilidade e da solidariedade que vem orientando as ações da Cáritas Brasileira para a *construção de um projeto de sociedade, a partir dos excluídos, contribuindo para a conquista da cidadania plena para todos*. Está de acordo com o pensamento social da Igreja, expresso nas encíclicas *Gaudium et Spes* e *Populorum Progressio*, onde se define o autêntico desenvolvimento com duas exigências: que seja integral, respondendo às necessidades econômicas ou materiais, culturais, afetivas, éticas e espirituais do ser humano; e que seja solidário atingindo todas as pessoas e povos (cf. GS 417-418).

Apesar de tal debate ser recente, tem sido destacada a relação entre a EPS e a busca de uma nova concepção de desenvolvimento. Trata-se de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, ecológico e solidário que atenda às necessidades básicas do povo e de uma sociedade mais solidária e justa. Nesse modelo a economia é fundamentalmente social e de interesse público, pressupondo a implementação de ações endógenas de desenvolvimento que aumentem a produção e a distribuição equitativa de riquezas. Esse processo vem também, ainda que

timidamente, colocando outros conteúdos, como a questão das identidades etno-culturais e a questão ecológica, como um dos pressupostos do desenvolvimento sustentável em que se verifica a tendência de que produção e preservação dos recursos naturais e sociais sejam dimensões de um processo de libertação.

O Regional Rio Grande do Sul tem maior acúmulo nesse debate e apresenta uma análise da relação entre EPS e desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento foi definido como *processo de crescimento de uma nação e de um povo nas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais*. Esse desenvolvimento deve ser integral e integrador no sentido de contemplar todas as dimensões que garantam a qualidade de vida de toda a população. Busca um projeto democrático e popular que viabilize o desenvolvimento sem exclusão, ecologicamente sustentável, socialmente justo, economicamente viável e politicamente democrático. Por isso, um desenvolvimento verdadeiramente humano e solidário precisa construir uma nova relação entre três dimensões reconhecidas da vida social - Estado, mercado e sociedade. A partir dessa reflexão é proposta uma comparação entre três modelos:

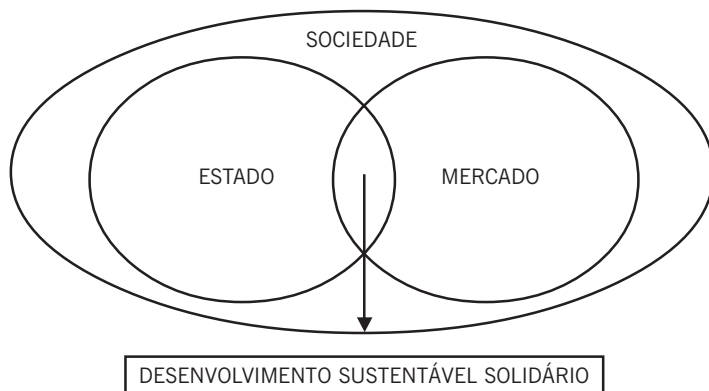
a) Modelo capitalista neoliberal: O mercado capitalista é o centro de tudo. Estado e sociedade são presas serviçais dos interesses do grande capital que busca de qualquer maneira o máximo lucro.



b) Modelo de inclusão social ao mercado capitalista: Pretende incluir indivíduos e grupos ao mercado capitalista. O Estado faz alguma coisa e usa as organizações da sociedade civil para incluir setores excluídos como consumidores de mercadorias. A preocupação é remediar e evitar a extrema exclusão social mas sem modelo de sociedade.

1º Setor	2º Setor	3º Setor
Estado	Mercado ←	Sociedade
(eixo político)	(eixo econômico)	(eixo social)

c) Modelo alternativo: nova relação entre as três esferas. A sociedade deve assumir o poder de mudar o tipo de mercado e aparelho estatal para que respondam ou viabilizem seus interesses. Ela é o espaço em que se estabelece o jogo de forças onde todas as práticas sociais, educativas, políticas e econômicas são parte das relações de poder. A população que se encontra excluída pode participar de uma organização societária diferente.



## 5.2 – Características e iniciativas de sustentabilidade na EPS

Os empreendimentos de EPS podem ser um instrumento de construção desse novo projeto. Logo, não se pode reduzir o desenvolvimento à dimensão econômica, medindo o produto final pelo resultado mensurável apenas por indicadores econômicos. A construção participativa da cidadania utiliza-se de diversos instrumentos de formação que consolidam gradativamente uma cultura de solidariedade,



integrando direitos sociais, políticos e econômicos, a partir da vida cotidiana.<sup>43</sup>

As reflexões que vêm sendo feitas sobre as experiências de EPS têm chamado a atenção para alguns elementos presentes nas mesmas que podem contribuir para um novo desenvolvimento sustentável e solidário. Isso pressupõe um processo de re-educação em vista de uma nova cultura de solidariedade, valorizando as diferentes etnias, as relações de gênero, garantindo uma participação democrática, respeitando o meio ambiente. A Economia Popular Solidária está sendo construída por meio de uma constante busca do resgate da cidadania e com envolvimento de um número crescente de agentes sociais na perspectiva das redes de informação, produção e consumo. Garante a participação democrática com base na justiça e solidariedade, cultivando os princípios da autogestão associativa.

Para Paul Singer (1999), os processos igualitários e autogestionários desenvolvidos no âmbito de cooperativas autênticas são experiências de socialização, mesmo que pontual, e apontam para uma forma alternativa de produção e de vida em sociedade com base na *economia solidária*. Paul Singer reconhece na economia solidária a germinação de formas alternativas da vida econômica e social movida pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, ligadas contratualmente por laços de solidariedade.

Para Luis Inácio Gaiger (1999), a Economia Popular Solidária expressa duas possibilidades alternativas: é uma alternativa econômica para os trabalhadores, pois pode constituir empreendimentos viáveis, ao mesmo tempo em que traz a germinação de formas de economia alternativa, por se distinguirem da lógica mercantilista do paradigma clássico de desenvolvimento baseado na grande empresa e na exploração do trabalho assalariado. Enquanto ação econômica que segue uma lógica distinta, a *economia alternativa* referencia-se em um novo espaço social e almeja um novo tipo de desenvolvimento com uma nova forma social de produção, com base em uma nova racionalidade econômica em que se aliam as cooperações e a busca da eficiência.

---

<sup>43</sup> Este enfoque está contribuindo para recuperar o significado de “economia” enquanto gestão da vida cotidiana.

Nas iniciativas de EPS apoiadas e acompanhadas pela Cáritas Brasileira, encontramos sinais de sementes de um novo modelo de desenvolvimento. É evidente, porém, que também encontramos situações contrárias às acima citadas, impedindo ilusões baratas quanto ao processo de construção de alternativas de desenvolvimento no âmbito do capitalismo.

A preocupação com o meio ambiente é um dos critérios para acesso aos recursos dos fundos apoiados pela Cáritas, justificando o caráter ecológico dos PACs e de outras iniciativas de EPS. Nos regionais da Cáritas no Nordeste encontramos uma preocupação mais forte com a questão ambiental nos projetos de convivência com o Semi-Árido e, em algumas áreas urbanas, nos projetos de reciclagem de resíduos. Um avanço significativo que aparece nas avaliações dos regionais é a utilização de técnicas alternativas nos diversos projetos apoiados no Semi-Árido, seja nas “cisternas de placas” para captação e armazenamento de água da chuva para o abastecimento familiar, seja na utilização de tecnologias apropriadas nas áreas de criação de caprinos.

Nos espaços urbanos encontramos também iniciativas apoiadas pela Cáritas que combinam a viabilidade econômica das iniciativas solidárias com o respeito e a preservação do meio ambiente, como é o caso dos projetos de catação seletiva e reciclagem de lixo. Na ação da Cáritas no lixão do Roger em João Pessoa/PB, ocorreram negociações entre os catadores e recicladores com a Empresa Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR) na elaboração de um projeto de bio-remediação do lixão - aterro sanitário, recuperação do mangue e construção de uma central de catação, onde as pessoas trabalhariam de forma mais humanizada e reduzindo os impactos sobre o meio ambiente.

Em Minas Gerais, recentemente, iniciou-se uma discussão em torno de projetos que apontem inovações, que tenham caráter-piloto na dimensão ambiental. A proposta é priorizar aqueles projetos que apresentem propostas tecnológicas ou de gestão ambiental (no sentido da preservação ou recuperação), sendo flexibilizados quando há uma necessidade de transição dos modelos convencionais para os modelos sustentáveis. Esta será uma ação inovadora, tendo em vista que os grupos participantes dos PACs vêm incorporando de forma ascendente a preocupação com a questão ambiental por entenderem que o manejo

racional e sustentável dos recursos naturais constitui condição elementar para a existência com dignidade das populações de pequenos agricultores familiares.

Para isso é necessário enfrentar os problemas de ordem educacional e estrutural que historicamente limitam as ações de preservação e manejo adequado dos recursos naturais. Entre os problemas estruturais no meio rural, ressalta-se a limitação histórica e atual da disponibilidade dos recursos naturais para os agricultores familiares que são obrigados a usar intensivamente os recursos de que dispõem, o que dificulta a preservação da biodiversidade e o manejo adequado de solos já fragilizados. Outro fator é a inexistência de políticas que induzam e estimulem tanto a produção e a difusão de tecnologias condizentes com as necessidades de preservação ambiental como o tratamento diferenciado por parte dos mercados de consumo.

Recentemente têm surgido nos regionais propostas de articulação das iniciativas de EPS com a construção de alternativas locais de desenvolvimento sustentável. É o caso, por exemplo, do Regional NE II, que tem como sua principal estratégia o fortalecimento do desenvolvimento local sustentável, priorizando o apoio às iniciativas solidárias de geração de trabalho e renda, as ações permanentes de convivência com o Semi-Árido e o fortalecimento da democratização de políticas públicas. Prioriza ainda o fortalecimento de fóruns municipais e estaduais para captação e adequação das políticas públicas às necessidades e potencialidades locais.

No Regional Minas Gerais essa compreensão da articulação da EPS com o desenvolvimento sustentável vem resultando na valorização de diagnósticos e planos de desenvolvimento local, municipal ou regional, por ser um instrumento privilegiado de formação e organização dos sujeitos sociais nos processos de negociação de interesses, como é o caso da elaboração dos orçamentos públicos. Alguns projetos têm se inserido dentro de programas mais abrangentes de desenvolvimento local, onde estão previstas atividades de assessoria técnica e organizacional, capacitação e negociação de parcerias junto ao poder público. Mas, de um modo geral, são programas engendrados pela sociedade civil que procuram algum tipo de apoio do poder público.

Na Cáritas Regional NE III, está em andamento uma parceria com o

MST na tentativa de implantar um programa que visa promover ações sócio-econômicas, objetivando estimular o desenvolvimento local e sustentável, com a construção da agenda 21 local e a implantação de projetos de reflorestamento e desenvolvimento de sistemas agroflorestais em assentamentos de reforma agrária.

### 5.3 – A conquista de políticas públicas

Um dos desafios dos setores comprometidos com a EPS é a transformação dessas alternativas econômicas solidárias em *políticas públicas para o desenvolvimento sustentável*. Porém, não se trata apenas da adoção de políticas trabalhistas ou residuais para um setor específico da economia, mas de um conjunto de medidas capazes de modificar os padrões de produção, consumo, apropriação, reprodução e gestão dos bens e recursos disponíveis de acordo com os princípios da sustentabilidade e da solidariedade.

A EPS apresenta-se também como uma possibilidade de contraposição à fragmentação e à desarticulação na execução das ações governamentais, evitando sobreposição de ações e desperdício de recursos públicos. Além de estabelecer relação vertical com os vários níveis de governo e de articular parcerias com os movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil, possibilita articular a transversalidade horizontal no âmbito das políticas públicas, articulando os diversos instrumentos e órgãos governamentais.

Nessa ótica da transversalidade, são necessários programas variados de apoio à cooperação e ao associativismo, seja para a produção e prestação de serviços, seja para a viabilização de crédito, de comercialização e de outros instrumentos de fomento à autogestão e ao desenvolvimento socio-econômico das comunidades e dos trabalhadores mais afetados pela reestruturação produtiva das últimas décadas.

O avanço da EPS na construção de políticas públicas depende menos de suas virtudes “utilitaristas”, considerando sua capacidade de resposta à crise do trabalho na atualidade, e mais da disposição de mobilização dos sujeitos envolvidos com essas iniciativas econômicas populares e solidárias para a conquista de espaços nas decisões públicas. Isso porque as políticas públicas compreendem um conjunto de

decisões e ações relativas à alocação de bens, recursos e serviços, resultante do processamento de demandas em que a posição dos atores é definida de acordo com os seus interesses. A transformação dos interesses em decisão depende da correlação de forças entre os diversos atores. Mesmo que a atividade estatal tenha papel relevante na definição da agenda, na formulação e implementação das decisões que daí emergem, as políticas de desenvolvimento expressam os diferentes projetos políticos e visões de mundo que estão em disputa na sociedade. É exatamente nesses aspectos que se encontram os maiores desafios.

Os regionais da Cáritas têm ressaltado as virtudes dos PACs e das redes solidárias em interferir nas políticas públicas em pelo menos três aspectos: no fortalecimento da cidadania e conquista de direitos, no acesso aos recursos públicos para expansão das iniciativas econômicas solidárias e no fortalecimento de fóruns da sociedade civil, enquanto espaços de articulação e proposição de políticas públicas. Entre essas articulações, destacam-se os Fóruns de Economia Popular Solidária ou de Socioeconomia Solidária que começam a surgir em diversos estados brasileiros.

### **5.3.1 – Fortalecimento da cidadania e conquista de direitos**

Nos relatos dos regionais são destacados alguns avanços quanto à participação dos sujeitos sociais dos PACs nas organizações sociais, o que expressa um maior despertar para reivindicações junto ao poder público.

Entretanto, o acesso às políticas públicas não se restringe apenas à obtenção de crédito para produção mas, também, à implementação de serviços sociais básicos. É o caso, por exemplo, dos trabalhadores do lixão do Roger em João Pessoa que realizaram alguns fatos políticos – marcha até a prefeitura, audiência com o prefeito, denúncias na imprensa local (TV e jornais) – e conseguiram bolsa-escola para as crianças que trabalhavam no lixão. A luta agora é pela extensão do programa para todas as crianças e pela regularidade no pagamento. Nesse mesmo processo organizativo dos trabalhadores foram conquistadas melhores condições de moradia por meio da construção de casas populares.

No Regional Norte II, a intervenção nas políticas públicas através do fortalecimento das lutas populares tem sido uma estratégia fundamental para viabilizar o cooperativismo alternativo. Mas nesse caso, tam-

bém as lutas e conquistas não se restringem aos aspectos econômicos e produtivos. Têm-se vários exemplos de conquista de espaços decisórios e de direitos sociais. Um deles é o envolvimento da AMIA (Associação dos Moradores da Ilha de Abaetuba) com a eleição para o conselho tutelar da criança e do adolescente. “A AMIA conseguiu eleger uma dirigente do seu quadro social, reforçando o movimento social no processo de pressão sobre a administração local. Esse fato teve um destaque maior no episódio ocorrido em 1999, que ganhou repercussão nacional, onde as lideranças da AMIA denunciaram à sociedade a existência de crianças mutiladas por trabalharem nas olarias da região das ilhas (produção de telhas e tijolos), acionando o Ministério Público em vista da abertura de inquérito para apuração de responsabilidades. Como resultado das denúncias e da luta da AMIA, foi conquistado um programa de bolsa-escola. O programa iniciou com o pagamento de R\$ 12,50 por família de mutilado e depois de muita luta das associações passou para R\$ 25,00. O acompanhamento desse programa tem sido feito pelas associações. Um saldo importante dessa luta foi também a eleição da presidenta da AMIA para a presidência do Conselho Municipal de Saúde e de Assistência Social. Hoje eles estão organizando os conselhos locais em todos os recantos das ilhas com o objetivo não só de fiscalizar as ações do poder público como também para que estas funcionem como unidades de mobilização popular para o processo de pressão sobre o poder público local e estadual”<sup>44</sup>.

Fatos como este mostram que é fundamental repensar as estratégias de acesso aos fundos públicos com maior ênfase, isto é, saindo de uma posição um tanto passiva, de complementaridade, para uma postura mais ofensiva, de monitoramento e capacitação dos grupos e dos conselhos de gestão para facilitar esse acesso.

### **5.3.2 – Acesso a recursos públicos**

Para o Regional NE III, os projetos alternativos comunitários têm funcionado como instrumento de acesso a recursos públicos. Através do financiamento, da capacitação e do acompanhamento feito pelas equipes diocesanas, alguns grupos têm conseguido acesso a financiamento de grande porte por parte de órgãos oficiais para ampliação de

---

<sup>44</sup> Regional Norte II – Relatório Anual, 2000.

suas iniciativas produtivas. Nesse caso o acesso se dá diretamente pelos sujeitos nos programas e fundos existentes. Em outros casos o acesso a recursos públicos ocorre também através dos conselhos municipais de gestão de políticas, como é o caso dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, que decidem a aplicação de parte dos recursos do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). É óbvio que esta não é uma tarefa fácil. Nos dois sentidos acima apresentados as dificuldades estão presentes. Nos conselhos municipais, onde quase sempre os conselheiros estão atrelados aos prefeitos, a conquista se dá através de processos de negociação combinados com a pressão dos grupos mais interessados. Nos órgãos oficiais, a grande dificuldade tem sido a burocracia, que exige garantias e documentação.

A título de exemplo dessas conquistas, o regional apresenta o caso do Projeto Bodega Comunitária, onde “apesar de todas as dificuldades que vem atravessando, a associação conseguiu a concretização de projetos encaminhados ao Banco do Nordeste para ampliação de um projeto de apicultura, sendo financiado 100 colméias, 01 caminhão F-4000 e outros equipamentos como os projetos de criatórios miúdos, a construção de pequenas aguadas e equipamentos de energia solar para 23 produtores. Com estas conquistas, o grupo está mais animado e outras pessoas estão valorizando mais a organização.”<sup>45</sup>

No Regional NE II, as avaliações dos PACs quanto a acesso e construção de políticas públicas tem revelado que esse processo se dá de diferentes formas. O acesso a recursos públicos acontece em pelo menos 40% dos projetos apoiados, principalmente nos localizados no meio rural, com o acesso a custeio e a investimentos (PRONAF, FAT e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES). Tem tido destaque também a multiplicação das cisternas (captação e armazenamento de água de chuva) com recursos governamentais das Prefeituras, dos Governos Estaduais, da SUDENE e do Banco do Nordeste. As avaliações realizadas em 2000 constataram também que, na maioria dos casos, não foram os projetos apoiados pelo Fundo que alavancaram os outros investimentos produtivos ou de infra-estrutura com recursos públicos. O que prevaleceu foi uma situação de complementaridade do fundo a outros investimentos já realizados nas

---

<sup>45</sup> Regional NE III – Sistematização: dos PACs à EPS, 2001.

áreas/grupos. Quanto à potencialidade dos projetos de aumentar a capacidade de acesso dos grupos aos recursos públicos, foi ressaltado que isso dependia da articulação do trabalho localizado com outros espaços organizativos onde existe maior capacidade de interferência nas políticas públicas.

No Regional Maranhão, essa desarticulação também vinha sendo constatada entre os grupos participantes dos PACs com outras iniciativas de lutas por conquistas de políticas públicas, fazendo com que os grupos acompanhados pela Cáritas ficassem isolados nesse processo. Diante da constatação, o regional tenta reorientar sua prática, no sentido de possibilitar a luta por acesso aos recursos públicos por parte dos grupos acompanhados. Têm sido discutidas questões relativas às formas de financiamento para a pequena produção, com participação do Banco da Amazônia, e às formas de lutas dos camponeses, com participação da FETAGRI e do MST e outras. A partir dessas reflexões evidenciou-se a importância de a Cáritas colocar sua estrutura em função da luta por políticas públicas, inclusive crédito público, aos camponeses e grupos populares urbanos, de forma planejada.

Em Minas Gerais, a tentativa de intervenção dos PACs nas políticas públicas tem ocorrido através da negociação, seja de aportes adicionais de recursos públicos para viabilizar o funcionamento mais satisfatório dos projetos, seja para prover as famílias das condições gerais de vida como o melhoramento de estradas, o transporte dos produtos e pessoas em veículos da prefeitura, a construção de uma escola ou posto de saúde, a liberação de equipamentos para a aração das terras etc. Todavia, a oferta de bens e serviços públicos, quando acontece, é pontual e associada à possibilidade de barganha eleitoral e nem sempre apresenta qualidade satisfatória. O controle social das políticas em nível local e estadual e o seu manejo estratégico para o desenvolvimento é pouco provável nos municípios que têm grupos apoiados pela entidade, já que esses conselhos funcionam, em muitos casos, sob a tutela política dos governantes.

### **5.3.3 – Fóruns de articulação da sociedade civil**

As iniciativas de EPS apoiadas pela Cáritas têm sido também instrumentos importantes de fortalecimento dos fóruns de articulação da sociedade civil que se constituem em espaços de formação, informação



e planejamento de estratégias conjuntas para intervenção nas políticas públicas. Essa contribuição advém tanto da participação dos sujeitos sociais nesses espaços quanto da análise das iniciativas de EPS que estão em andamento e de seus resultados na argumentação propositiva nos processos de negociação na formulação de políticas públicas, de desenvolvimento local e de trabalho e renda. A EPS garante, assim, uma base concreta, um chão de experimentos sobre o qual se justificam as mudanças e inovações nas políticas públicas.

Os fóruns de políticas públicas variam bastante quanto a finalidade específica, abrangência e natureza. Algumas experiências vêm tendo destaque:

a) No Regional NE II têm ocorrido alguns avanços nos fóruns de articulação com presença expressiva da Cáritas no Estado da Paraíba. Atualmente existem 03 fóruns de articulação da sociedade civil com abrangência estadual: a *Articulação do Semi-Árido Paraibano*, que congrega em média 32 entidades (ONG's, movimentos populares, Cáritas e pastorais sociais) e que tem conseguido alguns avanços na proposição de políticas para o Semi-Árido, na captação e gerenciamento de recursos públicos; a *Articulação de Políticas Públicas*, que tem o objetivo de contribuir na formação e capacitação dos movimentos populares para participação nas políticas públicas, realizando eventos de caráter estadual com lideranças populares e parlamentares ligados aos partidos de esquerda; e o *Fórum de Emprego e Renda*, que tem procurado monitorar as políticas de emprego e renda no estado e assessorar a participação do representante dos trabalhadores na Comissão Estadual de Trabalho.

b) No Rio Grande do Sul, tem destaque o *Fórum de Economia Popular Solidária* com representantes de entidade e grupos de Economia Popular Solidária que buscam um projeto comum para as alternativas na área de geração de trabalho e renda em vista de um novo projeto de desenvolvimento sustentável. Esse espaço é muito importante, pois permite a “alimentação” dessas representações, como também permite mobilização conjunta para realização de atividades relativas a essa área.

c) No Ceará, a Cáritas está articulada ao Fórum Cearense pela Vida do Semi-Árido e, na área urbana, participa do Fórum de Sócioeconomia Solidária (atualmente Rede) que visa potencializar as experiências dos grupos e entidades, oferecendo um espaço democrático para discussão

de diversos pensamentos no campo da Economia Popular Solidária e influenciar nas políticas públicas. Para essa Rede, a Sócioeconomia Solidária é compreendida como um movimento sócio-político que visa integrar produção, comercialização, consumo e crédito como um sistema harmônico e interdependente, coletiva e democraticamente planejado, gerido, que serve ao objetivo comum de responder às necessidades de sobrevivência e reprodução sustentável da vida de todas as cidadãs e cidadãos em todas as suas dimensões, inclusive nos âmbitos da cultura, arte e lazer.

d) No Maranhão, a Cáritas hoje integra duas importantes redes, que são a Rede de Agro-ecologia no Maranhão (RAMA) e a Rede de Intervenção em Políticas Públicas (RIPP), articulações fundamentais para difusão de princípios sustentáveis de produção e de conquistas do direito ao crédito, à assistência técnica, à educação, à saúde e de participação nas políticas públicas, inclusive as de desenvolvimento. Essas redes buscam fortalecer a participação em Conselhos de Gestão, no Farol do Desenvolvimento, além de incentivar articulações locais que discutem alternativas de desenvolvimento.

Em Minas Gerais, a Cáritas participa e incentiva processos de criação de fóruns de articulação de grupos e organizações não-governamentais de assessoria e assistência técnica que se propõem a discutir e a elaborar proposições de políticas públicas, estatais ou não, em torno de um tema mais geral, que é o desenvolvimento sustentável. Além disso, esses fóruns deverão promover ações políticas no campo do monitoramento do orçamento público municipal e estadual, bem como de articulação/lobby para a sua formatação democrática e estratégica para um desenvolvimento local integrado e sustentável.

## 6 - A Cáritas e a EPS: desafios e perspectivas

### 6.1 - A trajetória da EPS

No final da década de 90, a Cáritas fortaleceu alguns passos no processo de reorientação dos Projetos Alternativos Comunitários no sentido de aperfeiçoá-los enquanto instrumento de apoio às iniciativas sustentáveis de desenvolvimento. O fértil debate vivido na Cáritas Brasileira a partir das modificações ocorridas nos Fundos de Apoio aos PACs fortaleceu a idéia de que esses fundos eram importantes mas não tinham um fim em si mesmos e o que se pretendia com a ação Cáritas era, na verdade, fortalecer as iniciativas solidárias protagonizadas pelos excluídos, rumo à construção de novas relações econômicas, políticas e sociais.

No mesmo período crescia no Brasil e na América Latina o debate sobre iniciativas econômicas solidárias, interpretadas de diferentes formas pelos estudiosos e militantes políticos, acerca das diversas iniciativas econômicas com características solidárias que eram desenvolvidas pelos setores populares. No âmbito da Cáritas, esse debate também começou a ganhar espaço com a reflexão sobre a relação entre os PACs e a EPS.

Do debate resultou uma percepção inicial de que os PACs são parte de algo maior, de um movimento que ocorre no seio da sociedade, de construção de alternativas econômicas solidárias articuladas às concepções sustentáveis de desenvolvimento. Essa discussão tornou-se tão presente na vida da Cáritas que a EPS passou a fazer parte das suas Linhas de Ação para o quadriênio 2000 a 2003, com os seguintes objetivos: animar a reflexão sobre Economia Popular Solidária na perspectiva do Desenvolvimento Humano Local e Sustentável, a partir das experiências dos PACs e das articulações que apontam para o desenvolvimento de um movimento nacional, e propiciar o desenvolvimento de experiências de programas integrados de apoio a cadeias produtivo-econômicas de solidariedade. Com base nesse objetivo, os regionais da Cáritas vêm adotando algumas iniciativas para o fortalecimento da EPS:

a) No Regional Ceará, afirmava-se uma visão de valorização do fator trabalho e da cooperação nas iniciativas dos PACs. O conjunto das características, princípios, formas e métodos de organização do trabalho de cooperação apontavam para uma outra forma de pensar e organizar

a economia. O regional procura redirecionar sua prática para o **fortalecimento de redes de economia solidária**, principalmente as que articulam os produtores do Semi-Árido.

b) No Regional Rio Grande do Sul, que já tinha uma caminhada no âmbito da economia popular solidária, foram pensadas algumas estratégias para viabilizar a EPS. A primeira é o **fortalecimento e viabilização de redes locais de produção, comercialização, consumo e informação**, buscando associar as iniciativas de geração de trabalho e renda à discussão de projetos de desenvolvimento local. A outra estratégia adotada é o **fortalecimento de uma rede de informação e comercialização**. A terceira estratégia adotada pelo regional é o **fortalecimento do Fundo Rotativo Solidário**: dos 975 grupos apoiados entre 1986 e 2000, 120 receberam recursos do Fundo Rotativo Solidário (FRS).

c) O Regional NE III (BA e SE) destaca o apoio à divulgação, e à circulação e ao intercâmbio em rede de conhecimentos dos projetos bem sucedidos, visando articular entidades parceiras, envolver instituições governamentais e influir nas políticas públicas. O regional se propõe também a **promover projetos demonstrativos**, procurando sistematizar e articular as experiências sustentáveis em prol do desenvolvimento de processos incentivadores da EPS.

d) O Regional Piauí assume a linha de ação da valorização da economia popular solidária, tendo como referência os PACs, com o objetivo de **propiciar e promover o desenvolvimento de experiências e alternativas**, animando-as para a reflexão sobre a economia popular solidária.

e) No Regional Maranhão, está ocorrendo uma avaliação e o **redirecionamento dos PACs para que os grupos de produção não sejam um fim e sim meios para fortalecer a organização popular e as alternativas de vida do povo**. A partir da troca de experiências sobre as diferentes visões, diferenças, enfoques e tendências da Economia Popular Solidária em nível nacional, foi possível construir indicativos para a atuação do regional nesta linha: critérios de financiamento, de acompanhamento e a forma de trabalhar com os grupos.

f) O Regional NE II (RN, PB, PE e AL) amplia a sua atuação para fortalecer as iniciativas de EPS, indo muito além da simples gestão de fundos. Apóia a **articulação de redes solidárias locais**, priorizando a

intervenção junto a grupos produtivos, favorecendo a verticalização da produção (desenvolvimento de produtos, beneficiamento, ampliação da escala produtiva etc) e a **construção de redes de articulação entre segmentos de produtores**, tanto para o enfrentamento coletivo do mercado quanto para a mobilização em defesa de direitos.

g) O Regional Minas Gerais trabalha na perspectiva de fortalecimento da EPS através de três frentes de trabalho que vislumbram neste momento: a articulação com atores que vem amadurecendo propostas práticas no campo da EPS e que podem vir a tomar maior fôlego a partir da discussão de **projetos demonstrativos de EPS em nível regional** com o apoio da Cáritas; a movimentação de grupos e entidades dispostos a constituir e/ou **fortalecer espaços de discussão e de proposição de políticas no campo da EPS e Desenvolvimento Sustentável**; e a inserção da Cáritas no tema das políticas públicas sendo uma proposta **executar, acompanhar e animar atividades de monitoramento de políticas de trabalho e renda** em nível estadual e em alguns municípios ou regiões.

h) O Regional Norte II (Pará) se propõe a continuar **fortalecendo o cooperativismo alternativo** na perspectiva de fortalecer as organizações que consolidaram uma estrutura de produção mínima, beneficiárias da cooperação internacional, e pelo acesso ao crédito governamental. Uma das frentes de atividades da Cáritas no Pará para o triênio (2000 à 2002) é o apoio ao acesso de grupos ao crédito público e à luta por condições de infra-estrutura e assistência técnica através dos movimentos regionais e estaduais relacionados à agricultura familiar do Estado do Pará, possibilitando a durabilidade e a sustentabilidade do processo de desenvolvimento a longo prazo.

## 6.2 – Missão institucional e os desafios da Ação Cáritas com a EPS

O Seminário Nacional da Cáritas sobre a Economia Popular Solidária, realizado em Belém/PA, em maio de 2000, foi um momento importante de estudo e aprofundamento, possibilitando analisar em que estágio a Cáritas se encontra nesse processo e perceber as diferentes visões, enfoques e tendências da EPS.

As discussões realizadas indicam que há um reconhecimento por parte dos regionais sobre a importância e a necessidade de a Cáritas Brasileira fortalecer os processos da EPS de acordo com a sua missão institucional de *testemunhar e anunciar o evangelho da esperança de Jesus Cristo, comprometendo-se a promover e animar o serviço da solidariedade ecumênica, a participar da defesa da vida, da organização popular e da construção de um projeto de sociedade, a partir dos excluídos, contribuindo para a conquista da cidadania plena para todos, a caminho do Reino de Deus.*

A Cáritas reconhece que sua intervenção não deve estar restrita nem centralizada no fornecimento de crédito e/ou de assistência técnica nas iniciativas produtivas. A sua grande contribuição deve ser formativa dos sujeitos para uma nova forma de construir relações solidárias. Cabe à Cáritas animar e estimular a prática da solidariedade coerente com uma alternativa de desenvolvimento humano, sustentável e solidário. Esse processo passa necessariamente por uma mudança cultural no rumo da solidariedade. Por isso, estimular a produção de bens e a sua comercialização é importante, mas não suficiente para a Cáritas. As redes de EPS devem ser de produção, comercialização, consumo, mobilização, construção de políticas, fortalecimento de cidadania e construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Outro aspecto fundamental é que a Cáritas não está sozinha nessa construção. A partir da sua prática, ela busca animar processos estratégicos articulados com outras forças para fortalecer o protagonismo dos excluídos. Para tanto, é necessário configurar sinais, evidenciar modelos - “experiências-piloto” - em vista de disseminá-los para que influenciem na formulação de políticas públicas, pois são estes que devem dispor dos recursos técnicos, financeiros. Esse quadro sugere que talvez seja mais significativo priorizar atividades de efeitos multiplicadores ou apoiar projetos de maior alcance, considerando-se as realidades específicas de cada região, os objetivos propostos pelos grupos e os pretendidos pela entidade.

Reflexões como essas trazem à tona questões que dizem respeito às estruturas organizativas dos grupos comunitários, bem como os métodos e a natureza dos relacionamentos que os grupos mantêm com a Cáritas e com outras entidades de apoio técnico, pedagógico e financeiro.

Nesse processo, os PACs ainda são instrumentos fundamentais nas

redes de EPS e, por isso, não é possível um corte abrupto dessa experiência, que, de uma forma ou de outra, contribuiu para a organização e a formação de comunidades. Os Fundos de Apoio devem continuar existindo para apoiar os pequenos projetos, com base em novos critérios (ecológicos, econômicos e organizativos), na perspectiva da EPS, sem perder de vista o processo educativo para acesso aos recursos públicos para produção.

O fortalecimento das iniciativas de EPS é um dos apelos mais fortes da realidade atual, principalmente para a Cáritas Brasileira, que tem procurado orientar sua intervenção na realidade para o fortalecimento do protagonismo dos excluídos, tanto no que se refere à melhoria de suas condições de vida quanto à conquista de direitos sociais. Essa tem sido a sua estratégia recente na ação com os PACs e, agora, amplia essa intervenção no fortalecimento de iniciativas de EPS.

É bom lembrar que se parte da constatação de que a baixa renda e o desemprego têm sido problemas que afligem a população historicamente excluída do modelo de desenvolvimento brasileiro. Nos últimos anos essa situação tem se agravado com a precarização do mercado de trabalho formal, com o desaparecimento de número expressivo de postos de trabalho e com o aumento das ocupações instáveis e mal remuneradas.

Nesse contexto têm sido impulsionadas um número significativo de alternativas para geração de ocupação e renda, como o trabalho autônomo e os pequenos empreendimentos de base familiar ou associativa, vêm se firmando como elemento central de estratégias destinadas a reverter (ou, pelo menos, minimizar) a tendência à queda dos níveis de emprego e renda de parcelas significativas da população. Surgem também cooperativas e fundos de crédito popular para apoiar e articular tais iniciativas individuais e coletivas. No entanto, as mesmas enfrentam diversos desafios para se estabelecerem e viabilizarem em médio prazo: a falta de organizações articuladoras da pequena produção (redes produtivas etc); a dificuldade de assessoria, acompanhamento e qualificação técnica no desenvolvimento da produção, na comercialização e gestão dos recursos; a falta de tecnologias adequadas às pequenas escalas de produção, entre outros.

As iniciativas de geração de renda e de fortalecimento de estruturas comunitárias, produtivas e organizativas apoiadas pela Cáritas, multipli-

caram-se ao longo dos anos através da assessoria e da capacitação das organizações associativas e da articulação de fóruns de políticas públicas. Todas essas iniciativas não tinham um fim em si mesmas, mas buscavam transformar-se em referências para a adequação e a democratização das políticas públicas. As ações de apoio a projetos produtivos desenvolvidos inicialmente como forma alternativa de sobrevivência, procuravam também fortalecer práticas e valores de solidariedade, e isso foi constituindo o seu horizonte mais amplo de intervenção no âmbito da Economia Popular e Solidária, associada à perspectiva do Desenvolvimento Humano Local e Sustentável.

É bem verdade que hoje são muitos os que falam em economia solidária, desde governos, universidades, diversas ONGs etc. A preocupação da Cáritas é de fortalecer a articulação dessas entidades nos níveis regional, estadual e nacional para que consigam potencializar as iniciativas de EPS e, assim, somar-se aos demais movimentos sociais populares para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e solidário.

A Cáritas age movida por uma visão estratégica de que as iniciativas de EPS podem, de fato, contribuir para o enfrentamento da exclusão social, ao mesmo tempo em que podem disseminar uma cultura e/ou uma lógica diferente da do sistema econômico dominante. A Cáritas constata a possibilidade de essas experiências virem a apresentar reflexos positivos, dependendo da articulação e da viabilização de bases materiais para essas iniciativas. São necessárias ações que combinem a perspectiva de um desenvolvimento auto-sustentável com o combate à exclusão social a fim de que o acesso ao crédito adquira uma conotação social estratégica, na medida em que se articula com estratégias econômicas que gerem renda, atuando contra às tendências de concentração de renda e ampliação das disparidades sócio-econômicas.

A Cáritas tem buscado diagnosticar e construir estratégias de enfrentamento dos desafios para o fortalecimento das iniciativas de EPS. Nas avaliações feitas pelos regionais tiveram destaque as seguintes questões:

a) Os limites no acompanhamento às iniciativas de EPS. Nas Cáritas Diocesanas são poucos os agentes disponíveis para o trabalho social. Os poucos recursos destinados aos projetos e à estruturação de equipes diocesanas dificultam o avanço da ação social. Destaca-se também a inexperiência dos grupos com a atividade, à qual seguem os limites no



funcionamento interno dos grupos e a falta de acompanhamento. Deve-se ressaltar também que além de serem poucos agentes liberados para acompanhamento aos grupos, muitas vezes a visão limitada dos mesmos compromete o processo de formação, não contribuindo para gerar uma nova caminhada. Na realidade, estabelece-se uma interdependência de fatores, os quais convergem para três vértices que são o suporte dos projetos: experiência e organização interna; conhecimento, capacidade técnica.

b) A gestão dos Fundos de Apoio. Em primeiro lugar destaca-se a necessidade de mudança nas perspectivas dos atuais Fundos de Apoio gerenciados pela Cáritas: apoiando mais as iniciativas em redes do que os projetos isolados, articulando melhor o apoio financeiro como instrumento de organização e formação. A segunda questão refere-se ao acesso às informações sobre outras fontes de financiamento de iniciativas de EPS (principalmente os fundos governamentais), tendo em vista a não continuidade dos Fundos de Apoio próprios dos regionais da Cáritas.

c) Acesso e protagonismo dos excluídos na EPS. A missão da Cáritas, como entidade pastoral e de assistência social, é de atuar com os mais excluídos. O que fazer diante da situação de emergência social que persiste para grande parte dos excluídos? Trata-se também do desafio de integrar a EPS no contexto da nova visão de assistência social de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social.

d) A insuficiência dos recursos financeiros nos projetos apoiados. Um elemento que chama a atenção é a média dos investimentos por pessoa que participa diretamente dos PACs. A insuficiência de recursos aparece na construção de infra-estrutura, na falta de capital de giro para produzir e na necessidade de aquisição de outros equipamentos e transporte. Essa realidade aponta à necessidade de ampliar a eficácia das iniciativas apoiadas, fazendo com que os recursos investidos sejam alavancadores ou complementares de outras iniciativas econômico-produtivas que disponham de um volume maior de recursos.

e) As dificuldades de acesso e controle social das políticas públicas para fortalecimento das iniciativas de EPS. Existem diversos programas governamentais e não governamentais voltados para a área de emprego e renda (crédito popular, qualificação profissional etc) que poderiam ocasionar impactos positivos nessas iniciativas. No entanto, prevalecem as seguintes situações: a pouca articulação e descoordenação en-

tre os diversos programas, prejudicando a necessária complementaridade das intervenções; a continuidade de práticas indutoras de subalternidade (clientelismo e assistencialismo), que impedem a participação cidadã e o controle social. Na maioria dos municípios nordestinos, as organizações da sociedade civil têm tido pouca capacidade de articulação para intervenção e controle social dos programas implantados em nível local. Por outro lado, os fundos continuam inacessíveis devido ao grau de exigência e às altas taxas de juros.

f) A pouca visibilidade e difusão das iniciativas de EPS e de seus resultados. Permanece ainda a questão da sistematização das experiências. Seria uma das principais missões dos agentes Cáritas a sistematização das experiências significativas, garantindo a sua publicização e fortalecendo as capacidades de intervenção das organizações populares nas políticas públicas.

### 6.3 - Indicativos de ação no rumo da EPS

Embora tenhamos que reconhecer os limites institucionais da Cáritas, há sinais positivos de que é possível avançar no enfrentamento e na superação dos desafios acima elencados. Diante dos apelos da realidade e coerente com a sua missão, a Cáritas Brasileira assumiu, no seu último Congresso (1999), o objetivo de avançar no apoio à implantação e ao desenvolvimento de empreendimentos coletivos solidários, em que as pessoas diretamente envolvidas possam visualizar alternativas de autonomia e emancipação e, conseqüentemente, livrar-se da natural dependência, submissão ao paternalismo e ao assistencialismo das entidades públicas e de outros agentes externos.

Nesse sentido, as frentes de trabalho que se vislumbram neste momento são as seguintes:

a) Articulação com atores que vêm amadurecendo propostas práticas no campo da EPS e que podem vir a tomar maior fôlego a partir da discussão de projetos demonstrativos de EPS. A Cáritas deve ser articuladora de grupos e entidades dispostas a fortalecer espaços de discussão e de proposição de políticas públicas no campo da EPS. Dessa forma, reafirma a sua disposição de continuar contribuindo para a constituição, juntamente com outras entidades, de espaços solidários e propositivos para a consolidação e a ampliação das experiências de EPS.

b) Inserção cada vez mais profunda da Cáritas no tema das políticas públicas relacionadas à EPS, através do acompanhamento e da animação de atividades de monitoramento em nível estadual e em alguns municípios ou regiões, favorecendo a alavancagem de outros recursos para a melhoria da produção e das condições de vida dos participantes. Quanto à construção e à conquista de políticas públicas, a Cáritas deve participar intensivamente do desenvolvimento de iniciativas para a garantia de demanda dos produtos das iniciativas de EPS, seja por meio do poder de compra do Estado ou pelos sistemas de intermediação de negócios. Para isso é preciso que sejam realizados programas específicos que fortaleçam as cadeias produtivas, integrando os fluxos de consumo, comércio e produção aos programas de financiamento, de logística de distribuição e de comercialização. Outro campo prioritário de atuação é o da criação de linhas de financiamento, com condições e exigências apropriadas às características dos empreendimentos de EPS.

c) Consolidação das alternativas econômicas populares e solidárias e de conquista de cidadania na perspectiva do desenvolvimento integral e solidário. Para isso é fundamental potencializar o processo organizativo e de produção dos grupos através de incentivo, fortalecimento e formação de redes, favorecendo o intercâmbio e o reforço de alternativas produtivas, de canais de comercialização, do aprimoramento de tecnologias e do acesso a recursos e serviços públicos. Isso implica também no desenvolvimento de tecnologias apropriadas com vistas à agregação de valor aos produtos, melhoria das condições de trabalho, de saúde e da sustentabilidade ambiental.

d) Garantia de acompanhamento e monitoramento sistemático das experiências e desenvolvimento de programas permanentes de formação/capacitação para contribuir nas diversas dimensões humanas: sócio, organizativa, político, técnica, mística, relação de gênero, sensibilizando os grupos para as relações igualitárias entre homens e mulheres. A capacitação e assistência técnica devem ser adequadas às características organizacionais dos empreendimentos da economia solidária, como forma de sensibilizar a organização para o trabalho coletivo e de proporcionar informações, conhecimentos e tecnologias sobre os aspectos que envolvem um empreendimento ou, ainda, de como geri-lo de forma coletiva e solidária.

e) Continuidade do processo de investigação e sistematização das experiências de EPS vivenciadas na Cáritas, disseminando seus resultados e desafios. Devem ser sistematizados também os mecanismos institucionais implementados pelo governo em diversos níveis que possuem interface com a economia solidária visando divulgá-los e aprimorá-los.

Diante dos desafios colocados e das propostas apresentadas, a Cáritas reafirma seu compromisso e desejo de contribuir na construção de uma Economia Popular e Solidária como uma alternativa efetiva de romper com os mecanismos produtores da exclusão social de milhares de homens e mulheres. As experiências apresentadas pelos Regionais da Cáritas na segunda parte deste livro indicam que esse compromisso e desejo vêm se tornando uma *práxis* institucional.

#### Bibliografia e documentos consultados

ABONG. Um Olhar Sobre as Agências. *Cadernos ABONG*, n. 13, maio de 1996. São Paulo: ABONG.

\_\_\_\_\_. Bases Para um Novo Pacto de Cooperação. *Cadernos ABONG*, n. 17, julho de 1997. São Paulo: ABONG.

ACSERALD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. *Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática*. Coleção Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, n. 1. Rio de Janeiro: FASE, 1999.

ARRUDA, Marcos. Globalização e Ajuste Neoliberal: Riscos e Oportunidades. *Revista Tempo e Presença*, dezembro de 1995. Rio de Janeiro: Koinonia, 1995.

\_\_\_\_\_. O Feminino Criador: sócioeconomia solidária e Educação. In: BOFF, L. e ARRUDA, M. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BERTUCCI, Ademar de Andrade. Economia Popular Solidária. *Revista de Conjuntura*, ano II, n. 11 – jul/set de 2002. Brasília (DF): Corecon/DF, 2002. p. 17- 24.

BERTUCCI, Ademar de Andrade et al. *Tudo ao Mesmo Tempo Agora*.

*Desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?* Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clovis (org.) *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: FUNDAJ, 1995. p. 29-40.

CÁRITAS BRASILEIRA. *Em Busca de Novas Relações Sociais*. Primeiro relatório de avaliação dos PACs. Brasília/DF: Cáritas Brasileira, 1994.

\_\_\_\_\_. *Sobrevivência, Consciência e Utopia: a fala dos atores*. Segundo relatório de avaliação dos PACs. Brasília/DF: Cáritas Brasileira, 1994.

\_\_\_\_\_. *Refletindo a Prática*. Seminário de Avaliação dos PACs. Brasília, junho de 1994.

\_\_\_\_\_. *Sobrevivência e Cidadania: avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Cáritas Brasileira*. Brasília: EdUNB, 1995.

\_\_\_\_\_. *Política de ação conjunta da Cáritas Brasileira no apoio a programas de construção de alternativas de vida*. (mimeo – versão de 1997).

\_\_\_\_\_. *Minuta para discussão interna sobre os fundos de mini-projetos na Cáritas Brasileira*. (mimeo, versão de 1998)

\_\_\_\_\_. *Seminário Economia Popular Solidária*. Belém/PA, 30/05 a 01/06 de 2000. (relatório)

CÁRITAS REGIONAL SUL. *Projetos Alternativos Comunitários, Economia Popular Solidária e Desenvolvimento Sustentável Solidário*. Porto Alegre: Cáritas Regional Sul, 2000. (mimeo)

CÁRITAS REGIONAL CEARÁ. *Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS*. Fortaleza: Cáritas Regional Ceará, 2001. (mimeo)

CÁRITAS REGIONAL PIAUÍ. *A Experiência dos PACs no Regional Piauí. Relatório parcial de avaliação dos PACs*. Teresina: Cáritas Regional Piauí, 1993.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS*. Teresina: Cáritas Regional Piauí, 2001. (mimeo)

CÁRITAS REGIONAL NORDESTE II. *Considerações Sobre as recomendações para a Administração de Fundos de Crédito e Fundos Rotativos Apoiados pela Misereor*. (mimeo – versão de 1998).

\_\_\_\_\_. *Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS*. Recife: Cáritas Regional NE II, 2001. (mimeo)

CÁRITAS REGIONAL NORDESTE III. *Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS*. Salvador: Cáritas Regional NE III, 2001. (mimeo)

CÁRITAS REGIONAL MINAS GERAIS. *Projeto Asmare*. Belo Horizonte: Cáritas Regional Minas Gerais, 2000.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS*. Belo Horizonte: Cáritas Regional Minas Gerais, 2001. (mimeo)

CÁRITAS REGIONAL NORTE I. *Relatório de Sistematização: dos PACs à EPS*. Belém: Cáritas Regional Norte I, 2001. (mimeo)

CÁRITAS REGIONAL MARANHÃO. *Sistematização da Experiência com os PACs*. São Luis: Cáritas Regional Maranhão, 2001. (mimeo)

CESE/CEADE. *Consulta Economia Popular: viabilidade e alternativas*. Salvador, 17 a 19 de junho de 1997. Salvador: CESE/CEADE, 1997.

CNBB. *Sem Trabalho...Por Quê?* Texto Base da Campanha da Fraternidade 1999. Brasília/DF: CNBB, 1999.

CORAGGIO, José Luiz. *Ciudades sin Rumbo: investigacion urbana y projeto popular*. Quito: CIUDAD-SIAP, 1991.

\_\_\_\_\_. *Repensando la Política Urbana Metropolitana Ante el Embate de la Globalization*. Buenos Aires. 1997 (mimeo).

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT. *Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, 1999.

GAIGER, Luiz Inácio Germano. Sobrevivência e Utopia: os projetos alternativos comunitários no RS. *Cadernos CEDOPE*, Série Cultura e Movimentos Sociais, n. 10. São Leopoldo/RS: UNISINOS/CÁRITAS, 1994.

\_\_\_\_\_. *A Solidariedade como uma Alternativa Econômica para os Pobres*. São Leopoldo/RS: UNISINOS, 1996. (mimeo)

\_\_\_\_\_. Significados e Tendências da Economia Solidária. *Revista da CUT sobre sindicalismo e economia solidária*. São Paulo: CUT, 1999. p. 29-42.

\_\_\_\_\_. O Trabalho ao Centro da Economia Popular Solidária. In *Anais do XXIII Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu/MG: ANPOCS,

1999. (GT-20 Trabalho e Sociedade – Sessão 2, p. 1-19)
- GAIGER, L. I. G.; BESSON, M.; LARA, F.M.; SOMMER, I. A Economia Solidária no Rio Grande do Sul: viabilidade e perspectivas. *Cadernos CEDOPE*, Série Cultura e Movimentos Sociais, n. 15. São Leopoldo/RS: UNISINOS/CÁRITAS, 1999.
- IANNI, Octávio. O Mundo do Trabalho. In *Revista São Paulo em Perspectiva*, Vol 8, n. 1 – jan-mar/1994. São Paulo: Fundação SEADE, 1994.
- KRAYCHETE, Gabriel. *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis/RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: Cese & UCSal, 2000.
- MISEREOR. *Política da Misereor na área de fundos de mini-projetos e fundos de crédito no Brasil*. (mimeo - Versão de 1997).
- \_\_\_\_\_. *Perspectivas para as relações de cooperação da Misereor para com a América Latina*. (mimeo – versão de 1998).
- \_\_\_\_\_. *Recomendações para a administração de fundos de crédito e fundos rotativos*. (mimeo – versão de 1998).
- RAZETO, Luiz. *Economia de Solidariedade e Organização Popular*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SACHS, Ignácio. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. In *Revista Proposta*, n. 72, março/maio de 1997. São Paulo:Fase, 1997. p. 6–13.
- \_\_\_\_\_. Possibilidades da Economia Solidária no Brasil. In *Revista Sindicalismo e Economia Solidária*. São Paulo: CUT, 1999.
- SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo. (orgs.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SILVA, Roberto Marinho Alves. Alternativas de Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido: desafios da sustentabilidade com qualidade de vida. (mimeo)

## 2ª parte

### Vivências de uma economia popular e solidária

## 1 - Atramare: catadores de dignidade<sup>1</sup>

### A Cáritas no Regional Nordeste II

A Cáritas Brasileira está presente na Região Nordeste do Brasil há mais de 40 anos através de Cáritas diocesanas e entidades membros nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Para fortalecer essa articulação, em 1994 foi instalado um escritório da Cáritas no NE II. A partir de 1997, a Cáritas implementou um programa de apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), através de três fundos localizados na Paraíba; no Agreste e Sertão de Pernambuco e, o terceiro, na Zona da Mata de Pernambuco e no Estado de Alagoas.

As ações apoiadas pelos fundos de apoio a mini-projetos abrangem três dimensões de intervenção: político-organizativa, econômico-produtiva e sócio-cultural. Dessa forma, os projetos apoiados estão relacionados aos processos de conscientização para a solidariedade, na forma de conceber o crédito como instrumento de emancipação e de partilha solidária.

Coordenado pela Cáritas Arquidiocesana da Paraíba, o Fundo de Miniprojetos (FMP-PB) começou a funcionar em setembro de 1997, com a estruturação do Núcleo e do Conselho Gestor e a aprovação dos primeiros projetos em 1998. Os projetos estão distribuídos nas seguintes dioceses: Guarabira; Campina Grande; Cajazeiras; Patos e Arquidiocese da Paraíba. Até dezembro de 2000, foram apoiados 58 projetos, com um montante de R\$ 229.660,41, beneficiando diretamente 569 pessoas em 16 municípios da Paraíba.

Entre os projetos apoiados pela Cáritas, destaca-se o da Associação de Trabalhadores de Materiais Recicláveis, em João Pessoa/PB, que passou a funcionar com infra-estrutura adequada, garantindo a reciclagem dos materiais e sua comercialização, intervindo na ação dos atravessadores e aumentando a renda dos catadores.

---

<sup>1</sup> Texto: Rosângela Alves (Articuladora Estadual da Cáritas Diocesana da Paraíba e membro da Diretoria da Cáritas Brasileira) e Luciene Maria (Cáritas da Arquidiocese da Paraíba).



## O Contexto da Ação Cáritas na Paraíba

O Estado da Paraíba está localizado na posição mais oriental do território brasileiro, com uma área de 56.372 km<sup>2</sup>, onde reside uma população de 3.436.718 habitantes (sendo 71% urbana), distribuída em 223 municípios.

A Paraíba expressa bem as contradições sociais e econômicas presentes na Região Nordeste. Depois de um longo período de uma economia fragilmente dependente do setor primário, entre as décadas de 70 e 80, a Paraíba vinha melhorando suas taxas anuais de crescimento, acompanhando a mesma tendência regional de diversificação da sua base econômica. Este processo de crescimento é interrompido na década de 90, quando ocorre uma significativa redução dos investimentos públicos e mudanças na perspectiva de intervenção do Estado na superação dos desequilíbrios regionais. Mesmo com alguns momentos favoráveis na sua trajetória econômica, os indicadores sociais da Paraíba encontram-se entre os piores da Federação.

O relatório do IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000 – apresenta as condições sócio-econômicas da população paraibana.

### Quadro 8

#### Quadro Comparativo: Condições socioeconômicas da população

Indicadores Sociais	Brasil	Nordeste	Paraíba
Índice de Desenvolvimento Humano	0,830	0,608	0,557
Taxa de Analfabetismo funcional (% da população com menos de 4 anos de estudo)	29,4	46,2	43,3
Taxa de mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	34,6	53	60,3
Domicílios com Abastecimento de Água	89,2	80,9	92
Domicílios com Saneamento – Rede Coletora	52,5	28,1	35,5
Famílias com renda de até ½ salário mínimo (%)	20,1	38,9	36,3
Famílias pretas pobres (%)	26,2	43,3	41,7

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. Março de 2001.

No que se refere à situação do trabalho, a Paraíba não está imune às orientações da política econômica brasileira. Em 1998 houve uma taxa negativa do PIB “per capita” (-0,5) em relação a 1997. Nesse mesmo período, o emprego com carteira assinada teve uma queda de -3,27%, indicando o crescimento do mercado informal, fazendo com que a taxa de empregados sem carteira assinada chegasse a 61% em 1999 (IBGE, março de 2001). À dificuldade de acesso ao trabalho soma-se a problemática da baixa renda, que mantém uma parte significativa da população abaixo da linha de pobreza. De acordo com o “mapa do fim da fome” divulgado pela Fundação Getúlio Vargas em 2001, a percentagem de indigentes na Paraíba chega a 49,36%, ou seja, 1.631.938 pessoas, enquanto a média nacional é de 29,3%. A baixa renda também continua expulsando crianças e adolescentes das escolas e encaminhando-as prematuramente ao trabalho precário (insalubridade, excesso de jornada de trabalho) e mal remunerado.

### **A dura realidade dos catadores no Lixão do Roger e a Ação Cáritas**

Em João Pessoa, capital da Paraíba, a dura realidade atinge milhares de pessoas excluídas, que residem nas áreas de periferia e que desenvolvem no dia-a-dia as mais variadas estratégias de ocupação. Este é o caso de centenas de trabalhadores e trabalhadoras do Lixão do Roger, onde a catação de lixo tornou-se um atrativo para pessoas carentes que não tinham outra alternativa de sobrevivência, indo morar dentro e ao redor do lixo.

O Lixão do Roger é uma grande área de depósito de lixo da grande João Pessoa, fruto do abandono e irresponsabilidade dos governos municipais no tratamento dos resíduos nos centros urbanos. Essa área de 17 hectares localiza-se às margens do Rio Sanhauá, área de manguezal, onde se acumularam em 40 anos uma série de problemas sociais, ambientais e econômicos. Do lixo depositado no local sobrevivem mais de 460 pessoas, muitas do interior do estado e de cidade circunvizinhas. São pessoas analfabetas ou semi-analfabetas, sem qualificação profissional, que têm no lixo sua única fonte de renda. Porém, segundo estudos da Empresa Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR), sua vida útil está praticamente esgotada.

A maioria dos catadores trabalha individualmente e vende o material coletado a oito atravessadores que o compram a preço baixo e revendem às empresas de reciclagem da região por preço dobrado. A exploração por parte dos atravessadores é um dos principais problemas vividos pelos trabalhadores. Para garantir uma maior renda, trabalham até 24 horas seguidas, disputando com os animais e as crianças. Como no local não existia iluminação, os riscos do trabalho e de acidentes entre adultos e crianças eram enormes, tendo inclusive ocorrido casos de morte e de ferimentos graves.

A alimentação é feita no próprio local (às vezes tirada do próprio lixo), não há iluminação, trabalham sem a segurança de luvas, botas etc. Mesmo diante desses problemas, o grande receio dos trabalhadores é não ter mais acesso ao trabalho, já que o lixão não tem mais capacidade de receber os resíduos por muito tempo.

Apesar desse quadro, a realidade de alguns trabalhadores começou ser alterada nos últimos anos. No final de 1997, a Arquidiocese foi convidada a desenvolver um trabalho de organização social junto aos catadores. A Cáritas foi indicada a ser responsável pelo trabalho. Em 98, foi iniciado um longo processo de animação, mobilização e grupalização desses trabalhadores para que, organizados, se tornassem sujeitos de seu processo de mudança. Em 1999 foi criada a Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável (Astramare). O ano foi marcado por muitas lutas e reivindicações (caminhadas até a prefeitura, audiências com o prefeito, denúncias nos meios de comunicação, abaixo-assinado etc).

Os principais problemas identificados pela Cáritas foram a inexistência de organização dos trabalhadores; a exploração dos atravessadores na compra do material catado; a baixa renda e o trabalho excessivo dos catadores; a exploração do trabalho infantil; a baixa estima das pessoas que lá residiam (não se consideravam sujeitos, não falavam/opinavam, desmotivados e descrentes para as iniciativas de organização); e a falta de consciência sobre a importância ambiental.

A equipe passou a atuar na área através de atividades de mobilização, sensibilização e capacitação para fortalecer a organização interna e como mediadora nas negociações com órgãos públicos e com as empresas

que reciclam o material coletado. No que se refere à formação, foi dada ênfase especial à capacitação da diretoria da associação visando uma gestão solidária e participativa.

É importante lembrar que há outras forças colaborando nesse processo. Os trabalhadores têm o apoio de um missionário da Maryknoll (norte-americano), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Universidade Federal da Paraíba em alguns momentos pontuais e da EMLUR da Prefeitura de João Pessoa.

## **Resultados alcançados**

A partir desse trabalho, o principal resultado alcançado foi o início da implantação da coleta seletiva e triagem sob o controle da Astramare, uma das reivindicações dos trabalhadores juntamente com a implantação de uma central de reciclagem para triagem e comercialização. No ano 2000, vinte trabalhadores começaram a realizar a coleta seletiva em bairros de João Pessoa. O trabalho de coleta seletiva vem sendo realizado em parceria com a Prefeitura de João Pessoa nos bairros de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco, onde estão localizados os pontos de apoio para recebimento do material reciclável. A EMLUR conseguiu o local e o complemento salarial, as empresas patrocinaram os transportes, os fardamentos, as balanças, os equipamentos etc. O teto da renda ficou estipulado em R\$ 70,00 (setenta reais) semanais. A perspectiva é de que, em 2001, 60 trabalhadores estejam envolvidos na coleta seletiva e 120 estejam trabalhando no centro de triagem em construção dentro do lixão, conquistado junto ao poder público municipal. Esta é uma luta e reivindicação dos trabalhadores desde o início do processo organizativo para que o trabalho se amplie para outros bairros e outras cidades.

A idéia é constituir uma rede de catadores em nível de estado – incluindo João Pessoa, Guarabira, Cajazeiras, Patos –, para conseguir material suficiente e enfrentar os atravessadores, além de negociar um preço único, mais justo.

Para os participantes do projeto, cresce a consciência da dignidade do trabalho de coleta que realizam e a importância do mesmo para a cidade, conforme expresso por um dos catadores: “A população vem valorizando a gente e cobrando a nossa visita. Um sinal disso é a cola-

boração das pessoas, das famílias em repassar para os catadores o lixo orgânico separado do material reciclável, o que está sendo muito positiva para os catadores”.

No que se refere à melhoria das condições de trabalho, para os participantes da coleta seletiva houve uma redução da carga horária de trabalho para 8 horas diárias com folga nos finais de semana. Anteriormente esses catadores trabalhavam no lixão até 24 horas seguidas, principalmente à noite, quando chegava o lixo dos bairros nobres da cidade. Foram conquistados também maior higiene e condições de trabalho com o uso de botas, luvas e uniformes, além de transporte até o local da coleta seletiva e refeição. Também houve melhoria de renda dos catadores com o aumento do preço dos materiais coletados negociados diretamente com as empresas, afastando a ação dos atravessadores e com uma contrapartida da Empresa Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR). Um outro passo foi o processo de formação e negociação com a Prefeitura; melhoria das condições de trabalho com a retirada de animais, providência da iluminação, instalação de um local de triagem para separação de material e venda nas indústrias. Essas conquistas são reconhecidas pelos catadores como melhorias nas condições de vida: “A jornada de trabalho era intensiva e hoje temos horários, alimentação, água potável, temos mais tempo para a família, embora, para uns a renda baixou um pouco. Antes se trabalhava até 24 horas para conseguir uma renda maior. O local de trabalho não tem nem comparação, temos transporte, iluminação. As crianças não trabalham mais lá dentro, diminuiram os riscos de acidentes, que nós tínhamos pois machucava as crianças. Aconteceu até um caso em que uma criança morreu esmagada por um trator, no lixão”.

Do ponto de vista organizativo, ressalta-se que as conquistas acima geraram um fortalecimento da organização dos trabalhadores e uma maior credibilidade na Astramare. A Associação foi consolidada, registrada oficialmente e está em funcionamento, fazendo com que um número maior de trabalhadores que ainda estão no lixão procurem-na para se tornarem seus sócios. Os membros da diretoria adotaram posturas de escuta, de responsabilidade e de exercício de poder participativo, tendo construído seu regimento interno e adotado instrumentos de controle. Os trabalhadores e seus familiares também tiveram conquistas

tas sociais, com a implementação da Bolsa Escola na área, ocasionando a redução do número de crianças que trabalham no lixão.

## **Desafios**

Apesar dos resultados alcançados, ainda permanecem dificuldades internas e externas que merecem destaque. No nível dos trabalhadores e das trabalhadoras que continuam no Lixão do Roger, prevalece uma situação marcada pela baixa auto-estima, pelo alto índice de analfabetismo, alcoolismo e cultura individualista. As difíceis condições de vida e a falta de perspectivas no futuro talvez expliquem o alto índice de uso de drogas lícitas e ilícitas entre os trabalhadores, inclusive entre os adolescentes e os jovens.

Além dos problemas internos, alguns fatores externos ameaçam e colocam em risco o avanço dessas iniciativas. A demora nas ações do poder público; a disputa política entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Município, que impedem a definição de medidas e políticas que beneficiam essa população; e a força organizativa entre empresas de reciclagem da região e os intermediários que compram o material dos trabalhadores (formando verdadeiros cartéis) são alguns desses limites externos para o avanço no processo de organização e conquista de melhores condições de vida dos trabalhadores. Mesmo fazendo a coleta seletiva, os catadores ainda vendem aos atravessadores: “Todo material é pesado e é feito um controle de tudo que entra e é vendido. Só colocamos pessoas da nossa confiança para fazer os recebimentos, controles e pesagem dos materiais. Quem compra atualmente é o atravessador porque ainda falta material suficiente para negociar; mas já conseguimos ganhos reais dos produtos comercializados conjuntamente pela associação”.

Os principais desafios que se apresentam para a continuidade do trabalho são o aumento do número de trabalhadores na coleta seletiva e a organização de outras alternativas de trabalho, assegurando o acesso à renda e de melhores condições de vida para um número maior de trabalhadores dessa área. Para isso se torna necessário garantir infraestrutura e equipamentos para viabilizar a comercialização através da Associação; continuar investindo na formação/capacitação da diretoria

e dos trabalhadores; garantir maior participação das mulheres no processo organizativo; trabalhar a auto-estima; contribuir para construção de novas relações solidárias entre os trabalhadores e incidir sobre a questão do analfabetismo.

A Cáritas continua atuando na área, junto a Atramare, com o objetivo de que os catadores e suas famílias tenham condições de vida digna, com acesso ao trabalho, renda suficiente, saúde, educação, lazer e exercício de sua cidadania. Esses são os sonhos dos *Catadores de Dignidade*: “a gente quer que os outros trabalhem como nós, de forma organizada, em local digno, com infraestrutura, alimentação etc. O meu sonho já se realizou que era de poder ter uma renda para sustentar minha família, pois estou fazendo minha casinha e daqui a uns 03 meses estarei morando lá”.

## 2 - Rede Abelha: tornando a vida mais doce<sup>2</sup>

A proposta dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), enquanto prioridade de trabalho da Cáritas Regional Ceará, foi assumida a partir de 1982 como resultado do 1º Seminário O Homem e a Seca no Nordeste, realizado pelo Regional CNBB NE I. Nesse contexto, os PACs foram pensados para atender as pessoas mais carentes e os problemas imediatos decorrentes da seca conforme expressa o seu primeiro objetivo: “valorizar e apoiar as iniciativas comunitárias de combate à seca”. Os PACs, portanto, constituíram-se em instrumentos de apoio à produção da agricultura familiar e às organizações dos trabalhadores rurais.

A partir de 1986, a coordenação das atividades foi feita pela Cáritas Regional. O Fundo sofreu ajustes quanto ao objetivo, que passou a ser: dar acompanhamento a grupos e comunidades de base, a fim de ajudá-los a melhorar suas condições de vida, em regime de inter-ajuda comunitária, especialmente através da realização independente de medidas eficazes de desenvolvimento. Em 93, inicia-se um acompanhamento mais sistemático aos grupos e projetos alternativos comunitários e define uma outra estratégia de avaliação e troca de experiências. O regional assume também a intensificação da capacitação em planejamento participativo, passa por um processo avaliativo das ações nas dioceses e no secretariado, redefinindo o seu trabalho.

Os projetos alternativos apoiados no período de 91 a 96 buscaram potencializar a agricultura familiar e o fortalecimento da organização comunitária através das seguintes atividades: agricultura (custeio para roçados comunitários, pequenas irrigações, hortas, beneficiamento de grãos e banco de sementes), pecuária (criação de caprinos, bovinos, ovinos, pesca e apicultura), pequenas indústrias (casa de farinha, olaria, produção de doces, confecção de roupas e produção de calçados), artesanato (confecção de redes, crochê, bordado, labirinto, palha, madeira). De 1992 a 1996, foram apoiados 101 grupos/comunidades, compreendendo 2.513 famílias.

A partir de 1996, os desafios assumidos quanto aos PACs eram no sentido dos mesmos tornarem-se alternativas de geração de emprego e

---

<sup>2</sup> Texto: equipe da Cáritas Regional Ceará



renda, em especial para as populações mais pobres e excluídas. Os critérios de elaboração dos PACs são redefinidos, buscando-se a aplicação da Metodologia do Diagnóstico e do Planejamento Participativo, vivenciada com os grupos em todo o processo educativo, através das Oficinas de Construção Coletiva.

Todo esse movimento, associado às avaliações, discussões, levantamento e registros de dados dos projetos feito pela Comissão, serviu para subsidiar nossas reflexões e mudar a nossa compreensão a respeito do papel e do caráter dos PACs e das Unidades Familiares. Essa nova compreensão nos permite dizer que os PACs e as Unidades Familiares, por si só e quando trabalhados de forma isolada, não se constituem instrumentos que venham alterar as problemáticas sócio-econômico-político-culturais; só têm efetividade quando articulados em redes, parcerias e através outras iniciativas; podem tornar-se instrumentos de proposição de políticas públicas, seja na área rural (Semi-Árido) seja nas periferias das cidades; devem estar voltados para o desenvolvimento sustentável local; na área rural, devem ser instrumentos do fortalecimento da Agricultura Familiar, em uma perspectiva de convivência com o Semi-Árido; nas áreas periféricas das grandes e médias cidades, podem indicar possibilidades de geração de trabalho e renda para famílias desempregadas ou que sobrevivem de biscates, através de micro créditos combinados com a profissionalização, revelando novas formas de cooperação e evidenciando as possibilidades de estruturação de uma economia a serviço da vida.

### **Dos PACs à Economia Popular Solidária no Ceará**

Nos últimos anos, a Cáritas Regional vem redefinindo suas estratégias de ação com os PACs para o fortalecimento dos espaços dos fóruns e redes de produtores, procurando envolver a participação dos sujeitos, abrindo canais para trocas de experiências, a proposição de políticas públicas e a inserção na rede solidária de informação e comercialização.

O processo reflexão/ação acerca de existência, significados e possibilidades dessas experiências permitiu ampliar os compromissos com a Economia Popular Solidária como linha de ação do regional. A Economia Popular Solidária compreende a busca de alternativa de sobrevi-

vência, que além da ação de caráter solidário, educativo e produtivo, passou a ser trabalhado na perspectiva do Desenvolvimento Humano Local Sustentável. Procuramos intensificar as reflexões e combinar as ações na perspectiva de reorientar a caminhada dos PACs à EPS.

Nessa perspectiva, a Cáritas tem apoiado o Fórum de Sócioeconomia Solidária (atualmente Rede) que visa potencializar as experiências dos grupos e entidades, oferecendo um espaço democrático para a discussão de diversos pensamentos no campo da economia popular solidária, e influenciar nas políticas públicas. Para a Rede, a sócioeconomia solidária é compreendida como um movimento sócio-político que visa integrar produção, comercialização, consumo e crédito como um sistema harmônico e interdependente, coletiva e democraticamente planejado, gerido, que serve ao objetivo comum de responder às necessidades de sobrevivência e reprodução sustentável da vida de todas as cidadãs e cidadãos em todas as suas dimensões, inclusive nos âmbitos da cultura, arte e lazer.

As articulações em rede são estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar. Nossa expectativa é que, em parceria com outras entidades que têm atuação no campo, possamos potencializar esta atuação, visando oferecer experiências significativas que possam ser assumidas enquanto políticas públicas, e ainda, que a comercialização dos produtos orgânicos, em ascendência no mercado interno e externo, possibilite uma ampliação e consolidação dessas experiências.

### **A Rede Abelha – articulação de apicultores no Ceará**

A Rede Abelha foi criada em 2000 a partir de um processo de articulação de Apicultores do Ceará, em parceria com o ESPLAR, com o intuito de fortalecer essas iniciativas de organização e produção, potencializando a comercialização dos grupos. Os objetivos da Rede são organizar associações e cooperativas de apicultores familiares; capacitar os apicultores para produzirem com qualidade e em quantidade; aumentar a participação das mulheres nos grupos de apicultores; incentivar a criação de abelhas na perspectiva da produção orgânica, protegendo o meio ambiente.

Atualmente a Rede está constituída por 35 grupos de apicultores.

A partir de um levantamento realizado com esses grupos, foram diagnosticadas as potencialidades e os principais problemas que impedem o avanço deste setor de produção. As respostas sobre os problemas da produção, comercialização e organização mostraram que os grupos ainda têm muito que melhorar. Analisando as respostas enviadas pelos grupos, viu-se que muitos estavam com problemas para manter os enxames, pois de 1098 existentes 230 estavam despovoados, o que representava quase 21% do total de colméias. Viu-se também que a maioria dos grupos tem uma produção pequena e também baixa produtividade.

Os principais problemas da produção e beneficiamento são pouca produção e baixa produtividade; a utilização de material ultrapassado; a falta da casa de mel (equipamentos); transportes dos apiários e o envasilhamento do mel; as estiagens prolongadas que espantam os enxames diante da pouca florada para muita abelha.

No que se refere à comercialização, os principais problemas apontados são o preço baixo, a dificuldade de inserção no mercado local, a concorrência com os grandes produtores de mel; a falta de registro no Ministério da Agricultura; a inexistência de comprador fixo para a produção em quantidade; a desinformação dos consumidores; e a qualidade do mel.

Quanto aos aspectos organizativos, percebeu-se que os grupos são constituídos quase que 100% por homens, ou seja, as mulheres não participam das atividades de apicultura. Outro problema é a gestão das iniciativas, com baixo planejamento das ações e dificuldade de coordenação dos processos de produção, beneficiamento e comercialização.

Diante desta realidade, os apicultores procuraram conhecer melhor a proposta da Rede Abelha do Nordeste, uma articulação de associações, cooperativas e entidades ligadas à agricultura familiar que trabalham com apicultura, para enfrentar melhor as dificuldades do conjunto. A Rede surgiu como resultado dos movimentos por uma agricultura orgânica nas décadas de 70 e 80. Muitas entidades e agricultores que trabalhavam com agricultura orgânica interessaram-se em criar abelhas. As dificuldades surgidas da falta de experiência levaram esses agricultores e entidades a buscar soluções juntos. Em 1991 realizou-se uma primeira reunião de grupos e entidades que trabalhavam ou estavam inte-

ressados em desenvolver a apicultura. O encontro ocorreu em Ouricuri(PE), tendo sido sediado pela CAATINGA. No ano seguinte foi realizada a segunda reunião novamente em Ouricuri. Nesses dois encontros o tema central foi a produção. A Rede Abelha Nordeste, como dito anteriormente, tem hoje uma grande força política na defesa dos interesses de seus integrantes e exerce o papel de representação dos mesmos. Além de ser um espaço fundamental para capacitação e troca de experiência.

A partir do diagnóstico realizado e das experiências discutidas no Iº Encontro de Apicultores do Ceará, os grupos participantes decidiram pela criação da Rede Abelha Ceará com a missão de fortalecer os criadores de abelhas no Ceará facilitando a produção e comercialização dos produtos das unidades familiares e grupos comunitários.

A escolha do grupo responsável pela organização do próximo encontro e representação da rede até o I Encontro da Rede Abelha Ceará foi feita em discussão aberta em que cada um podia indicar um grupo. Ficou decidido que o grupo responsável pela organização das atividades até o I Encontro da Rede Abelha Ceará será a comunidade de Lagoa dos Cavalos, em Russas(CE).

As prioridades da Rede Abelha Ceará para o seu primeiro ano de funcionamento são a melhoria nos processos de planejamento da produção e comercialização; a priorização da atividade apícola para garantir o aumento da produção e da produtividade e a divulgação do trabalho e dos produtos da apicultura melhorada e ampliada.

Para alcançar esses objetivos, foram planejadas algumas ações a serem desenvolvidas com o apoio das entidades que assessoram os grupos de apicultores: curso de planejamento para os grupos com posterior acompanhamento técnico; encontros regionais para estudar a viabilidade econômica da apicultura; reuniões e palestras de sensibilização; uso de espaços disponíveis em programas de rádio afins; apresentação de produtos da Rede Abelha em feiras ou outros eventos.

### 3 - Feiras de Solidariedade<sup>3</sup>

No Rio Grande do Sul, os primeiros projetos alternativos animados pela Cáritas surgiram a partir de 1983 em Santa Maria e, depois, em Novo Hamburgo. Em 1985, já com práticas bonitas em várias dioceses, a Cáritas organizou o I Encontro Estadual de Projetos Alternativos Comunitários. Nesse encontro foram definidos alguns critérios básicos para os PACs e a necessidade de encaminhar a busca de recursos financeiros para animar essas iniciativas.

Em 1992/93, foi realizada uma pesquisa para se fazer uma ampla e profunda avaliação do trabalho com os PACs. Essa pesquisa proporcionou importantes indicadores para a continuidade do trabalho com os PACs, apontando em direção a uma maior articulação das perspectivas micro e macro e a conseqüente busca de parcerias para fortalecer o trabalho.

#### **Dos PACs à Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul**

Percebe-se que os Projetos Alternativos Comunitários estão constituindo-se gradativamente como Economia Popular Solidária (EPS), que pode contribuir com um novo desenvolvimento sustentável e solidário. Isso pressupõe um processo de re-educação em vista de uma nova cultura de solidariedade, valorizando as diferentes etnias, as relações de gênero, garantindo uma participação democrática, respeitando o meio ambiente. A Economia Popular Solidária está sendo construída por meio de uma constante busca do resgate da cidadania, em meio a erros e acertos e com envolvimento de um número crescente de agentes sociais na perspectiva das redes de informação-produção-consumo/troca. Garante a participação democrática com base na justiça e na solidariedade, cultivando os princípios da autogestão associativa.

As pesquisas que vêm sendo realizadas sobre a EPS/RS têm demonstrado que os empreendimentos econômicos trazem sinais concre-

---

<sup>3</sup>Texto: Marinês Besson, responsável pelos Projetos Alternativos Comunitários da Cáritas/RS; e Elton Bozzetto – Assessor de Comunicação da Cáritas/RS.

tos de novos caminhos que apontam para um novo modelo de desenvolvimento. Ainda está germinando, mas cada experiência tem um potencial de “efeito demonstrativo”. Mostram a possibilidade de viabilizar um desenvolvimento em escala maior, na perspectiva de se tornar hegemônico a longo prazo.

A partir de 1996, já na perspectiva de consolidar uma Economia Popular Solidária, a Cáritas animou um Fórum Estadual de entidades atuantes na área. Realizaram-se dois Encontros de Alternativas para uma EPS. A partir do compromisso de se buscar a viabilização de redes de produção, comercialização, consumo e informação, buscou-se fortalecer as redes locais tendo como referência o fórum de EPS como animador estadual. Fortaleceram-se 4 pólos: Santa Maria, Passo Fundo, Pelotas e Porto Alegre. Nesses locais de referência, na medida do possível, buscou-se associar o trabalho prático com a discussão de projetos de desenvolvimento local.

Para contribuir na organização, divulgação e comercialização, a Cáritas passou a animar feiras estaduais, com o envolvimento do Fórum. Estas se desenvolveram com processos metodológicos diferenciados garantindo verdadeiros espaços de formação dos grupos participantes.

## **As Feiras de Solidariedade**

A evolução da Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul nas três últimas décadas desencadeou a necessária realização de feiras como estratégia de visibilização da amplitude do trabalho realizado, favorecendo a constituição de espaços de comercialização direta dos produtores oriundos de centenas de organizações.

As feiras representam um canal direto de comercialização, resgatando uma relação personalizada entre produtores e consumidores, buscando a fidelização no consumo de produtos de origem solidária e produção ecológica. O coordenador da Cáritas Diocesana de Passo Fundo, Luiz Costella, ressalta que essa união estabelece laços afetivos e de coresponsabilidade entre ambos. “É muito diferente produzir e colocar num mercado intermediário, pois a relação entre produtor e consumidor se desfaz”.

Além da comercialização, essas feiras possuem vários objetivos, como

a consolidação das redes de economia solidária via troca e comercialização de produtos e matéria-prima; integração entre os grupos; troca de experiências sobre aspectos produtivos e o aprimoramento da formação. Também proporcionam o fortalecimento das relações solidárias entre as associações, na perspectiva de construção de uma cultura da solidariedade, que integre todas as dimensões da vida humana. Esses eventos ampliam ainda a integração com outras instituições públicas e privadas, Organizações Não-Governamentais e Governos, que apostam na Economia Popular Solidária como um novo paradigma de organização e sustentação da sociedade.

Isso acontece de diversas formas, respeitando a realidade local e as esferas de organização existentes em cada região. A periodicidade varia de acordo com o potencial organizacional dos diversos atores envolvidos. Em muitos municípios, elas são semanais, sobrevalorizando a produção agroecológica fornecida diretamente aos consumidores. Em outras regiões, elas são mensais, ofertando produtos alimentícios e industrializados. Já as feiras anuais oferecem uma grande diversidade de produtos e serviços, expondo diversas linhas da atividade produtiva como alimentação, agroindustrializados, metal-mecânica, moveleira, confecção, artesanato e serviços, além das novidades da agroecologia e da biodiversidade.

As feiras semanais foram as primeiras que existiram no Rio Grande do Sul. Ficam restritas a municípios, e, em alguns casos, as associações de Economia Popular Solidária compartilham de espaços em feiras municipais. Está se consolidando o espaço da agricultura ecológica, em razão da ampliação da produção desse segmento e também pela procura do público consumidor por alimentos dessa natureza.

Para Costella, as feiras semanais representam um reforço na renda familiar, pois elas trazem um movimento permanente de recursos financeiros. “Famílias que antes tinham apenas uma safra anual, hoje têm uma renda semanal e melhorando a qualidade de vida e proporcionando acesso aos bens necessários”.

As feiras anuais são maiores e têm dimensão regional e estadual. No primeiro caso, elas abrangem determinada região, respeitando a organização local e valorizando as características próprias da produção local. Mesmo que a organização tenha caráter microrregional, esses espa-

ços acolhem associações de outras localidades do estado. Elas já existem em várias regiões. Um exemplo é a Feira do Cooperativismo Alternativo de Santa Maria.

Inaugurada no ano de 1994, o evento tem um movimento crescente, totalizando no ano de 2001 a participação de 246 empreendimentos de noventa e um municípios. Nesse ano houve participação de delegações de oito estados. Também visitaram o evento representantes de quatro países como observadores. A exposição contou com a oferta de mais de trezentos tipos de produtos. Conforme a organização, mais de 30 mil pessoas circularam entre os estandes, conhecendo e adquirindo esses produtos.

O evento acontece junto ao Terminal de Comercialização Direta, construído em 1991, que se constitui como espaço permanente de venda de produtos originários dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Nesse local, mais de setenta associações da região central do estado comercializam permanentemente a sua produção. A partir da mobilização da comunidade, através do Orçamento Participativo Estadual, o terminal está sendo ampliado para abrigar a oferta e atender à demanda dos grupos e dos consumidores.

Com objetivo de atingir o maior potencial consumidor do estado, há quatro anos foi criada a Feira Estadual da Economia Popular Solidária. A iniciativa pretende ainda sensibilizar a sociedade para a possibilidade de uma nova forma de organizar a atividade produtiva cooperativada e autogestionária. O evento acontece em Porto Alegre, com a participação de associações de todas as regiões e aberto à participação de outras organizações, inclusive de outros estados, que regulam sua atividade pela filosofia da Economia Popular Solidária. A feira é promovida pela Cáritas e conta com a parceria de outras organizações.

No ano de 2001, a feira contou com a participação de 152 grupos de produção. Conforme a organização, mais de 28 mil pessoas visitaram o evento. Conforme Luiz Costella, esse tipo de evento mostra a potencialidade dessas organizações, que têm gestão feita pelos próprios trabalhadores. “Essas feiras, além da comercialização, se caracterizam pela articulação de propostas, troca de produtos e tecnologia, debates de questões relacionadas a essa proposta, consolidando uma rede interativa das pessoas envolvidas com esse tipo de organização produtiva”.



## 4- Quintais Agroecológicos<sup>4</sup>

Os PACs no Maranhão surgem na década de 80, caracterizando-se pelas práticas transformadoras, pela reflexão junto aos empobrecidos sobre sua situação de pobreza, suas causas, e procurando, com eles, buscar saídas. Foi a fase dos projetos de apoio à organização do movimento popular e sindical, às emergências, às práticas alternativas e à formação política, técnica e pastoral. Os PACs tornaram-se mais um instrumento na luta contra a falta de políticas oficiais de reforma agrária, de assistência técnica e de oportunidade de geração de trabalho e renda.

No começo, os PACs no Maranhão enfatizavam prioritariamente o aspecto técnico-econômico. Depois passaram a incorporar a dimensão política-social, estabelecendo, após profunda avaliação, novos critérios para financiamento de projetos que pudessem desencadear um processo além da mera geração de renda e caminhasse para a construção de uma nova economia, com caráter popular e solidário. A prática de atividade produtiva deve favorecer uma rentabilidade capaz de cobrir os custos, devolver ao grupo algum resultado financeiro, possibilitar a comercialização ou construir um mercado específico, considerando a vocação econômica da região com vistas à análise da viabilidade.

Ao longo dos anos, a Cáritas Regional Maranhão apoiou cerca de 165 PACs. Os financiamentos foram realizados em municípios integrantes de 10 (dez) das 12 (doze) dioceses, a saber: Bacabal, Balsas, Brejo, Caxias, Coroatá, Imperatriz, Pinheiro, São Luís, Viana e Zé Doca, o que vale dizer que os projetos abrangem 83,33% da organização eclesial e atingem 62 municípios (aproximadamente 30%) do Estado do Maranhão. Os tipos de projetos apoiados são descritos no quadro a seguir:

---

<sup>4</sup> Texto: Rafael Bavaresco, Cáritas Regional Maranhão.

Quadro 9

Atividades financiadas	Porcentagem
Horta/roça comunitária	13,04%
Casa de farinha	10,14%
Aquisição de equipamentos	10,14%
Criação (galinha, porcos e cabras)	9,42%
Artesanato	7,97%
Plantios e/ou beneficiamento	7,24%
Apicultura	5,79%
Comercialização	5,07%
Oficinas de corte e costura	4,34%
Outros	26,85%
TOTAL	100,00%

O trabalho com os PACs no Maranhão, mesmo admitindo-se os limites das experiências, representou avanços significativos, seja na dimensão do exercício associativo, seja na difusão de novas experiências produtivas, na preocupação com o meio ambiente, na sensibilização para a necessidade de articulação em torno das políticas públicas. Esses ganhos precisam ser potencializados. Trabalhar o protagonismo popular para as políticas públicas para gestão e comercialização e a prática da solidariedade são os compromissos da Cáritas no Maranhão. Uma das perspectivas atuais é o fortalecimento dos grupos de produção com base em princípios agroecológicos, conforme a experiência dos quintais agroecológicos.

### **Quintais agroecológicos: ocupação, renda e respeito ao meio ambiente**

Acerola, alface, cenoura, mamão, maracujá, macaxeira, abacaxi, caju, limão, laranja, tanja. Quantos hectares são necessários para se fazer uma plantação destas? D. Maria Diana de Souza, 37, consegue produzir tudo isso no terreno de sua casa. Ela é uma das mulheres que participam do projeto de quintais agroecológicos incentivados pela Cáritas Diocesana do município de Coroatá, interior do Maranhão. Ela, os dois filhos e o marido, José de Souza, 37, formam uma das 42 famílias que optaram por realizar o plantio de legumes, frutas, verduras e ervas com técnicas menos ofensivas ao meio ambiente e com perspectivas de realização de uma economia popular solidária.

Em troca de assistência técnica e fornecimento de sementes, as famílias produzem mudas e novas sementes que serão repassadas para outros que vierem a se incorporar a esse processo. D. Diana conta: “eu percebi que esta seria uma ajuda na renda mensal da nossa família. Enquanto meu marido vai para a roça, distante 11 quilômetros daqui, eu tenho a ocupação de cuidar do plantio em casa. São duas fontes de investimento e retorno”. Durante a conversa, Seu José concorda e diz que ajuda no quintal, mas que quem toma conta mesmo é a esposa: “Minha esposa, além de contribuir para a melhoria de nossa família, pode ficar perto de nossos filhos e isto é muito importante para as crianças na idade em que elas estão”. Dona Diana tem um sonho, que é cercar sua casa de árvores e plantação. Quando relata sua experiência como lavradora demonstra sua adoração por aquilo que realiza e a satisfação por ser um personagem que está contribuindo não só com sua família, mas também com outras onde existem mulheres como ela, que acreditam em um futuro em que o exercício do cooperativismo e da solidariedade podem render frutos bem mais saudáveis.

A cooperação da Cáritas com o projeto de quintais agroecológicos iniciou no ano de 2000 e já se estende por várias localidades da região de Coroatá, beneficiando famílias que antes tinham somente a roça como fonte de renda e que, passado o período de venda de seus produtos, tinham que esperar até a próxima colheita para ter algum ganho. É como diz seu José: “Eu saio daqui de casa pela manhã bem cedinho, vou até a feira, vendo meu produto, volto pra casa tomo meu café e vou para a roça, um dinheiro que não tínhamos que agora vem rapidinho e serve para os nossos gastos diários”. Outra questão enfatizada por José é o modo de plantio, que antes era feito roçando-se todo o terreno e agora respeita mais aquilo que já existe, deixando assim a terra menos exposta.

## **Mudando o jeito de produzir e de pensar**

Quem possibilita que informações mais técnicas cheguem às famílias é Marilene Vieira Leite, técnica agrícola que auxilia no processo de formação dos quintais agroecológicos. Essa pernambucana, que há doze anos mora em Coroatá, tem muita história para contar e diz que tem lavrador que reluta por algum tempo, utilizando métodos tradicionais

de plantio, mas que ao ver o resultado de produtos onde é utilizado o sistema agroecológico transforma seu modo de pensar e agir. Marilene relata “...digo para eles fazerem uma experiência, realizando o modo tradicional em algumas plantações e em outras o método alternativo, com composto orgânico e sem roçar, muitos afirmam que depois de constatarem o resultado abandonam aquilo que vinham fazendo há muito tempo”.

Marilene explica que não é fácil mudar conceitos já enraizados, mas com muito respeito e paciência, contextualizando a realidade do agricultor, se consegue conquistar a sua confiança e mostrar uma nova forma de encarar o ambiente, com muito mais consciência da importância de se preservar o solo. Para ela “...o trabalho com as mulheres faz com que elas, a partir da troca de experiências, incorporem novos conhecimentos e levem isto para casa, para seus maridos e filhos, é importante valorizar a estrutura familiar, um quintal bem preparado e trabalhado rende bons produtos”.

O acompanhamento e o assessoramento desses quintais agroecológicos tem uma parceria muito importante em Coroatá que é Antônia Calixto Carvalho, coordenadora da Cáritas Diocesana de Coroatá, que vem realizando seminários com mulheres trabalhadoras rurais, onde questões como reforma agrária, Economia Popular Solidária, meio ambiente e gênero são discutidas.

Os processos de formação vêm incorporando cada vez mais pessoas, inclusive os homens, que estão participando dos encontros – antes só de mulheres – e modificando conceitos arcaicos, pois suas esposas não conheciam muita coisa além da cozinha. Na opinião de José Linhares, vice-presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Coroatá, a presença da mulher na tomada de decisões e resolução de problemas é bem mais tranqüila e consciente, só vem acrescentar à luta pela terra e por uma economia mais humana, baseada em valores de cidadania e preservação da natureza. Casado com Cleudina Maria de Souza e pai de cinco filhos, ele vê como positiva a participação de sua mulher no movimento agrário e enfatiza que o sindicato ao qual pertence já conta com quase 80% de mulheres, uma conquista delas aliada a uma maior conscientização dos homens em uma região marcada por muitos conflitos pela posse da terra.

## 5 - Produção e Consumo Solidário: a experiência da COOPEMA na Bahia<sup>5</sup>

O Regional Nordeste III é formado pelos Estados da Bahia e Sergipe, com 589.345,3 km<sup>2</sup>. A maior parte deste (96%) está localizada no Estado da Bahia onde, apesar do seu tamanho e riqueza, 52,68% da renda está nas mãos de 10% da população, enquanto isso, 4,8 milhões de baianos sobrevivem com menos de um salário mínimo. No regional existem 23 dioceses, sendo 20 na Bahia e 03 em Sergipe. Dessas, 19 são membros da Cáritas Brasileira e em todas existem PACs, mas com maior força nas Dioceses de Senhor do Bonfim, Ruy Barbosa, Barra, Livramento de Nossa Senhora, Bom Jesus da Lapa e Estância.

A Cáritas Brasileira no Regional Nordeste III assumiu com a missão de *testemunhar e anunciar o evangelho de Jesus. Compromete-se a promover e animar o serviço da solidariedade ecumênica libertadora, participar da defesa da vida, da organização popular e da construção de um Projeto de sociedade a partir dos excluídos e excluídas, contribuindo para a conquista da cidadania plena para todas as pessoas, a caminho do Reino de Deus*. Com isso, o regional vem trabalhando no sentido de amenizar o quadro de sofrimento do seu povo, nos dois estados, buscando apoiar iniciativas de base, partindo dos anseios dos menos favorecidos.

Os Projetos Alternativos Comunitários vêm sendo desenvolvidos pelo Regional Nordeste III desde 1984, servindo, até hoje, como uma resposta concreta às necessidades de sobrevivência e organização de grupos e comunidades, sendo instrumento promocional da justiça, igualdade, solidariedade, fortalecimento da capacidade política e formação das pessoas para iniciativas de luta pela cidadania e conquistas de políticas públicas sobretudo à valorização da mulher, além de combate as diversas formas de discriminação.

O PAC deve surgir como uma forma de apoio às iniciativas comunitárias, como meio para contribuir no processo de organização popular. Pretende criar oportunidades para que as famílias produzam seu próprio alimento de modo coletivo e criem alternativas de geração de em-

---

<sup>5</sup> Texto: Equipe do Regional NE III (Bahia e Sergipe) da Cáritas Brasileira.

prego e renda. Desta forma, objetiva também aumentar a sintonia entre as populações mais carentes e as ações públicas, por isso para ter acesso ao financiamento não é necessário que sejam grupos juridicamente constituídos, basta que estejam organizados, tanto em associações, cooperativas e grupos comunitários como em sindicatos.

Com isso, os PACs colocam-se como um instrumento para o enfrentamento da pobreza. Nesse sentido os resultados esperados são gerar emprego e renda; reduzir o êxodo rural; criar perspectivas de vida melhor, tanto no campo quanto na cidade; desenvolver o espírito de associativismo e de solidariedade; reduzir as desigualdades sociais; ser instrumento financeiro e encaminhar as comunidades para o acesso às políticas públicas; valorizar as questões de gênero; fortalecer a organização comunitária etc.

Esse programa também prevê assessoria para as equipes diocesanas através de cursos de Planejamento Estratégico, Políticas Públicas, Produção e Comercialização e Gerenciamento para um melhor acompanhamento aos grupos beneficiados. No novo Programa Trienal, 2001 a 2003, a Cáritas Regional Nordeste III está propondo desenvolver um trabalho de assessoria para os grupos e comunidades antes beneficiadas, procurando oferecer melhor qualidade aos PACs e com isso atender os resultados a que se propõe a EPS.

Recentemente essas experiências obtidas através dos PACs, tornaram-se objeto de estudo mais profundo e sistemático. A multiplicidade dessas experiências vem propiciando resultados que merecem atenção. Além de garantir sobrevivência imediata dessas famílias, cria oportunidades de aprendizado de algum ofício e fortalece as iniciativas populares e solidárias a partir da produção e do consumo, como é o caso da Comunidade São José do Indaiá na Bahia.

### **Da padaria comunitária à cooperativa de consumo**

A comunidade de São José do Indaiá fica localizada no município de Santo Antonio de Jesus/BA – a 120 Km de Salvador/BA. A organização comunitária teve início em 1994 a partir dos Círculos Bíblicos. Frente a situações de pobreza que os moradores viviam, o grupo resolveu buscar saídas para a situação. O trabalho foi iniciado com um abatedouro

de frangos e uma padaria. O abatedouro não avançou muito, mas a padaria fez com que o grupo buscasse recursos para ampliá-la. Inicialmente fizeram um Projeto que foi encaminhado para a Cáritas Regional NE III, que por sua vez o encaminhou para a Cáritas Antoniana de Pádova – Itália, solicitando recursos. O projeto foi aprovado, possibilitando a compra do terreno e do material necessário para a construção da padaria comunitária.

Concluída essa etapa, o grupo – que continuava unido e interessado pois visualizava resultados concretos na sua luta – resolveu ampliar a padaria. Para isso, encaminhou um novo projeto para Cáritas Regional Nordeste III solicitando aquisição de material para montar uma mercearia no mesmo prédio da padaria, com produtos referentes à cesta básica para serem repassados a preço de custo. O projeto também foi aprovado. Em outubro de 1994, depois de muitos mutirões e esforço comunitário, com a presença da Cáritas Antoniana e da Cáritas Regional, foram inaugurados os dois projetos: padaria e mercadinho para a venda de produtos da cesta básica.

Para dar andamento e credibilidade a esse empreendimento foi criada a Cooperativa de Consumo dos Moradores do Indaiá (COOPEMA). A COOPEMA, além de fornecer aos seus cooperados produtos com preços mais baixos, serve também como regulador de preços para todo mercado de Santo Antônio de Jesus e, além disso, oferece razoável número de empregos para jovens do bairro.

O atual presidente da COOPEMA – Antônio Alexandre Neto – assim se expressa: *“A comunidade, satisfeita com o crescimento da luta, quis ir mais à frente. Verificou que no bairro faltava mão de obra qualificada onde as pessoas pudessem aprender uma profissão e assim ter uma melhor qualidade de vida. Com toda nossa boa vontade resolvemos fazer outro projeto com a finalidade de construir, na parte superior da padaria, o Centro de Artesanato. O projeto foi encaminhado a Cáritas Regional, que novamente o encaminhou para a Cáritas Antoniana de Pádova. Por sorte nossa o projeto foi aprovado e conseguimos construir o Centro de Artesanato. Também era desejo da comunidade um Curso de Datilografia, atendendo principalmente aos jovens estudantes. Desta vez foi feito mais um Projeto e encaminhado à Cáritas Regional Nordeste III, solicitando a compra de máquinas de datilografia. Fomos agraciados através do Fundo Rotativo. O curso está em pleno funcionamento, atendendo em média 50 jovens em cada etapa”*.

Não demorou muito para a COOPEMA precisar de uma reforma para ampliar suas instalações e, conseqüentemente, o número de empregos. Além dos recursos próprios, mais uma vez, a Cáritas Regional tem participação junto à comunidade com um financiamento em parceria com o Centro Ecumênico de Apoio e Desenvolvimento (CEADE). *“Com esta parceria construímos um depósito e um salão de eventos, onde se realizam as reuniões e festas da comunidade. Neste salão é também dada aula de Karatê e ginástica feminina”*.

## **Conquistas e desafios**

No seu início a padaria fazia diariamente em torno de 4 mil pães. O mercadinho está atendendo grande parte do bairro de Indaiá. O centro de artesanato tem funcionado com diversos cursos: corte e costura, bordado à máquina e a mão, confecção de docinhos e salgados, confecção de embalagens, cozinha trivial, confecção de roupas íntimas, atendendo por ano uma média de 200 pessoas, que adquirem uma profissão, gerando maior renda para si e sua família. O grupo, que continua se reunindo, resolveu também acompanhar e recuperar moradores de rua da cidade de Santo Antônio de Jesus/BA, oferecendo curso de padeiro e orientação para a vida. Alguns já concluíram o curso e já estão trabalhando, inclusive um deles trabalha na própria comunidade.

Apesar dos avanços acima destacados, desde a sua criação a COOPEMA tem enfrentado algumas dificuldades, como a pressão por parte dos donos de padarias e mercadinhos devido ao preço das mercadorias serem mais baratas; inexperiência de toda a equipe para lidar com compra e venda e comercialização; inserir a comunidade no processo de sentir-se não somente sócia mas também responsável pelo sucesso do projeto.

Atualmente boa parte dessas dificuldades enfrentadas pela COOPEMA foi superada pelo fato de existir pessoal com capacidade técnica de gerenciar a Cooperativa. Mas apareceram outros desafios, tais como a legislação, que não favorece as Cooperativas com altos impostos, e os elevados encargos para se manter uma Cooperativa. Em nível de gestão interna, os cooperados enfrentam a questão dos preços dos produtos, que são praticamente repassados a preço de custo para



favorecer a comunidade, o que faz com que o lucro seja muito pequeno. Os participantes sabem que, para avançar na experiência de produção e consumo solidário, é necessário avançar na intervenção em Políticas Públicas do município, conquistando ações e recursos para ampliar as ações da cooperativa, tanto na área da comercialização como na sua estrutura.

A pior situação que a COOPEMA enfrenta hoje é a do racionamento de energia, que inviabiliza a padaria por ela ser elétrica. A maioria dos sócios está consciente dessa situação e continua levando à frente a COOPEMA, com a qualidade dos produtos vendidos na mercearia. Sentem-se comprometidos com o crescimento da mesma. Existe a preocupação com o resgate da cidadania dos que participam do artesanato, com os participantes das atividades realizadas nas dependências da Cooperativa, bem como dos jovens do bairro. Como afirma Alexandre, *“durante todo este tempo, fomos muito atentos, na prestação de contas da Cáritas, vencendo as dificuldades (...). Os sócios se sentem participantes desta organização. Hoje estamos funcionando com bastante sucesso, apesar de toda a recessão que o nosso país atravessa”*.

## 6 - Rede de Produtores Dom de Minas: fortalecendo a agricultura familiar<sup>6</sup>

Desde a sua criação, em 1989, a Cáritas Regional Minas Gerais sempre atuou no sentido de apoiar as iniciativas organizativas e produtivas construídas pelos setores populares, seja na geração de renda, fortalecimento de estruturas comunitárias produtivas e organizativas através dos PACs, e na busca do desenvolvimento local sustentável, tendo como lógica de desenvolvimento o ser humano.

Nesses 12 anos de existência, os PACs tiveram uma forte presença nas ações da Cáritas no regional. Duas motivações eram constantes e davam sentido aos Projetos Alternativos Comunitários: a necessidade de contribuir para a redução da pobreza no país e a possibilidade de incentivar processos organizacionais de luta pela conquista de direitos dos grupos com os quais a Cáritas trabalhava.

No campo sócio-político desenvolveu-se também a idéia dos PACs enquanto estratégia de articulação de políticas ou programas públicos ou instrumento de barganha/negociação de parcerias a partir da construção participativa de planos de desenvolvimento local (Diagnósticos Participativos e Planejamento Estratégico). Nesse sentido, os PACs são dirigidos a grupos de pessoas que têm pouco ou nenhum acesso a financiamentos, subsídios e apoios de bancos e do governo. Espera-se que, a partir do projeto apoiado, o grupo consiga mostrar a viabilidade da experiência e continuar buscando acesso a recursos públicos.

### **A Cáritas e a Agricultura Familiar**

Apesar de atuar também nas áreas urbanas, a maioria dos PACs estão localizados no meio rural, direcionados aos agricultores familiares, cuja produção destina-se fundamentalmente à subsistência. A maior parte dos projetos está voltada para a implantação ou o aperfeiçoamento de infra-estrutura de beneficiamento de produtos, como mandioca, cana-de-açúcar, frutas, café e leite. Porém, a ação do regional com os PACs não se reduz apenas ao apoio de iniciativas produtivas. A Cáritas tem

---

<sup>6</sup> Texto: Equipe Regional da Cáritas Minas Gerais.

consciência de que lidar com as percepções das pessoas para que articulem suas vidas ao conhecimento universal da humanidade é um desafio evidente das organizações populares na busca da justiça social e de qualidade de vida. Mas na agricultura familiar esse desafio é ainda maior, uma vez que ela, historicamente, por razões de base material e políticas, foi excluída do acesso aos bens materiais e simbólicos da sociedade de seu tempo. Isso implica na necessidade de articulação de processos de valorização dos produtores e seus produtos, como instrumentos de resgate da auto-estima, com os processos políticos de construção de alternativas rurais de desenvolvimento sustentável.

É por isso que, nas áreas rurais onde atua, a Cáritas também tem apoiado e animado os processos de criação de fóruns de articulação e de redes de produtores. Os fóruns são espaços onde grupos e organizações não-governamentais – assessoria e assistência técnica – se propõem a discutir e elaborar proposições de políticas públicas, estatais ou não, em torno de um tema mais geral que é o desenvolvimento sustentável. Já as redes de produtores, ou formas de organização cooperativa, vêm se desenhando, no nível de diversas iniciativas econômicas apoiadas pela Cáritas em Minas Gerais, enquanto alternativa para romper com o isolamento da produção na agricultura familiar e proporcionar o fortalecimento desse setor em torno de cadeias produtivas.

Uma dessas iniciativas apoiadas pela Cáritas no meio rural está localizada na região Noroeste de Minas Gerais, através da *Rede de Produtores Dom de Minas*, com destaque para a comunidade de Boa Vistinha.

## **Rede de Produtores Dom de Minas**

Em 1997 a população da comunidade de Boa Vistinha começou sua caminhada em busca de melhorias nas condições de qualidade de vida através da realização de um diagnóstico participativo tendo em vista o desenvolvimento local sustentável. Esta iniciativa foi assessorada pela Cáritas Regional Minas Gerais e acompanhada de perto pela Cáritas Diocesana de Paracatu. A leitura da realidade fortaleceu o espírito de solidariedade das pessoas, resultando na criação de uma associação que hoje se destaca pela sua organização.

Seguindo as demandas do Diagnóstico Participativo, foram realizados diversos cursos acompanhados da implementação de práticas alternativas como: *alimentação alternativa, mutirão de sal mineral, campo de experimentação de sementes de milho, oficina de preparação de super magro, curso de apicultura, utilização de plantas medicinais, marcação de curva de nível, experimentação de lavouras consorciadas, construção de viveiros etc.* Buscava-se assim a identificação de produtos e processos produtivos capazes de inserção no mercado com independência, baseados na segurança alimentar das famílias e na recuperação e preservação dos recursos naturais.

A Cáritas Regional Minas Gerais financiou o plantio de cana-de-açúcar e de mandioca, com adubação alternativa, visando, no futuro, a inserção no mercado orgânico, tendo em vista que a produção já é livre de agrotóxico e de adubos químicos. Também através dessa parceria, foi construída na comunidade uma agroindústria para a transformação da mandioca em farinha e polvilho, da cana-de-açúcar em açúcar mascavo e rapadura e para o beneficiamento de arroz e de café. Esses produtos são embalados e comercializados pela Associação de Produtores de Boa Vistinha por meio da marca *Dom de Minas* e em embalagens padronizadas.

A marca foi criada pela Cáritas Diocesana de Paracatu em uma parceria com mais cinco comunidades para agregação de valor ao produto, valorizando a agricultura familiar e seus produtos livres de agrotóxicos e em busca da conquista do mercado solidário. A *Rede Dom de Minas* vem se organizando para o desenvolvimento de atividades ligadas ao beneficiamento (açúcar mascavo, rapadura, farinha, polvilho, doces etc) e à comercialização conjunta em nível regional. A estruturação adequada dessa iniciativa – por meio de equipamentos, escala de fornecimento e capacitação gerencial – poderá permitir aos grupos comercializarem produtos de outras redes de produtores do Estado.

## **Em busca da qualidade de vida e do desenvolvimento local sustentável**

A fim de fortalecer a organização da comunidade e apontar para a sociedade local a possibilidade de alternativas produtivas, a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais escolheu a Comunidade Boa Vistinha para executar um dos cinco projetos pilotos de Economia Popular Solidária,

que tem como objetivo tornar a comunidade referência para outras experiências da sociedade civil e governo como também para a formulação de políticas públicas.

Para isto vai ser realizado um estudo participativo de toda a cadeia produtiva (produção agroecológica, agroindustrialização e comercialização solidária), buscando cada vez mais o domínio dos próprios produtores sobre os meios de produção (autogestão) e a melhoria da qualidade e das condições de vida das famílias, respeitando os sonhos e angústias das crianças, dos jovens, dos homens e das mulheres, e reproduzindo cada vez mais a cultura da cooperação e a ética da solidariedade.

## 7 - Cooperativa Resistência de Cametá: a luta por pão e poder<sup>7</sup>

O município de Cametá, um dos mais antigos da Amazônia, tem sido palco de alguns dos acontecimentos mais importantes da História do Pará. No período da Cabanagem, foi sede do Governo Oficial e o principal centro de resistência contra os cabanos; na década de 1960 foi o primeiro município do Pará a criar um Plano de Pastoral das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que são chamadas de Comunidades Cristãs, em Cametá. (Favacho,1984)

O referido município tem uma das mais ricas experiências de associativismo no Pará: a partir de 1969 foram criadas as comunidades cristãs e as cantinas comunitárias; em 1974 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; em 1990 a Associação casa do Lavrador, que em 1994 se transformou na Cooperativa Resistência de Cametá; ainda na década de noventa surgiram muitas outras organizações e movimentos que no município foram responsáveis pela luta por crédito público aos camponeses, sendo a principal bandeira de luta, a democratização do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)<sup>8</sup>.

O presente relato busca apresentar aspectos da história do associativismo em Cametá, a partir da análise da experiência da Cooperativa Resistência de Cametá no contexto das lutas camponesas no município e região. A ênfase desta análise está centrada na luta pela conquista do crédito público e seus desdobramentos para a arena política, pois foi a partir da luta pelo crédito que os camponeses organizaram um movimento que resultou na conquista da Prefeitura Municipal de Cametá, nas eleições/2000, tendo sido eleito para gestor municipal um camponês egresso do movimento das comunidades cristãs, movimento sindical e cooperativista e da luta por crédito público. (Sousa, 2000)

---

<sup>7</sup> Texto: equipe de Cáritas Regional Norte II

<sup>8</sup> O FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, é administrado pelo Banco da Amazônia S. A. (BASA), que tem uma sede regional na cidade de Cametá.

## A Cáritas no Regional Norte II: PACs, Cooperativismo Alternativo e Economia Popular Solidária

A Cáritas Brasileira, desde a década de 1980, vem trabalhando com apoio a diferentes formas de cooperação desses grupos excluídos. Tratava-se, inicialmente, de um apoio espontâneo, no sentido de que não se seguia um planejamento rígido junto a esses grupos apoiados. As avaliações realizadas demonstraram que o processo de exclusão social, decorrente do avanço da política econômica vigente nos últimos 10 anos, limitou a consolidação de pequenos empreendimentos cooperativos. Esse fator levou-nos a refletir sobre o limite de nossa ação, compreendendo que a ação localizada e pontual, orientada pela visão interna das necessidades da organização, fragmentava o trabalho e não resolveria os problemas dos empreendimentos cooperativos.

A partir de 1996, estruturou-se uma metodologia de planejamento em vista de um processo de apoio mais organizado. Esse processo de acompanhamento foi denominado *Planejamento-Conjunto*. A metodologia do Planejamento-Conjunto estabelece um planejamento onde os objetivos, metas, responsabilidades e resultados esperados são definidos em um acordo entre Cáritas e grupos apoiados. A metodologia está baseada nos princípios de que as pessoas envolvidas no planejamento seriam necessariamente aquelas envolvidas na execução, *“planeja quem executa, executa quem planejou”*. Da mesma forma a prática das organizações se limitaria à disponibilidade interna de recursos e à possibilidade do apoio financeiro Cáritas, *“só se decide sobre o que se pode fazer”*.

A reorientação dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) para um programa de “Cooperativismo Alternativo – Apoio à Agricultura Familiar” tem fortalecido, pela via econômica, aquelas organizações que consolidaram uma estrutura de produção mínima, posteriormente beneficiárias da cooperação internacional, e que, pelo acesso ao crédito governamental, galgaram um patrimônio e asseguraram a seus associados uma possibilidade de renda incluída ou acima de um nível de reprodução simples. Essas organizações são alvo de uma dinâmica econômica que desponta no Brasil sob a denominação de “Economia Popular Solidária”. Para as organizações de pequenos agricultores, a economia popular solidária significa parte de um processo de desen-

volvimento em que o fator trabalho tem prioridade sobre o capital. Na prática, assenta-se em três eixos: a agricultura familiar; o associativismo; a mística e a espiritualidade.

A metodologia possibilitou que se definisse um público a ser trabalhado dentro da governabilidade do programa. O público-alvo foi definido a partir das associações e cooperativas que mantinham relações com a Cáritas ao longo da caminhada do movimento do Cooperativismo Alternativo. A seleção dos grupos seguiu a partir dos critérios discutidos com o Conselho Regional e os pressupostos para programa. Atualmente o programa acompanha, de forma especial, 13 grupos.

Uma das frentes de atividades da Cáritas no Pará tem sido o apoio ao acesso de grupos ao crédito público e à luta por condições de infra-estrutura e assistência técnica, através dos Movimentos Regionais e Estaduais, denominados “O Grito do Camponeses” e relacionados à Agricultura Familiar do Estado do Pará, possibilitando a durabilidade e a sustentabilidade do processo de desenvolvimento a longo prazo.

### **O apoio da Cáritas Brasileira ao processo organizativo em Cametá**

A partir de um processo consensual entre os próprios dirigentes dos camponeses, com assessorias da Prelazia de Cametá e da Cáritas Brasileira, criou-se, no início dos anos 1990, a Associação Casa do Lavrador. Ela veio a ser a primeira organização coletiva no município que marcou o *novo ciclo de mobilização* (Monteiro, 1996) das populações rurais em busca de construção de um instrumento legal que pudesse oferecer respostas à crise da agricultura, atuando no âmbito da comercialização. A Casa do Lavrador, embora de forma débil, funciona como instrumento de comercialização, efetuando a venda da produção dos associados e fornecendo-lhes produtos industrializados para o consumo familiar.

Desde o seu surgimento, essa organização mantinha estreitos laços com o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Cametá, funcionando em um espaço físico cedido pelo próprio sindicato, e restringindo seu quadro social aos sócios filiados ao STR. Embora o número de associados da Casa do Lavrador, inicialmente, não atingisse 50 pessoas,



uma grande parte dos associados ao sindicato já efetuava suas compras na Casa do Lavrador, o que imprimia à associação um caráter agregador dos camponeses associados ao STR.

A Casa do Lavrador era uma experiência que surgia nos moldes das antigas cantinas comunitárias que funcionaram nas décadas de setenta e oitenta, restritas ao âmbito de uma comunidade ou de uma localidade, situadas nas proximidades da estrada ou de um rio. A diferença é que a Casa do Lavrador, que surgiu no início da década de noventa, estava situada na sede do município e no mesmo prédio de propriedade do STR. Além disso, havia sido projetada e implementada por um *coletivo dirigente* que se autodenominava *integração*<sup>9</sup> e contava com apoio da Prelazia de Cameté e da Cáritas Brasileira, como conta um dirigente:

“Fundamos a Casa do Lavrador e eu fui lembrado para coordenar... Começamos com nove alqueires de farinha e quando transformamos para cooperativa nós estávamos com 120 alqueires de farinha. (...) nós criamos a cooperativa para facilitar a comercialização dos produtos. Nós fomos apoiados pela Cáritas (...) ainda como Casa do Lavrador conseguimos comprar (*adubos com recursos do FNO*) para Oeiras, Mocajuba e Cameté. (...) Nós conseguimos uma lucratividade no pé da nota (5%) que se tornou um grande recurso. Nós entregamos o adubo no porto dos municípios e repassamos a parte deles na lucratividade (...). Tirada a despesa, o restante foi dividido entre a Casa do Lavrador e *as associações de Cameté e dos outros municípios*”.<sup>10</sup> (Entrevista com Domingos Américo, primeiro coordenador da Casa do Lavrador, gravada em Cameté, em julho de 1999. Os grifos são do autor).

---

<sup>9</sup> Segundo informações prestadas por Meireles, ex-presidente do STR, “*integração*” era o nome dado ao coletivo dirigente do movimento camponês em Cameté, que reunia as principais lideranças do STR, Associações, Casa do Lavrador e Movimento em Defesa da Região Tocantina (MODERT). (Entrevista realizada em Cameté, julho de 1998).

<sup>10</sup> A CART é uma cooperativa que surgiu a partir da Casa do Lavrador. O quadro social da cooperativa cresceu rapidamente a partir da adesão dos camponeses financiados pelo FNO, passando de 48 para 526 associados.

A Cáritas Brasileira apoiou a Casa do Lavrador, que depois se transformou na Cooperativa Resistência, tanto com financiamento para capital de giro, compra de balanças, prosdócimos e máquinas despoldadeiras de frutas; quanto na formação gerencial, contábil e cooperativista. Foram inúmeras as reuniões de estudo, cursinhos e treinamentos a partir de necessidades concretas, em vista da organização da contabilidade, discussões estatutárias, análise de mercado etc. Hoje a cooperativa dispõe de pessoal qualificado para esse trabalho de controle interno da organização.

Além do apoio à Cooperativa Resistência nas questões técnicas, a Cáritas Brasileira trabalhou junto aos sócios do STR e da cooperativa um processo de formação política que possibilitou um estudo sobre a realidade brasileira, nos congressos, encontros de delegados sindicais, manifestações de rua para negociações com órgãos públicos e em outros momentos específicos para esse fim. Os dirigentes desse movimento tinham clareza da necessidade de combinar formação técnica e formação política; luta popular e luta institucional; ação local com estratégia nacional; a luta pelo pão com a luta pelo poder. Por isso, organizaram e organizam grandes movimentos na cidade de Cameté.

A estratégia de fortalecer as duas organizações com maior potencial agregador dos camponeses, o STR e a Cooperativa, ambos com sede na área central da cidade de Cameté, cumpria também o papel de dotar o movimento dos trabalhadores de instrumentos habilitados e capazes de dar continuidade à luta política pela conquista do crédito e de outras políticas públicas que atendessem aos interesses dos associados e ao mesmo tempo atuassem de forma eficiente na esfera da comercialização dos produtos agrícolas e no abastecimento dos associados com produtos industrializados e outros de primeira necessidade. Na década de noventa, o crédito foi a grande conquista desses camponeses.

### **As conquistas do movimento**

Pela sua formação geográfica, o município de Cameté pode ser dividido em duas porções distintas de terras: a região das ilhas e a região da terra firme. Na região das ilhas, existem 296 projetos financiados pelo FNO nos anos agrícolas de 1993/1994 e 1994/1995 e 1998-1999. Todos

são projetos de manejo e plantio de açaizais. Na região de terra firme, estão implantados 249 projetos do FNO referentes aos anos agrícolas de 1993/1994 e 1994/1995, além de 211 refinanciamentos<sup>11</sup> do ano agrícola de 1999/2000 para implementação de plantios de pimenta-do-reino.

Os projetos financiados para o município de Cametá na década de 1990, em um total de 545 empreendimentos e mais 211 refinanciamentos, representaram 2% de todos os pequenos projetos financiados pelo FNO no Estado do Pará e totalizaram R\$ 2.810.439,00 de investimentos. Esse conjunto de projetos financiados no município de Cametá, em que pesem todas as falhas que dificultaram o desenvolvimento, representou um grande estímulo para a economia camponesa local. Sobretudo na região das ilhas, onde os projetos tiveram melhor desempenho, a produção do açaí aumentou significativamente. Esse estímulo repercutiu positivamente no movimento político dos camponeses e certamente contribuiu significativamente para a vitória desse movimento nas eleições, em uma aliança Partido dos Trabalhadores(PT)-Partido Popular Socialista(PPS).

Hoje, com o controle do poder municipal pelas lideranças camponesas, a Prefeitura Municipal de Cametá, através da Secretaria de Agricultura, vem empreendendo esforços no sentido de implementar iniciativas que envolvam os camponeses e que lhes possibilitem melhores condições de renda. A Cooperativa Resistência de Cametá também está aproveitando essa situação um pouco favorável e se habilitando, com o apoio da Cáritas Brasileira, para estar em condições de comercializar a produção de seus associados para a merenda escolar no município.

O que se observa nessa experiência de conquista do poder municipal pelos trabalhadores é o fato de que, mesmo com vontade política para garantir a participação das organizações populares nas oportunidades ofertadas pela prefeitura, a lei exige que as organizações populares sejam tratadas da mesma forma que qualquer empresa capitalista que opera no mercado. O que significa dizer que, se muito foi feito, maiores serão os desafios futuros nessa luta por pão e poder a serviço das grandes maiorias.

---

<sup>11</sup> Esses refinanciamentos se referem a operações de crédito realizadas com camponeses que já foram financiados no ano agrícola de 1993/1994. Implantaram projetos de fruticultura e estão implantando projetos de pimenta-do-reino.

## Bibliografia Consultada

FAVACHO, José Coutinho. *O Catolicismo Amazônico e as CEBs Diante das Transformações Sociais em Ocorrência na Região: estudo sobre a pastoral da Prelazia de Cametá, à luz da Teologia da Libertação*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 1984.

MONTEIRO, Raimunda. *Informações e Redes de Interação no Novo Ciclo de Mobilizações dos Pequenos Agricultores da Transamazônica*. Dissertação de Mestrado. Belém: NAEA/UFPA, 1996.

MOURÃO, Patrícia. L. Os Impactos dos Projetos Financiados pelo FNO-Especial nos Sistemas de Produção Familiar no Estado do Pará. In: Letícia Tura e Francisco Costa. (Orgs.). *Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. Brasília: Brasília Jurídica & FASE, 2000. p. 129-176.

SOUSA, Raimundo V. de. *Reprodução camponesa, crédito e organização coletiva na história de Cametá*. Dissertação de Mestrado. Belém: FIPAM/NAEA/UFPA, 2000.

## 8 - Artesãs de um novo tempo<sup>12</sup>

No Piauí, o cenário de pobreza e desigualdades é profundo, e a questão social engendra contradições que se enraízam por toda a sociedade, atingindo a grande maioria da população tanto no campo quanto na cidade. A questão fundiária aparece como um dos principais elementos estruturadores dessa problemática, aliada ao fenômeno da seca, à concentração das riquezas e do poder e à ausência de políticas públicas sociais capazes de reduzir as desigualdades sociais.

Diante dessa realidade, o Regional Nordeste IV da CNBB implantou em 1984 os Projetos Alternativos Comunitários(PACs), tendo como objetivo maior combater a problemática vivenciada pela maior parte da população rural e ocasionada pela grande seca que assolara a região no início dos anos 80.

### A Cáritas e os PACs no Piauí

Aos poucos, os PACs foram se colocando como uma opção, expressão de compromisso da Igreja com o povo e possibilidade real de que as pessoas pudessem dispor de uma saída frente às suas condições de miséria. Em 1987, quando foi instituído o Secretariado Regional de Cáritas no Piauí, os PACs foram reestruturados e passaram a ter uma abrangência significativa nas dioceses, constituindo-se na principal atividade do recém-criado regional.

Tipos de atividades	Número	Porcentagem
Beneficiamento de produtos agrícolas	53	19
Comercialização de produtos agrícolas	19	7
Produção agrícola (hortas/roçados)	30	10
Confecção de artesanato	19	7
Criação de animais/aves	58	21
Captação de água	38	14
Formação e capacitação	13	5
Olaria	05	2
Casa de farinha	09	3
Outras	33	12
Total	277	100

<sup>12</sup> Texto: Equipe do Secretariado Regional da Cáritas no Piauí.

Desde aquele momento, as primeiras avaliações realizadas evidenciaram que os PACs surgem de diferentes maneiras, sempre de acordo com a realidade de cada lugar e tendo em vista o fortalecimento das organizações e grupos comunitários. Eles existem para fortalecer as iniciativas comunitárias, voltadas para o campo de produção, comercialização de produtos agrícolas, criação de pequenos animais, captação de água e formação sócio-política e cultural das comunidades.

Essas avaliações também constataram que, no geral, os esforços de desenvolvimento das intenções dos PACs nem sempre resultaram em atendimento aos interesses imediatos no que se refere à capacidade de geração de renda. Porém, os vínculos e relações que se constroem têm sido fundamentais para o amadurecimento dos grupos e para a constituição de novos processos e práticas sociais. Em termos gerais, os mesmos não promovem alterações profundas no universo de pobreza em que vive grande parte da população, sobretudo a rural, mas podem produzir acontecimentos novos no seu cotidiano, como a afirmação de indivíduos enquanto sujeitos de direitos, conscientes de sua realidade e, portanto, capazes de produzir espaços coletivos ricos em suas práticas diárias. É nessa esfera que parece se inscrever *o caráter alternativo dos projetos alternativos comunitários*.

A experiência da Comunidade Satélite na periferia de Teresina, capital do Piauí, é um bom exemplo dessa capacidade dos PACs como instrumento de mobilização e empoderamento de grupos populares.

## **Os PACs na periferia de Teresina**

Localizada na periferia de Teresina, a Comunidade Satélite surgiu em 1975, quando cerca de 50 famílias decidiram ocupar essa área. A memória do povo gravou uma história de partilha e de luta. Os primeiros moradores, em sua maioria, eram famílias oriundas da zona rural, que vieram para a cidade sobreviver do lixão e da quebra de pedras, pois no local existia uma pedreira e um lixão. Os que tinham mais coragem foram ficando e tomaram a iniciativa de fazer seus barracos e cavarem poços, pois a falta d'água era a principal dificuldade do lugar. Havia muita dificuldade e disputa para se ter acesso à água. Hoje, depois de 26 anos, a comunidade cresceu, tornou-se um grande bairro de Teresina,

com cerca de 30 mil habitantes, porém ainda tem muitos problemas.

Em 1988, um grupo de mulheres da comunidade, donas de casa, formado por 20 famílias e cerca de 115 pessoas, teve a iniciativa de discutir, elaborar e apresentar à Cáritas uma proposta de Projeto Comunitário, o qual se denominava “Artesanato – Comunidade Satélite”. Tinha como objetivos criar união; ajudar uns aos outros; oferecer alternativas de profissionalização para a mulher e formar um grupo aberto para as necessidades da comunidade. Duas atividades caracterizavam o projeto: bordados de pequenas peças de uso doméstico e pintura em tecidos. Para as mulheres o projeto não significava apenas a oportunidade de um trabalho mas uma semente de vida, que proporcionava o crescimento na participação, na partilha das suas dificuldades e na conquista de autonomia. Nas palavras de uma delas: *o que aprendemos e experimentamos nesse grupo serve para uma alternativa de profissão.* (Dona Remédios – membro do projeto)

### **Gerando renda e empoderamento das mulheres**

O projeto funciona também como uma “escola”, pois durante os 13 anos de sua implantação passaram cerca de 300 mulheres adultas, jovens e adolescentes, que aprenderam e tiveram no Projeto auxílio para ingressarem no mercado de trabalho e viverem sua primeira experiência profissional. A partir de 1994, o grupo ampliou sua produção para doces caseiros de frutas regionais. Seus produtos são comercializados no Centro Artesanal de Teresina e em mais três pontos de vendas espalhados pela cidade. O grupo também expõe seus produtos em feiras populares.

A jornada de trabalho das mulheres é de aproximadamente 15 horas semanais. O grupo se encontra duas vezes por semana para fazer a divisão de tarefas e muitos trabalhos são feitos na própria casa das mulheres. Mensalmente o grupo realiza uma reunião mais ampla em que é feita uma avaliação e a prestação de contas mensal. Conforme os resultados, é feita a partilha. Hoje cada mulher participante do projeto obtém uma renda média de R\$ 70,00 por mês, contribuindo com a renda familiar, ao mesmo tempo em que criou um espaço de estudos e discussões da situação da mulher na sociedade, fazendo com que elas se sintam mais valorizadas.

## Desafios e Perspectivas

Atualmente fazem parte do projeto 22 mulheres, sendo 18 adultas profissionais e 04 adolescentes aprendizes. Desse total, 04 mulheres fazem parte do grupo desde a sua implantação, ou seja, chegaram a 13 anos de participação. Mas durante a implantação do projeto foram muitas as dificuldades e algumas persistem até hoje, nos aspectos da organização e gestão do empreendimento e na comercialização dos produtos. No início, o grande desafio era a capacidade organizativa do grupo diante da pouca articulação das participantes, resultando em um certo isolamento e individualismo.

No desenvolver do projeto foram aparecendo os desafios administrativos: o grupo, por não conhecer os mecanismos básicos da gestão, não dava muita importância ao gerenciamento do projeto, não sabia como calcular o custo da produção e o valor a ser comercializado, ocasionando prejuízos e um certo desânimo nas pessoas. Com a realização de alguns cursos, treinamentos e a participação das mulheres em eventos, grande parte das dificuldades foi superada.

Outro desafio tem sido a comercialização. A venda dos produtos sempre constitui uma grande dificuldade para os pequenos grupos que desenvolvem atividades econômicas comunitárias. Isso ocorre em função do desconhecimento das relações do mercado capitalista e porque trabalham em uma lógica diferente da do sistema. Quanto à comercialização, depois de superadas algumas dificuldades, hoje quase toda produção é feita por encomenda, e o grupo quase não tem estoque de seus produtos. A grande dificuldade do grupo, no momento, é quanto ao local de funcionamento do projeto, pois se trata de um espaço pertencente à Prefeitura Municipal de Teresina e há muito tempo ela vem solicitando o local para desenvolver outras atividades. O grupo está se mobilizando junto à comunidade e à paróquia para encontrar uma saída e dar continuidade aos seus trabalhos.

Com a experiência e os conhecimentos adquiridos, o grupo pretende encontrar um meio de gerar maior renda e mais qualidade de vida para as mulheres e suas famílias. Para isso, quer diversificar cada vez mais sua produção. O grupo planeja instalar uma fabriqueta de pequenas peças (calcinhas, cuecas, sutiãs, camisetas etc) e, assim, atender a demanda dos pequenos comerciantes e feirantes.



## Artesãs de novas relações solidárias

Durante os treze anos de existência do projeto, percebe-se alguns aspectos que apontam para uma prática com a perspectiva da construção de novas relações sociais e econômicas, sendo que os “lucros” não são contabilizados apenas como resultados financeiros e monetários, mas na valorização da partilha, na participação e na dignidade das pessoas, sem esquecer o esforço por melhores condições de vida.

No geral a realidade do projeto demonstra que os esforços de desenvolvimento de suas ações nem sempre alcançam, de imediato, os objetivos econômicos desejados. Porém, os vínculos e relações que se constroem têm sido fundamentais para o amadurecimento do grupo e para a constituição de novos processos. Assim, os resultados do projeto não foram capazes de alterar substancialmente a situação de pobreza em que vivem as mulheres, mas durante a existência do projeto produziram e incorporaram elementos novos em seu cotidiano que passam pela afirmação das mesmas como pessoas conscientes de sua realidade e, portanto, capazes de produzir espaços coletivos ricos em suas práticas diárias pela conquista de direitos.

É neste contexto que se insere essa experiência: na perspectiva da construção de uma economia que tenha como prioridade as relações de solidariedade, o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente, além de caráter educativo e produtivo. Daí a importância de a Cáritas investir e acreditar cada vez mais no Desenvolvimento Humano Local e Sustentável, que brota a partir dessas pequenas iniciativas e tem como base de sustentação, a participação, a autogestão e o associativismo.

